

# GEOGRAFIA

em

Atos





# ***GEOGRAFIA EM ATOS***

***DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNESP - CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE***

© dos autores, 2000

Direitos desta edição:

Departamento de Geografia – FCT/UNESP/Presidente Prudente  
Chefe do Departamento de Geografia: Antonio Nivaldo Hespanhol  
Sub-Chefe do Departamento de Geografia: Eda Maria Góes  
Diretor da FCT: Messias Meneguette Júnior  
Vice-Diretor da FCT: Neri Alves

*Conselho do Departamento de Geografia:*

Antonio Cezar Leal  
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol  
Antonio Thomaz Júnior  
Jayro Gonçalves Melo  
Francisco Carlos de Francisco  
Miguel Gimenez Benites  
Octavio Freire  
Manoel Carlos Toledo Franco de Godoy  
Raul Borges Guimarães  
Sérgio Braz Magaldi  
Vânia Maria Zero  
Luisa Sakurada

*Diagramação:*

Nair Katsue Tokjima

*Capa:*

Concepção original de Antonio Thomaz Júnior  
Produção de Odirlei Silva Jesus

*Produção Gráfica:*

Gráfica Copy Set  
Rua Ribeiro de Barros, 1147 – Fone/Fax: (18) 221-0530  
Presidente Prudente - SP

*Geografia em Atos* é um periódico dedicado à publicação de artigos, comunicações de pesquisas, resenhas, relatórios de Trabalho de Campo, que envolvam, diretamente, estudantes de graduação e professores do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. O objetivo é garantir oportunidades para que trabalhos de respeitabilidade sejam veiculados e que o debate e posicionamentos críticos da comunidade possam prevalecer para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa em Geografia.

### **Conselho Editorial**

Antonio Cezar Leal	Luis Antonio Barone
Antonio Nivaldo Hespanhol	Manoel Carlos Toledo F. de Godoy
Antonio Thomaz Júnior	Margarete C. de Costa Trindade Amorim
Bernardo Mançano Fernandes	Maria Encarnação Beltrão Sposito
Claudemira Azevedo Ito	Marília Coelho
Eda Maria Góes	Miguel Gimenez Benites
Eliseu Savério Sposito	Octavio Freire
Francisco Carlos de Francisco	Raul Borges Guimarães
Jayro Gonçalves Melo	Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
João Lima Sant'Anna Neto	Sérgio Braz Magaldi

### **Direitos Autorais**

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem à Revista *Geografia em Atos* e os originais e disquetes, mesmo quando não aprovados, não serão devolvidos. Fica autorizada a reprodução dos originais, mediante citação completa e créditos para os autores, conforme normas da ABNT.

### **Endereço para Envio dos Manuscritos**

Manuscritos, assim como toda correspondência e solicitações de informação deverão ser encaminhadas para a redação da Revista *Geografia em Atos*. Consultar informações no final deste exemplar sobre normas para publicação.

### **Redação**

A/C Comissão de Divulgação e Publicações do Departamento de Geografia/FCT/UNESP  
Caixa Postal: 467 CEP 19060-900 PRESIDENTE PRUDENTE - SP  
Tel. (0XX18) 229-5375. FAX (0XX18) 221-8212  
E-mail: [depgeo@prudente.unesp.br](mailto:depgeo@prudente.unesp.br)

**Editores**

**Antonio Thomaz Júnior**  
**Antonio Nivaldo Hespanhol**

## SUMÁRIO

Apresentação .....	i
Projeto de Integração Disciplinar do Curso de Geografia da FCT/UNESP: a bacia hidrográfica como unidade integradora no processo de ensino↔aprendizagem .....	01
O cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): uma contribuição para a Geografia do Trabalho .....	13
A estrutura da produção agrícola do Município de Anhumas-SP .....	33
A luta pela terra no Pontal do Paranapanema .....	53
Mudanças climáticas no ambiente urbano .....	69
Novas penitenciárias no Oeste Paulista .....	87
Geografia e políticas públicas: propostas em desenvolvimento no Laboratório de Geografia Humana - DG/FCT/UNESP .....	97
Relações intersetoriais e a apropriação da renda da terra na produção de fruta para o consumo <i>in natura</i> na região de Jales-SP .....	113

## APRESENTAÇÃO

*Geografia em Atos* está cumprindo papel importante e destacado no cenário acadêmico e geográfico regional. Essa afirmação corresponde aos comentários e avaliações que os leitores têm manifestado, ainda que não tenha sido possível chegar em todas as Faculdades e Escolas de Geografia do Brasil.

Estudantes, professores e demais profissionais em Geografia que se relacionam com o Departamento de Geografia, devem eleger *Geografia em Atos* como instrumento de interlocução e de fomento ao debate crítico e construtivo sobre o que se pensa e se produz em Geografia.

Se os enfoques serão mais para esse ou aquele assunto, não é o mais importante. O que está em pauta é continuar mantendo a pluralidade político-teórico-metodológica e incentivar a comunidade geográfica para que as temáticas sociais e os referenciais teóricos sejam apreendidos pelos estudantes e geógrafos e se tornem veículos de incentivo aos debates e de estímulo à pesquisa. Então, da sala de aula, ao discurso fundante de projetos de pesquisas, passando pelas experiências com extensão, trabalhos de campo, é de se esperar que acima de tudo, o produto do trabalho individual e/ou coletivo que venha a ser veiculado por esse periódico seja crível e confiável sobretudo.

É por isso que a *Revista* está em linha de comunicação com os resultados dos projetos de pesquisa e/ou de ações coletivas e individuais junto aos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia.

Esse volume de *Geografia em Atos*, é por essência, então, polêmico e revelador do sucesso dos procedimentos editoriais adotados pela *Revista*. Está em foco, as experiências de pesquisa coletiva, como as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Políticas Públicas, do Projeto de Integração Disciplinar (PID) e dos resultados parciais das pesquisas em nível de pós-graduação, com destaque para a temática rural, particularmente para a luta pela terra, viabilização de assentamentos rurais e organização do trabalho, e ainda estudos reveladores da dinâmica processual da estrutura fundiária. As mudanças climáticas no ambiente urbano e as reflexões sobre a nova configuração das penitenciárias no oeste paulista, enfim esse conjunto diverso e plural de artigos e enfoques, faz da *Geografia em Atos*, um instrumento de interlocução privilegiado, a ser preservado e melhorado.

**Os Editores**

**PROJETO DE INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP: a bacia hidrográfica como unidade integradora no processo ensino↔aprendizagem**

**Antonio Cezar Leal\***  
**Raul Borges Guimarães\***  
**Fátima Aparecida Dias Gomes Marin\*\***  
**Adriana Napolitano de Mezas\*\*\***  
**Adriano Rodrigues de Oliveira\*\*\***  
**Liz Cristiane Dias\*\*\***  
**Robson Munhoz de Oliveira\*\*\***  
**Rosangela Munhoz de Oliveira\*\*\***  
**Regina Aparecida de Oliveira\*\*\***

**RESUMO:** Neste trabalho são apresentados os objetivos, atividades e resultados iniciais do Projeto de Integração Disciplinar (PID) que vem sendo desenvolvido, desde 1997, com professores de diversas disciplinas e alunos dos 3º e 4º anos do curso de graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. O PID tem como objetivos principais promover a integração disciplinar e contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população por meio de atividades conjuntas de pesquisa, ensino e extensão, tendo como objeto de estudo as bacias dos mananciais de abastecimento público de Presidente Prudente. Para a consecução desses objetivos são realizadas várias atividades coletivas e em cada disciplina específica, concatenadas em um plano de trabalho previamente discutido entre professores e alunos. Esse conjunto de atividades contribui para a construção de conhecimentos sobre as bacias pesquisadas, os quais são sistematizados e apresentados à comunidade local, propiciando sua apreensão como novos referenciais para sua organização e luta por melhor qualidade de vida. A articulação com as escolas públicas propicia aos alunos participantes a oportunidade de realizarem estágios de docência e de trabalharem com temas pertinentes ao cotidiano da comunidade escolar. A interação com o poder público municipal também propicia a intervenção em um fundo de vale, com o plantio de mudas nativas, visando implementar uma área de preservação ambiental. Os resulta-

\* Professores do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente - E-mail: cesarleal@stetnet.com.br e borges@prudenet.com.br

\*\* Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente

\*\*\* Alunos do 4º ano do Curso de Graduação em Geografia.

dos inícios do PID apontam para a valorização da bacia hidrográfica como unidade integradora no processo ensino-aprendizagem, propiciando uma maior articulação de trabalhos entre universidade, escolas de ensino fundamental, comunidade e poder público.

**Palavras-chave:** interdisciplinaridade, ensino de geografia, gestão dos recursos hídricos.

## 1. Introdução

O mundo contemporâneo coloca imensos desafios para seus habitantes: a velocidade em que circula a informação, o complexo jogo político entre as nações e países, a dinâmica que rearranja as fronteiras entre os países, o crescimento das cidades e a qualidade da vida urbana, as transformações da vida no campo, as questões ambientais planetárias, entre tantos outros. Desde muito cedo, as crianças estão expostas a estas transformações e desenvolvem um rico processo de percepção do espaço ao seu redor, como expressão do meio social em que vivem.

Esta geografia da vida cotidiana afeta as crianças, mesmo aquelas que infelizmente não freqüentam a escola. Através de suas brincadeiras, em seu movimento corporal, em seus desenhos, em sua capacidade de observação, nas pequenas dramatizações e jogos teatrais é possível às crianças se apropriarem e entenderem o espaço geográfico. Observando e localizando as coisas ao redor de suas casas (à frente, nos fundos, em cima ou embaixo) e em relação ao seus próprios corpos (à direita, à esquerda etc.), as crianças realizam comparações (de tamanho, de forma, de cor, de distância, etc.) que constituem experiências de grande valor no que diz respeito ao seu desenvolvimento físico e intelectual. Isso é fundamental para a formação da consciência de si e do mundo em que vivem, estabelecendo condições cognitivas e afetivas para se organizarem espacialmente, ou seja, de se localizarem a partir de indicadores espaciais reais ou representados, e de estabelecerem relações envolvendo objetos externos a elas.

Qual o lugar da escola e da sala de aula neste processo de aprendizagem? Qual a contribuição da temática geográfica no enriquecimento do currículo? O que isto, de fato, pode significar num país em que 7,5 milhões de jovens entre 10 e 17 anos acumulam trabalho e estudo? Em que 59,3% destes jovens trabalham mais de 40 horas semanais? Onde três de cada 10 crianças vivem em famílias que se situam abaixo da "linha de pobreza absoluta", ou seja, com ganho abaixo de 30 dólares per capita por mês? Em que cinco de cada 10 crianças são filhas de mães analfabetas? (MEC/SEAE, 1995)

Para respondermos a estas questões, voltemos nossa atenção ao papel que nós, professores de geografia, exercemos na formação das crianças.

Quando trazemos para a sala de aula o estudo dos sujeitos que produzem o espaço geográfico, permitindo o acesso à diversidade de opiniões e ao enfrentamento de posições, nós, professores, trabalhamos com conceitos, atitudes e valores. Conceitos como ambiente, trabalho e cidadania, e tantos outros do temário da Geografia, podem articular-se a um processo mais amplo de construção da leitura de mundo, de problematização dos conteúdos da disciplina geográfica, ou seja, de desencadeamento de novas formas de pensar, novas formas de perguntar pelos fatos e de duvidar deles, novas formas de posicionamento, que, em última análise, constituem aprendizagens significativas.

No dizer de Rubem Alves, "*é evidente que nem as redes dos pescadores, nem as redes dos cientistas, caem dos céus. Elas têm de ser construídas. O pescador faz suas redes com fios. O cientista faz suas redes com palavras, as teorias*". Podemos acrescentar a esta analogia o nosso papel de professores de geografia. Ensinamos nossos alunos a olhar para essas redes e através delas. Redes tecidas pela ciência, pela arte, mas também as redes tecidas pelas mãos de pescadores. Os alunos aprendem a tecer suas próprias redes e a lançá-las ao mar enquanto desenvolvem a consciência de si mesmos e dos desafios que a natureza e a humanidade lhes outorga.

Desta forma, a Geografia enquanto disciplina escolar, além das informações relevantes que disponibiliza ou favorece aos estudantes, contribui para a formação em dois sentidos relacionados: a formação do cidadão ativo e crítico, e a formação e desenvolvimento de formas e estratégias de pensamento deste sujeito crítico. Os alunos aprendem a ler, escrever e a pensar também estudando Geografia.

Isto exige do professor, por um lado, familiaridade com os problemas e questões da nossa disciplina e, por outro, ousadia no planejamento das atividades didáticas. Elementos fundamentais para despertar a inquietação dos alunos e, ao mesmo tempo, propiciar a segurança diante de novos conhecimentos, ampliando o repertório da leitura e da escrita do educando. Afinal, a leitura deve ser entendida não como um exercício mecânico, mas como produção de significados. Não como um processo meramente de recepção das idéias produzidas pelo autor. Ao contrário, como um processo ativo e criativo, onde autor e leitor estão em interação.

Nesta perspectiva, três aspectos devem ser considerados importantes:



- 1- a utilização e desenvolvimento das habilidades que o aluno adquiriu durante sua trajetória escolar (leitura e interpretação de texto, resumo e fichamento, pesquisa, generalização de conceitos e correlação entre eles);
- 2- o desenvolvimento de uma atitude de indagação sobre os problemas colocados pelo estudo. Isso significa que o importante não é apenas a solução destes, mas também a compreensão de suas variáveis e busca de seus elementos complementares;
- 3- a construção desta compreensão de forma coletiva, ou seja, através de atividades em que sejam proporcionadas a elaboração individual, a troca e o confronto de idéias e o processo de síntese.

Considerando a perspectiva exposta acima, o curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP vem desenvolvendo o Projeto de Integração Disciplinar (PID) com a finalidade de propiciar aos professores e alunos de licenciatura e bacharelado a vivência de trabalhos interdisciplinares voltados à análise e intervenção na questão ambiental.

A experiência aqui relatada refere-se ao trabalho desenvolvido junto aos alunos do 3º ano do curso de Geografia, no qual o PID tem como objeto de estudo as bacias hidrográficas dos mananciais de abastecimento público de Presidente Prudente. Por meio do estudo dessas bacias são articulados e ministrados os conteúdos programáticos de várias disciplinas e é incentivado o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão universitária voltados à comunidade local, visando a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

Considerado uma experiência inovadora no processo ensino-aprendizagem, o PID têm propiciado aos participantes a construção, sistematização e socialização de conhecimentos sobre a realidade ambiental das bacias estudadas e constitui um caminho para a melhor formação dos futuros bacharéis e professores de Geografia.

## 2. A experiência do PID nos 3º e 4º anos do curso de Geografia

O Projeto de Integração Disciplinar foi iniciado em 1997 e vem sendo desenvolvido no 3º e 4º anos do curso de graduação em Geografia com a participação de professores de diversas disciplinas. Atualmente (2000) participam os professores de Geomorfologia, Geografia Urbana, Didática e Prática de Ensino III.<sup>1</sup>

Os objetivos do Projeto de Integração Disciplinar nessas séries são:

- promover a integração disciplinar, com o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, ensino e extensão, e conduzir o processo de construção do conhecimento por meio da relação teoria↔prática, visando a formação profissional dos alunos do curso de Geografia;
- conhecer a realidade ambiental e estudar os problemas relativos aos recursos hídricos em Presidente Prudente, tendo as bacias hidrográficas dos mananciais de abastecimento público de Presidente Prudente (Balneário da Amizade e reservatório da Cica/Sabesp) como fios condutores do processo de ensino↔aprendizagem;
- produzir relatórios técnicos sobre a situação ambiental destas bacias, para subsidiar intervenções junto a instituições governamentais e não governamentais preocupadas com a conservação dos recursos hídricos e com a qualidade ambiental e de vida na cidade;
- articular estudos da graduação com atividades das escolas de ensino fundamental e com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), especialmente na elaboração dos planos de bacias hidrográficas,

Para o desenvolvimento do Projeto de Integração Disciplinar são realizadas atividades coletivas e atividades específicas a cada disciplina.

As atividades coletivas consistem em:

- reuniões mensais dos professores para articulação e preparação dos trabalhos, com, normalmente, uma hora de duração. Destaque-se que as conversas informais, no cafezinho e corredores, contribuem em muito para a integração disciplinar e o planejamento das ações.
- trabalhos de campo percorrendo bacias hidrográficas de mananciais de Presidente Prudente. Os trabalhos iniciais são preparados pelos professores e discutidos com os alunos. Os trabalhos posteriores são organizados diretamente pelos alunos, em grupos, abordando setores das bacias. Durante sua execução os alunos fazem coleta de dados e entrevistas com moradores.
- produção de textos e mapas sobre a situação ambiental e qualidade de vida nas bacias hidrográficas dos mananciais de Presidente Prudente.
- pesquisas sobre os projetos pedagógicos das escolas situadas nessas bacias hidrográficas e elaboração de planos de aulas (tendo como conteúdo os conhecimentos produzidos e sistematizados pelos alunos sobre as bacias pesquisadas), para serem ministradas nessas escolas, como parte das atividades de estágio junto à disciplina de Didática.
- montagem e oferecimento de mini-cursos para professores de escolas do ensino fundamental e alunos do curso de Geografia, com temas relacionados às pesquisas desenvolvidas nas bacias hidrográficas, como parte das atividades do estágio de Prática de Ensino III.

<sup>1</sup> Nos anos anteriores participaram professores de Geografia Rural, Geografia do Brasil e Geografia Regional dos Espaços Periféricos.

- reuniões e palestras com representantes da população sobre a situação ambiental e qualidade de vida em Presidente Prudente.
- plantio de árvores nativas em área de preservação ambiental na bacia do Balneário da Amizade, em conjunto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.
- apresentação dos resultados do PID em seminários internos e eventos científicos.

Além destas atividades, também é incentivada a participação de professores e alunos do PID em reuniões do Comitê das Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema e em palestras ministradas por técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, CODASP e SABESP, entre outras instituições.

As atividades específicas a cada disciplina são coordenadas pelo professor responsável e devem subsidiar as atividades coletivas. Neste sentido, foi elaborado um plano de ação para cada disciplina contendo objetivos, conteúdo e estratégias de ensino (**Quadro 1**).

Para verticalização dos trabalhos, foi adotada como área de estudo a bacia hidrográfica do Balneário da Amizade, em razão de sua importância como manancial para abastecimento público de Presidente Prudente e do intenso processo de degradação que vem sofrendo em decorrência da expansão urbana, como veremos a seguir.

### 3. A degradação dos recursos hídricos na Bacia do Balneário da Amizade

A Bacia Hidrográfica do Córrego do Limoeiro pertence a Bacia do Rio Santo Anastácio, que por sua vez está localizada na região sudoeste do Estado de São Paulo envolvendo treze municípios, quais sejam: Anhumas, Regente Feijó, Presidente Prudente, Pirapózinho, Alvares Machado, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Piquerobi, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Caiuá, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio.

Em alguns trechos desta região, os rios e córregos podem ser caracterizados como meandantes, em função da baixa declividade do relevo, fazendo com que as águas escoem para regiões mais baixas da planície devido a baixa energia auferida. Nas áreas de várzea, o relevo constitui-se plano e com vertentes retilíneas passando a convexas, ocorrendo muitas vezes linhas de ruptura, características de relevos côncavos.

O Balneário da Amizade está situado na divisa dos municípios de Álvares Machado e Presidente Prudente próximo das duas áreas urbanas que estão em processo de conurbação, com sua represa medindo cerca de 379.271 m<sup>2</sup> no Alto da Bacia do Córrego do Limoeiro com uma área compreendida de 18.892 Km<sup>2</sup> com o comprimento do leito principal de 4,6

Km, com uma declividade média de 18,00 m/Km. (CREPALDI et. all, 1997).

Quadro 1 - Plano de ação do Projeto de Integração Disciplinar para o 3º e 4º anos do Curso de Geografia, por disciplinas, na bacia do Balneário da Amizade, em 2000.

	Objetivos	Conteúdo	Atividades
Geomorfologia	aplicar conhecimentos geomorfológicos na análise sistêmica de bacia hidrográfica e compreendê-la como unidade físico-territorial de planejamento e gestão dos recursos hídricos.	análise sistêmica da bacia hidrográfica; legislação de recursos hídricos e conceitos básicos sobre impactos ambientais.	mapeamento temático; análise da legislação de recursos hídricos e trabalhos sobre impacto ambiental.
Geografia Urbana	entender a cidade como expressão territorial do processo de urbanização, e como resultado de um conjunto diversificado e contraditório de múltiplas ações	os agentes da produção do espaço urbano; a especulação imobiliária e o planejamento urbano; e exclusão sócio-espacial: indicadores ambientais e de qualidade de vida.	mapeamentos temáticos e leituras programadas
Didática e Prática de Ensino de Geografia III:	compreender a unidade objetivos-conteúdos-métodos como essencial ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino aprendizagem; identificar no processo de ensino as múltiplas determinações, sendo capaz de propor transformações, através de propostas concretas de ação; compreender a reciprocidade necessária entre as dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica; avaliar o projeto pedagógico da escola escolhida, especialmente no que tange a finalidade e funcionalidade da Geografia na formação do perfil de aluno almejado; planejar/executar/avaliar plano de aula, baseando-se no eixo: ação/reflexão/ação, a partir da temática: problemas ambientais relativos aos recursos hídricos de Presidente Prudente.	Elementos para uma Didática no contexto de uma Pedagogia para a transformação: inter-relação dos elementos da Didática: teoria x prática organização do processo de ensino aprendizagem significativos e emancipatórios: estudos dos seus elementos constitutivos;  Planejamento (Plano de Escola/ Plano de Ensino/ Plano de Aula) os objetivos educacionais a seleção do conteúdo o método e os procedimentos de ensino a avaliação da aprendizagem e do ensino relação professor-aluno	Estágio: avaliação do projeto pedagógico (Plano de Escola) elaboração / execução e avaliação do Plano de Aula; elaboração de relatório e artigo sobre as atividades realizadas.

Fonte: Projeto de Integração Disciplinar, 1999.

Na área da Bacia do Córrego do Limoeiro ocorrem rochas areníticas do Grupo Bauru definidas pela formação Adamantina, caracterizadas por arenitos finos e muito finos, dispostos em bancos poucos espessos. O solo tem uma formação Podzólico que vai da escala vermelho

escuro ao amarelo. O solo é ocupado basicamente por pastagens degradadas e em má situação de infiltração.

A Bacia do Alto Curso do Limoeiro, com 18,5 Km<sup>2</sup>, corresponde aproximadamente a 1% da Bacia do Rio Santo Anastácio, localizando-se mais especificamente, desde o interflúvio divisor de drenagem do Rio de Peixe/Santo Anastácio, até a confluência com o Córrego do Veado, constituindo o limite de município entre Álvares Machado e Presidente Prudente, conforme define a Lei Municipal 2053/79.

O Balneário era responsável por 30% da água de superfície que abastecia a cidade de Presidente Prudente. Na atualidade encontra-se interdito ao banho devido a contaminação por coliformes fecais e está seriamente comprometido pelo processo de assoreamento, resultante da ocupação urbana inadequada, tendo perdido consideravelmente sua capacidade de armazenamento. Desta forma, grande parte da água utilizada pela Sabesp local, está sendo captada no Rio do Peixe, conseqüentemente tornando mais alto o custo da água para a população prudentina, devido à longa distância.

A partir dos trabalhos de campo, levantamento bibliográfico, entrevistas com moradores, leituras de mapas temáticos e discussões realizadas em sala de aula, pudemos constatar alguns dos principais problemas que vêm afetando toda a Bacia Hidrográfica do Alto Limoeiro e concomitantemente o Reservatório do Balneário da Amizade.

Os principais problemas desta bacia são a intensificação do processo erosivo nas encostas e margens fluviais - pelo arruamento a favor do declive e ausência de pavimentação e sistema de drenagem urbana em muitos bairros -, o acúmulo de lixo e entulho nos fundos de vales e o lançamento de esgotos não tratados em afluentes ou diretamente no Balneário (normalmente em decorrência de vazamentos na rede coletora ou ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial). Esses problemas estão provocando o assoreamento do reservatório e a limitação do uso de suas águas para o abastecimento público.

Com as atividades desenvolvidas no PID, busca-se mobilizar a comunidade local na defesa desse manancial, somando forças com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente que já vem desenvolvendo projeto de recuperação ambiental do Balneário da Amizade, com o cercamento das áreas de preservação ambiental e maior rigor na análise de projetos de parcelamento do solo urbano nesta bacia. Todavia, por tratar-se de área de expansão urbana, com forte tendência à conurbação com a cidade de Álvares Machado, os problemas ambientais devem agravar-se nesta bacia hidrográfica.

Os resultados do Projeto de Integração Disciplinar podem ser visualizados nas intervenções concretas nos fundos de vales da bacia do

Balneário da Amizade e nos conhecimentos socializados com a comunidade local, a qual, ao apropriar-se dessas informações e dados, os utiliza em reivindicações junto ao poder público municipal. Como exemplo, cita-se as reivindicações para que um loteamento aprovado na década de 90 tenha as áreas de preservação ambiental e as áreas institucionais delimitadas para verificar se houve sobreposição ilegal destas áreas. Outra reivindicação motivada pelo conhecimento produzido pelo PID é a de que o córrego da Malandra, sub-afluente do Balneário da Amizade, tenha projeto de urbanização incluído no orçamento participativo do município para o ano 2001.

Outros resultados do PID são a melhor formação profissional e científica propiciada aos alunos do curso de Geografia, os quais, vivenciando uma experiência de ação educativa interdisciplinar, com abordagem da temática ambiental, poderão desenvolver experiências semelhantes em suas futuras atividades profissionais.

#### 4. Conclusão

No desenvolvimento do Projeto de Integração Disciplinar destaca-se o papel da bacia hidrográfica como unidade espacial que propicia a integração de diferentes disciplinas e professores no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que permite uma abordagem integrada dos aspectos sociais, naturais e educativos.

Com o conhecimento adquirido, os formandos poderão capacitar-se para participarem de trabalhos na área ambiental, seja no ensino fundamental ou médio, seja junto às equipes de planejamento ambiental, em particular no sistema de gestão de recursos hídricos, que adota a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para planejamento e gerenciamento.

Em síntese, o Programa de Integração Disciplinar constitui-se em uma experiência altamente positiva, pelas atividades interdisciplinares que viabiliza, articulando ensino, pesquisa e extensão com professores e alunos de graduação em Geografia e propiciando uma intensa e frutífera troca de conhecimentos, e pela realização de ações integradas entre universidade, escolas, poder público e comunidade.

#### Bibliografia

- BRANDÃO, C.R. (Org.). *Pesquisa participante*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.34-41.
- BUSQUETS, M.D. et al. *Temas transversais em Educação*. Bases para uma formação íntegra. São Paulo: Ática, 1998.
- CASSETI, V. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991. 146p.

- CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.29-40.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE/CEPAL. *Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas*. CEPAL, 1994. 221p.
- DOWBOR, L. *Poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85p.
- FREIRE, P. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1984.
- GUERRA, A. J.T. e CUNHA, S.B. (Orgs.) *Geomorfologia e Meio Ambiente*. RJ: Bertrand Brasil, 1996.
- LEAL, A.C. *Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema - São Paulo*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Geociências – Área de concentração em Administração e Política de Recursos Minerais) – Instituto de Geociências – UNICAMP, 299p.
- LEAL, A.C. *Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do Areia Branca - Campinas - São Paulo*. Rio Claro, 1995. Dissertação (Mestrado em Geociências - Área de concentração em Geociências e Meio Ambiente) - Inst. de Geociências e Ciências Exatas- UNESP-Rio Claro. 155p.
- LEAL, A.C. e HESPANHOL, A.N. *O desenvolvimento de atividades diversificadas e Integradas no curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP: o início de uma longa caminhada*. In: ALVES, N. e MENEGUETTE JR., M. (Orgs.) FCT 40 Anos: Perfil Científico. Presidente Prudente, 1999.
- MACHADO, P.A.L. *Direito ambiental brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. 606p.
- MAURO, C. A. (Org.) *Laudos Periciais em Depredações Ambientais*. Rio Claro: Laboratório Planejamento Municipal/DPR-IGCE/UNESP, 1997. p.44-57.
- RODRIGUES, A.M. *Produção e Consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997. (2ª edição).
- SPOSITO, M.E.B. A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. *Recortes* – GAsPERR/FCT-UNESP, Presidente Prudente, n.4, p.5-40, 1995.
- SUDO, H., LEAL, A.C., Aspectos Geomorfológicos e Impactos Ambientais da ocupação dos fundos de vales em Presidente Prudente/SP. *Revista Natureza e Sociedade*, Uberlândia, p. 362-67, 1996. (Anais do I Simpósio Nacional de Geomorfologia)

- TAUK-TORNISIELO, S.M. et al. (Orgs.). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: FAPESP, 1991. 169p.
- VIEIRA, P.F., MAINON, D. (Org.). *As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA/NAEA: APED, 1993.

# O COOPERATIVISMO NO RAIOS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST) (Uma Contribuição para a Geografia do Trabalho)

Alexandre Domingues RIBAS<sup>1</sup>  
Antonio THOMAZ JR.<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse texto visa explicitar alguns apontamentos sobre o cooperativismo a partir da égide organizativa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), sendo que as nossas atenções estarão voltadas para a COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). Objetivamos a compreensão do cooperativismo a partir de seu dimensionamento tático-estratégico, ou seja, pretende-se discuti-lo tendo como referencial o projeto político-ideológico e organizativo do MST a partir do seu enraizamento sócioterritorial. O cooperativismo pauta-se enquanto o redimensionamento da luta política do MST, no sentido de redefini-la a partir da necessidade da gestão territorial dos assentamentos, reforçando, portanto, a defesa da viabilidade econômica da reforma agrária.

**Palavras-chaves:** cooperativismo, trabalho, gestão territorial, luta pela terra, assentamentos rurais, diferencialidade

## 1. Introdução

Este texto é produto de um exercício teórico-conceitual sobre a importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A esse assunto

<sup>1</sup> Aluno do curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior; membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Presidente Prudente). *E-Mail:* ribasunesp@zipmail.com.br

<sup>2</sup> Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" (CEMOSi). *Endereço para Correspondência:* Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. Presidente Prudente. *E-Mail:* thomazjr@prudente.unesp.br

estamos nos dedicando já há três anos (desde o 3º ano do curso de graduação em Geografia nesta Faculdade), sendo que, atualmente, a pesquisa em andamento inscreve-se no curso de pós-graduação, em nível de mestrado<sup>3</sup>.

Objetivamos compreender o cooperativismo a partir de seu dimensionamento tático-estratégico, ou seja, pretende-se discuti-lo tendo como referencial o projeto político-ideológico do MST a partir do seu enraizamento sócioterritorial. Queremos ressaltar que apresentaremos alguns conceitos (que ainda se encontram em um estágio inicial de aprofundamento) que acabam por fundamentar a estrutura pela qual a questão do cooperativismo, em nosso entender, estaria sendo compreendida a partir de sua manifestação territorial. Dessa forma, nossa "leitura" do fenômeno em pauta estrutura-se numa discussão sobre os conceitos de **gestão territorial, dimensão tático-estratégica** (THOMAZ JR., 1998) e **contrapoderes** (BIHR, 1998).

Posteriormente, direcionaremos nossa análise para uma breve reflexão sobre a gênese do MST, ressaltando sua inserção no bojo da luta de classes no Brasil, bem como o dimensionamento histórico-social do cooperativismo no âmbito de seu processo de territorialização. E, num último momento, dirigiremos nossas atenções para a importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do MST, apresentando os princípios do cooperativismo, sua importância política, sua inserção no projeto político de gestão territorial do MST, bem como reflexões preliminares sobre os desdobramentos dessa proposta no Pontal do Paranapanema, a partir do raio de atuação da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal).

## 2. Referenciais teórico-conceituais

A necessidade de explicitarmos os referenciais teórico-conceituais que instrumentalizam nosso "olhar" sobre a materialidade fenomênica posta, substancia-se no entendimento de que a Geografia possa nos possibilitar o entendimento da *processualidade* social (movimento contraditório da sociedade contemporânea) a partir de sua manifestação/enraizamento sócioterritorial (expressão singular, específica do fenômeno). Todavia, esse movimento contraditório da sociedade, cujo

<sup>3</sup> Nos referimos aqui ao projeto de pesquisa desenvolvido junto ao curso de pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, intitulado "**MST: Cooperativização e (re)organização político-territorial dos assentamentos. O caso da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**", com financiamento da FAPESP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

dimensionamento é a totalidade concreta, reconhece-se a partir da singularidade, no sentido de que esse ordenamento territorial específico expressa a própria *diferencialidade* dos "conteúdos sociais diversos" (ritmos e formas) inerentes à lógica da *multidimensionalidade* contraditória (totalidade social), sendo o território "*a relação direta entre a processualidade social e a manifestação material enquanto diferencialidade que se expressa territorialmente*" (THOMAZ JR., 1998:3).

Cabe à Geografia, portanto, a potencialidade de desvendar a lógica contraditória das mediações particulares do enraizamento das relações capitalistas de produção, cujo "desdobramento" correspondente é a luta de classes, a partir do ordenamento (disposição e arranjo segundo uma desordem territorial da sociedade), materializando a essência do movimento do fenômeno que, num primeiro momento, expressa-se como aparente (paisagem, materialidade senso-perceptível). Com isso, deixamos claro que a Geografia deve pautar-se como um referencial teórico-político que contribua para a qualificação do debate acerca da construção coletiva de uma nova base societária, resgatando a humanidade do homem, pensando para além dos limites do capital, pois "*...como poderiam os homens mudar de cima a baixo as condições de sua existência, se a conformidade às condições de produção do capital permanece sendo a premissa necessária de toda mudança admissível?*" (MÉSZÁROS, 1987:68).

Um primeiro conceito que pretendemos discutir é o de **gestão territorial**. Faz-se necessário ressaltar que existe uma bibliografia muito restrita sobre essa temática, sendo que utilizaremos como referencial analítico o trabalho de **THOMAZ JR., 1998**<sup>4</sup>, que direciona sua reflexão sobre alguns exemplos reais de gestão e ordenamento territoriais dos atores envolvidos na agroindústria sucro-alcooleira paulista, chamando a atenção para "*... o desafio de compreendermos os processos e os mecanismos de controles e regulações sociais, enraizados sob diferentes formas e concepções de gestão territorial da sociedade*" (THOMAZ JR., 1998:1). O exercício desse referencial conceitual está acoplado aos elementos teóricos que vamos apresentar, bem como às evidências empíricas singulares, sendo que ressaltaremos a organização cooperativa sob a égide do MST, a partir, principalmente, de seus desdobramentos no Pontal do Paranapanema.

Entendemos a gestão territorial no âmbito da organização cooperativa do MST, como o projeto político pelo qual este Movimento dimensiona elementos/ações táticas para a gestão dos assentamentos

<sup>4</sup> Nos referimos ao texto **Leitura Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes**. Boletim Gaúcho de Geografia, n. 24, Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

conquistados. Assim, a partir de seu processo de territorialização, o MST dimensiona como pauta política a organização da produção e do trabalho nos assentamentos, tendo como sustentação um projeto singular (cooperativismo) como forma de vincular a organização do assentamento com seu projeto político-estratégico mais amplo, no qual o cooperativismo expressa-se como um projeto de viabilização sócio-político-econômico dos assentamentos, como forma de consolidar suas ações específicas no bojo do fortalecimento de sua solidificação político-ideológica. Assim, o cooperativismo pauta-se como a dimensão tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial, ou a organização dos assentamentos a partir de uma rede de determinações que se articulam num processo político que expressa uma unicidade específica: o seu projeto estratégico.

A gestão territorial do MST tem como desdobramento um ordenamento específico, uma "malha"/arranjo singular, expressa nos lugares, sendo que nossa pesquisa (já citada anteriormente) é voltada para uma territorialidade singular: a organização cooperativa no Pontal do Paranapanema.

A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994, no município de Mirante do Paranapanema, na sede do assentamento **União da Vitória** (atualmente, assentamento São Bento), por 291 assentados. Desde sua fundação, o projeto da cooperativa era congregar interesses políticos do MST atinentes ao seu projeto de gestão dos assentamentos, ou seja, ao conquistar o assentamento, o MST passa a articular formas de organização, no sentido de consolidar-se politicamente. Isso se dá a partir da vigência do Sistema Cooperativista dos Assentados, criado em 1989 e que contempla as Cooperativas de Produção Agropecuária e as Cooperativas de Prestação de Serviços que, no âmbito estadual, estão inseridas no contexto da Central Cooperativista dos Assentados, tendo como vértice maior, do ponto de vista organizativo, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), criada em 1992, a partir de um amplo processo de debates consolidado a partir do acúmulo de experiências em todo o Brasil<sup>5</sup>.

Assim, do ponto de vista político-econômico, os objetivos da COCAMP são basicamente dois:

- a) diversificação da produção agropecuária nos assentamentos, no sentido de superar com uma exploração pautada num único produto (milho, feijão etc.);

<sup>5</sup> Sobre a estrutura nacional do cooperativismo a partir da organização do MST ver FERNANDES & STÉDILE, 1999 e MST, 1997.

- b) fechar o máximo possível a cadeia produtiva, por meio da agroindustrialização, vislumbrando a agregação de preço às matérias-primas agrícolas, possibilitando melhores condições de comercialização e escoamento da produção dos assentados, via instituição de uma marca única "Sabor do Campo", como forma de viabilizar a produção dos assentados com o projeto mais amplo do MST em escala nacional e estadual.

A COCAMP, quando fundada, visava a uma área de ação nos seguintes municípios: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Rosana, Primavera, Presidente Epitácio, Santo Anastácio, Marabá Paulista e Presidente Prudente. Atualmente, cinco anos após a sua fundação, através da Tabela 1, pode-se visualizar a composição e o raio de atuação da COCAMP.

TABELA 1 – Total de Assentados Cooperados à COCAMP - 1999

MUNICÍPIO	N.º DE ASSENTAMENTOS	N.º DE COOPERADOS
Teodoro Sampaio	09	314
Sandovalina	01	152
Ribeirão dos Índios	01	32
Presidente Venceslau	02	112
Presidente Bernardes	05	194
Piquerobi	01	24
Narandiba	01	76
Mirante do Paranapanema	14	306
Marabá Paulista	01	63
Euclides da Cunha	05*	629
Caiuá	01	46
Sem informações	02	45
<b>TOTAIS</b>	<b>43</b>	<b>1.993</b>

\* Um dos assentamentos, a Gleba XV de Novembro, se localiza nos municípios de Euclides da Cunha e Rosana.

Fonte: Pesquisa de Campo, 1999.

A partir desses dados podemos observar a *diferencialidade* inerente à territorialidade da COCAMP no Pontal do Paranapanema, sendo que os cooperados se localizam em 11 municípios da região, sendo que há uma grande concentração de cooperados nos municípios de Euclides da

Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Faz-se necessário ressaltar que a sede da cooperativa (fundada em Mirante do Paranapanema), desde 1996 transferiu-se para o município de Teodoro Sampaio, onde também está centralizada quase a totalidade do complexo agroindustrial da cooperativa (relacionados aos projetos específicos que ressaltaremos posteriormente). Já a feccularia e a farinheira (que também fazem parte do projeto agro-industrial da cooperativa), localizam-se no município de Sandovalina/SP.

A partir dos objetivos político-organizacionais estabelecidos, a forma de operacionalização das propostas da COCAMP consubstancia-se a partir da consecução de seus projetos agropecuários e agro-industriais. Esses projetos estão inseridos no Plano de Desenvolvimento Econômico Rural para a região do Pontal do Paranapanema, elaborado a partir de 1996 e que explicita os objetivos político-estratégico-econômico do MST, a partir da organização cooperativa enquanto elemento norteador da gestão dos assentamentos. A base fundante dos projetos estrutura-se, de um lado, na autogestão do trabalho, parametrizada na relação de autosustentação (subsistência) e, por outro lado, na inserção mercadológica. Os principais projetos da COCAMP são os seguintes:

- a) **Aquisição e distribuição, a grupos de assentados, de 50 tratores e 250 implementos agrícolas.** Projeto financiado pelo PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) que encontra-se em fase de execução.
- b) **Fruticultura:** com uma área plantada de 100 hectares de abacaxi e 100 hectares de maracujá.
- c) **Cafeicultura:** com uma área plantada de 200 hectares de café adensado.
- d) **Piscicultura:** com a implantação de 09 tanques por derivação no assentamento São Bento, sendo que a meta é a implantação de 150 unidades de tanques-redes.
- e) **Irrigação:** feijão e olerícolas.
- f) **Mandioca:** utilização de variedades melhoradas.

A partir dessas linhas de produção, a COCAMP está implementando agroindústrias e projetos demonstrativos, sendo os principais:

- a) **Despolpadeira de frutas:** produção inicial de polpa congelada de frutas, em fase de implantação, com início de atividades previsto para o ano 2.000, com capacidade de processamento de 3.000 quilos de polpa por hora.
- b) **Complexo de grãos:** armazenamento de grãos em 4 silos de 1.500 toneladas cada e 2 barracões com capacidade de 50 mil sacas/ano. Início da implantação em março de 1998.

- e) **Derivados de mandioca:** operacionalização de uma fábrica de farinha de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes – com início das atividades em março de 1998; implementação de uma fábrica de fécula de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes.

Assim, lançamos algumas questões à discussão que julgamos serem importantes: qual a gestão territorial da COCAMP? Seria sua própria autogestão territorial, sendo sua abrangência a própria capacidade de gerenciamento da estrutura cooperativa, traduzida na materialização de sua organização nos assentamentos? Ou o parcelamento do trabalho (gestão individual dos lotes) expressa o limite de compreensão dos assentados, tendo como referência sua identidade individualista, reificada mediante a cristalização das relações de propriedade? Essa dimensão seria uma negação de sua autogestão ou um desdobramento de sua diferencialidade? Por razões óbvias, foge do alcance deste ensaio responder essas questões, mas elas evidenciam, em nosso entender, o exercício teórico em que estamos imersos, a partir das evidências empíricas.

Uma outra discussão que entendemos ser fundamental para a exposição do referencial teórico-conceitual em pauta, refere-se a uma reflexão específica sobre o que entendemos por dimensão tático-estratégica do cooperativismo existente no raio de atuação política do MST. A dimensão estratégica é entendida como a propagação de um projeto político ligado à construção de uma nova sociedade, ou seja, seria o fundamento político-ideológico do MST e sua intersecção no enraizamento da luta de classes. Segundo o MST (Caderno de Cooperação Agrícola n.º 05, 1997), suas tarefas estratégicas seriam as seguintes: alimentar a esperança de que a transformação é possível; trabalhar na qualificação interna do MST; ajudar a sociedade a se organizar; desenvolver novos valores éticos e morais; desenvolver uma nova concepção de mercado; desenvolver a consciência nacional; contribuir na elaboração do Projeto Nacional e ampliar a reforma agrária. Dessa maneira, a estratégia seria a fundamentação ideológica do MST, ou os delineamentos estruturantes de suas ações específicas em direção à concretização de um devir histórico. Seriam, portanto, os apontamentos políticos gerais no qual almejam que desemboquem suas ações táticas específicas.

Já a questão tática é aqui entendida como as formas pelas quais o MST materializa suas ações (cooperativas, educação, imprensa informativa, ocupações etc.) com o objetivo de apresentar um projeto de gestão territorial acoplado a sua estratégia política mais ampla. A dimensão tática seriam as ações específicas, os desdobramentos imediatos do confronto político da luta de classe e do projeto de gestão territorial que,



Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Faz-se necessário ressaltar que a sede da cooperativa (fundada em Mirante do Paranapanema), desde 1996 transferiu-se para o município de Teodoro Sampaio, onde também está centralizada quase a totalidade do complexo agroindustrial da cooperativa (relacionados aos projetos específicos que ressaltaremos posteriormente). Já a fecularia e a farinheira (que também fazem parte do projeto agro-industrial da cooperativa), localizam-se no município de Sandovalina/SP.

A partir dos objetivos político-organizacionais estabelecidos, a forma de operacionalização das propostas da COCAMP consubstancia-se a partir da consecução de seus projetos agropecuários e agro-industriais. Esses projetos estão inseridos no Plano de Desenvolvimento Econômico Rural para a região do Pontal do Paranapanema, elaborado a partir de 1996 e que explicita os objetivos político-estratégico-econômico do MST, a partir da organização cooperativa enquanto elemento norteador da gestão dos assentamentos. A base fundante dos projetos estrutura-se, de um lado, na autogestão do trabalho, parametrizada na relação de autosustentação (subsistência) e, por outro lado, na inserção mercadológica. Os principais projetos da COCAMP são os seguintes:

- a) **Aquisição e distribuição, a grupos de assentados, de 50 tratores e 250 implementos agrícolas.** Projeto financiado pelo PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) que encontra-se em fase de execução.
- b) **Fruticultura:** com uma área plantada de 100 hectares de abacaxi e 100 hectares de maracujá.
- c) **Cafeicultura:** com uma área plantada de 200 hectares de café adensado.
- d) **Piscicultura:** com a implantação de 09 tanques por derivação no assentamento São Bento, sendo que a meta é a implantação de 150 unidades de tanques-redes.
- e) **Irrigação:** feijão e olerícolas.
- f) **Mandioca:** utilização de variedades melhoradas.

A partir dessas linhas de produção, a COCAMP está implementando agroindústrias e projetos demonstrativos, sendo os principais:

- a) **Despolpadeira de frutas:** produção inicial de polpa congelada de frutas, em fase de implantação, com início de atividades previsto para o ano 2.000, com capacidade de processamento de 3.000 quilos de polpa por hora.
- b) **Complexo de grãos:** armazenamento de grãos em 4 silos de 1.500 toneladas cada e 2 barracões com capacidade de 50 mil sacas/ano. Início da implantação em março de 1998.

- e) **Derivados de mandioca:** operacionalização de uma fábrica de farinha de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes – com início das atividades em março de 1998; implementação de uma fábrica de fécula de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes.

Assim, lançamos algumas questões à discussão que julgamos serem importantes: qual a gestão territorial da COCAMP? Seria sua própria autogestão territorial, sendo sua abrangência a própria capacidade de gerenciamento da estrutura cooperativa, traduzida na materialização de sua organização nos assentamentos? Ou o parcelamento do trabalho (gestão individual dos lotes) expressa o limite de compreensão dos assentados, tendo como referência sua identidade individualista, reificada mediante a cristalização das relações de propriedade? Essa dimensão seria uma negação de sua autogestão ou um desdobramento de sua diferencialidade? Por razões óbvias, foge do alcance deste ensaio responder essas questões, mas elas evidenciam, em nosso entender, o exercício teórico em que estamos imersos, a partir das evidências empíricas.

Uma outra discussão que entendemos ser fundamental para a exposição do referencial teórico-conceitual em pauta, refere-se a uma reflexão específica sobre o que entendemos por dimensão tático-estratégica do cooperativismo existente no raio de atuação política do MST. A dimensão estratégica é entendida como a propagação de um projeto político ligado à construção de uma nova sociedade, ou seja, seria o fundamento político-ideológico do MST e sua intersecção no enraizamento da luta de classes. Segundo o MST (Caderno de Cooperação Agrícola n.º 05, 1997), suas tarefas estratégicas seriam as seguintes: alimentar a esperança de que a transformação é possível; trabalhar na qualificação interna do MST; ajudar a sociedade a se organizar; desenvolver novos valores éticos e morais; desenvolver uma nova concepção de mercado; desenvolver a consciência nacional; contribuir na elaboração do Projeto Nacional e ampliar a reforma agrária. Dessa maneira, a estratégia seria a fundamentação ideológica do MST, ou os delineamentos estruturantes de suas ações específicas em direção à concretização de um devir histórico. Seriam, portanto, os apontamentos políticos gerais no qual almejam que desemboquem suas ações táticas específicas.

Já a questão tática é aqui entendida como as formas pelas quais o MST materializa suas ações (cooperativas, educação, imprensa informativa, ocupações etc.) com o objetivo de apresentar um projeto de gestão territorial acoplado a sua estratégia política mais ampla. A dimensão tática seriam as ações específicas, os desdobramentos imediatos do confronto político da luta de classe e do projeto de gestão territorial que,

necessariamente, estão articuladas com uma base estrutural (político-ideológica) mais ampla: sua dimensão estratégica.

Uma última questão que queremos enfatizar nesta primeira parte do texto, refere-se à discussão apresentada por **Alain Bihl, 1998<sup>6</sup>**, que desenvolve uma discussão qualificada sobre a crise, historicamente determinada, do movimento operário europeu e dimensiona alguns apontamentos políticos-estratégicos para a solidificação de uma contra-hegemonia operária, superando as relações sociais reificadas e alienantes do capital.

Em um momento específico dessa obra, o autor explicita o conceito de *contrapoderes*, que seria uma dimensão da organização concreta dos trabalhadores no vislumbre do enraizamento de uma nova base e estrutura societárias. O autor parte da hipótese de que uma “superação” das relações sociais postas só é possível com base “em redes organizadas de contrapoderes”, que seriam originárias do desenvolvimento de “projetos alternativos (contraprojetos)” direcionados a “*reapropriação das condições materiais, institucionais e culturais da existência individual e coletiva*” (BIHR, 1998: 219).

Dessa forma, os *contrapoderes* seriam a negação do próprio poder político sobre as forças sociais, isto é, a negação/resistência a um processo de monopolização (poder político) da força social “*por um conjunto de grupos, organizações, instituições, que se apoderam, assim, da capacidade de dirigir, organizar, controlar a atividade social, em detrimento do resto da sociedade, que é, então obrigada a lhes obedecer*” (BIHR, 1998: 219). Assim, o *contrapoder* seria a resistência a essa apropriação privativa do “controle social”, ou ainda, seria uma organização/estrutura autônoma em relação ao poder político, contestando na prática a monopolização da força social. Essa dimensão estratégica seria “*...o ato que coroa a reapropriação coletiva, pelos trabalhadores, da capacidade para dirigir e organizar a sociedade, no final de um processo que terá visto se desenvolver conjuntamente seu poder, sua autonomia e sua consciência*” (BIHR, 1998: 223).

Objetivamos discutir o conceito de *contrapoderes* juntamente ao processo político de gestão territorial, via organização cooperativa do MST, sendo que, em resistência a um processo de desterritorialização, oriunda de uma “monopolização do poder político”, o MST apresenta um projeto de autogestão, uma “reapropriação coletiva” da capacidade de

<sup>6</sup> Estamos nos referindo a obra de Alain Bihl *Da Grande Noite à Alternativa*, São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

organizar os trabalhadores, tendo como base fundante o enraizamento de sua autonomia.

O cooperativismo, como um aspecto específico de organização do trabalho e da produção nos assentamentos, expressa uma articulação direta com o projeto de organização política que é o MST. Isso, no nosso entender, é a expressão do *contrapoder* em relação a uma forma política monopolizadora (que deve ser compreendida no âmago da luta de classe no Brasil), pretextando consolidar uma proposta alternativa, resgatando a capacidade de ação sobre si de uma organização “*que lhe permite fixar e dominar, praticamente, suas próprias finalidades e seus modos de organização, assim como controlar sua execução*” (BIHR, 1998: 219).

Esses são, de uma forma geral, alguns apontamentos teórico-conceituais, segundo os quais objetivamos desenvolver e fundamentar nossa reflexão.

No próximo item, o objetivo é apresentar a cristalização/gênese do MST no bojo da luta de classe no Brasil, evidenciando, também, a singularidade e a dinâmica histórico-social do cooperativismo no âmbito do seu projeto de gestão territorial no Brasil.

### 3. Gênese do MST e dimensionamento histórico-social do cooperativismo

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, por conseguinte, de territorialização da organização cooperativa da produção nos assentamentos de reforma agrária, está ligado a um espectro mais amplo de verticalização político-ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), imbricada à dinâmica e consecução de seu projeto de gestão político-territorial.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surgiu<sup>7</sup> como resultado de um processo de lutas, inicialmente isoladas pelo território brasileiro, que emergiram a partir de 1979 como expressão concreta da organização dos trabalhadores em resistência à desterritorialização oriunda do desenvolvimento e hegemonização das relações capitalistas de produção, cujas facetas expressaram-se a partir do processo de proletarianização, urbanização e, conseqüentemente, do desemprego.

Assim, as transformações recentes da agricultura brasileira, principalmente a partir de meados da década de 60 e início da década de 70, tendo como referencial o processo de “modernização”/mecanização do processo produtivo e das relações de produção, produziram de imediato, a “expulsão” do campo de uma diversidade de trabalhadores (assalariados,

<sup>7</sup> Sobre a formação do MST no Brasil, ver FERNANDES, 1996; FERNANDES & STÉDILE, 1999; STÉDILE, 1994.

meeiros, arrendatários, posseiros, meeiros.) e pequenos e médios proprietários, materializando a hegemonia das relações de trabalho consubstanciadas na prática do assalariamento ou da subordinação do trabalho a outras formas consorciadas, sob a titularidade do capital. Esse processo reconfigurou o ordenamento territorial predominante na agropecuária brasileira, tendo à frente o capital monopolista<sup>8</sup>. A partir disso, tem-se o agravamento da luta de classe no Brasil, no qual o MST organiza e personifica a expressão desse conflito, via luta pela terra.

Esse excedente de força de trabalho, num primeiro momento, deslocou-se para as regiões de fronteiras agrícolas (Rondônia, Pará e Mato Grosso), seguindo a lógica dos projetos de colonização, coordenados e direcionados às práticas políticas do governo militar, como também, parte expressiva desse contingente de trabalhadores e seus familiares transferiu-se para as cidades, em especial os grandes centros urbanos. Esse momento coincide com o alavancamento da industrialização e do processo de urbanização, sendo que os trabalhadores desterritorializados tinham a missão de atender à demanda por força de trabalho da indústria nascente e engrossar as fileiras do “exército industrial de reserva” permanente, subordinado à hegemonia do processo de reprodução ampliada e acumulação do capital.

Ambos os flancos de “atração” dessa força de trabalho excedente passaram a expressar seus limites e contradições, sendo que nas regiões de fronteiras esses sujeitos sociais não conseguiam reproduzir-se enquanto categoria e nas cidades, grande parte foi marginalizada.

Como resposta a esse processo, inicia-se a dinâmica de organização e resistência por parte desse contingente de expropriados, resultando assim, a partir de um processo cumulativo de lutas dispersas pelo território, a gênese do MST, primordialmente, na Região Centro-Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul).

Outros dois aspectos da gênese do MST no Brasil referem-se à participação e influência ideológica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – iniciado, em 1975, no Centro-Oeste - e da Igreja Luterana, como potencializadores de uma organização tendo como aparato, preceitos místicos e religiosos. Outro elemento importante sobre a gênese do MST refere-se ao momento político singular, acoplado a um processo mais amplo de discussões voltadas à propagação de um discurso contra-hegemônico à ditadura militar. Dessa forma, as condições objetivas da época propiciaram a confluência de forças políticas (Sindicatos, Partidos Políticos, etc.)

<sup>8</sup> A esse respeito ver, OLIVEIRA, 1981; THOMAZ JR, 1989; KAGEYAMA, 1987.

favoráveis à solidificação e surgimento do MST, que culmina, em janeiro de 1984, com a realização do I Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR.

Dessa forma, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquista de assentamentos, a cooperação agrícola passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio Movimento, explicitando uma proposta alternativa de (re)organização do trabalho e da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, da cristalização da cooperativa como forma específica de formação política e de viabilização econômica dos assentamentos.

Essa dimensão histórico-social do cooperativismo no raio de atuação do MST, resumidamente, pode ser apresentado da seguinte forma:

• **Período (1979-1985):** As reflexões, principalmente por parte das lideranças do MST, sobre a organização da produção, iniciaram-se a partir da consolidação dos primeiros assentamentos organizados pelo Movimento. Nesse primeiro período, tem-se a predominância, enquanto organização do trabalho, do individualismo, no qual a conquista da terra era concebida como objetivo máximo e o que existia, em nível de metodologias de organização, eram algumas experiências dimensionadas e coordenadas, predominantemente, pela Igreja Católica, através de grupos comunitários e associações informais, baseada, principalmente, nos fatos retratados na Bíblia. Ou seja, o trabalho fundamentava-se em mutirão e limitava-se aos ideais cristãos, o que significa que o nível de cooperação era espontâneo, no sentido de que originava da necessidade imediata e não estava ligado a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST.

Assim, a principal dificuldade era a conscientização dos assentados, em especial no que tange às barreiras da hegemonia do trabalho individual e sobre a necessidade da construção de um espaço de debates e discussões e, por conseguinte, de ações práticas direcionadas à verticalização da organização da produção, sendo que “nessa primeira etapa do movimento havia uma visão romântica da produção” (FERNANDES & STÉDILE, 1999:95).

• **Período (1986-1990):** Nesse período, os debates sobre a questão em pauta foram aprofundados com a participação de técnicos vinculados ao projeto político do MST, além da realização de diversas viagens (Israel, Espanha, Cuba, Honduras, Nicarágua, Peru e México), por parte de algumas lideranças, a fim de conhecer e estudar outras experiências e discussões/reflexões já acumuladas em outros países. A verticalização da organização cooperativa nesse momento está atrelada às condições objetivas, sendo que “Foi preciso então que a própria base do movimento – os assentados – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade

*de mecanizar as lavouras, mudanças de padrão técnico do seu trabalho, acesso ao crédito, etc.*" (FERNANDES & STÉDILE, 1999:96).

A partir do momento em que as lideranças retornaram, principalmente de Cuba, em 1986, iniciou-se o processo de estruturação de uma proposta direcionada à organização da produção, tendo como característica um processo de sistematização e estudos, no qual solidifica-se, paulatinamente, a idéia de associar a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento sócio-econômico, desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária).

Em Maio de 1986, o MST organizou o I Encontro Nacional dos Assentados, do qual participaram representantes de 11 Estados brasileiros (Caderno de Cooperação Agrícola n.º 05, 1997). O objetivo desse encontro era justamente estimular e aprofundar discussões coletivas voltadas à elaboração de propostas específicas para a viabilização da cooperação agrícola. O resultado mais imediato foi a formação de uma Comissão Nacional dos Assentados e a principal reivindicação direcionou-se para os subsídios voltados à pequena produção. Isso propiciou a concretização da primeira luta, internamente à égide organizativa do MST, com relação à produção, que se expressou na conquista de uma linha de crédito voltada especificamente para investimentos em áreas de reforma agrária, como o PROCERA<sup>9</sup> (Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária), em 1986.

Um outro elemento importante que propiciou a consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, nesse período, diz respeito às novas leis, particularmente no que tange à fundação e regulamentação das cooperativas, promulgadas na Constituição de 1988, que garantiu, de certa forma, uma autonomia na gestão cooperativa.

Em Maio de 1988 foi organizado um "Manual de Cooperação Agrícola", expressando assim, a organização interna do MST, via imprensa informativa, desenvolvendo e potencializando seu trabalho de base.

O Sistema Cooperativista dos Assentados resultou, basicamente, desse acúmulo de discussões e experiências, sendo que foi consolidado a partir de 1990, com a realização de um seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, no qual foram definidas as principais linhas políticas de organização da produção, além da estruturação das Cooperativas de Produção Agropecuárias e a base territorial prioritária de consecução desse projeto, sendo selecionados os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará.

<sup>9</sup> Foi organizado a partir de 1986 com dotação dos recursos do FINSOCIAL por meio do BNDES. A partir de 1990 passou a ter recursos do Orçamento da União e dos fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste).

**Período (1990-1995):** Esse período iniciou-se com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo, consolidando uma adversidade política, o que colocou para o MST o desafio de estruturar formas alternativas de organização do trabalho e da produção. A partir da implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados, os debates passaram a ser direcionados com o objetivo de consolidar a proposta de implementação de cooperativas, imbricada à estrutura organizativa do MST em escala nacional. A primeira idéia que surgiu refere-se à criação de uma Cooperativa Nacional de Crédito, mas que, com o aprofundamento dos debates, acabou sendo rejeitada devido a sua inviabilidade calcada em suas potenciais restrições legais, já que eles teriam que realizar operações municipalizadas. A Direção Nacional do MST concluiu ser necessário criar um centro organizativo geral, vinculado, inclusive, à legislação. Disso resultou, a partir de um Seminário realizado em Curitiba, em maio de 1992, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Na prática, o projeto cooperativista do MST é egresso de um processo cumulativo de debates e experiências, materializadas, inicialmente, a partir de 4 Cooperativas Centrais, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

A partir do III Congresso Nacional, em 1995, inicia-se uma etapa de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, sendo que *"O SCA, embora tenha o nome cooperativista, é muito mais uma indicação ideológica. Tem como meta articular todos os assentados e continuar debatendo qual é o futuro do desenvolvimento rural, da produção dos assentamentos, enfim, promover o debate econômico que está relacionado com todos os assentamentos"* (FERNANDES & STÉDILE, 1999:105).

**Período (1996-1999):** A partir do final de 1995, no que tange à organização da produção inerente à estrutura organizativa do MST, dimensionou-se o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados; a territorialização das Cooperativas de Produção Agropecuárias e das Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços; além do fortalecimento orgânico da CONCRAB e de verticalização de estudos e experiências (como selecionar linhas de produção; discussões atinentes à compreensão da lógica do mercado, etc.) e propagação das agroindústrias e da diversificação da produção.

Partindo desse processo cumulativo de experiências, a lógica político-estratégica do MST fundamentou-se em construir um sistema que siga uma certa lógica na questão da produção, de controlar qualidades e marcas que sejam referência a nível regional e nacional, visando, portanto, ao fortalecimento de uma determinada linha de produção e garantia de mercado. É o que está asseverado no discurso oficial do MST, quando aponta que: *"Passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isto não mexia com o*

capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado<sup>10</sup>.

#### 4. A importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do MST

O cooperativismo, aqui entendido como a inserção dos trabalhadores em torno de um projeto político-ideológico articulado a uma estrutura organizativa mais ampla, esteve presente no debate político e científico nos últimos séculos. Lênin e Engels já apontavam para a necessidade de se pensar a organização dos trabalhadores, enraizada em uma base societária para além do capital, ou seja, do ponto de vista da construção de um projeto político (de aliança proletária) capaz de superar a "ideologia da propriedade individual" e se fundamentar no processo de socialização dos meios de produção. Esse debate específico data do período entre o final do século passado e o início deste século e, apesar do tempo percorrido, acreditamos que essa discussão, enquanto perspectiva ideológica e pragmática, ainda expressa sua contemporaneidade e sua importância político-estratégica, enquanto projeto de classe.

Dessa forma, do ponto de vista estratégico, o cooperativismo está inserido nessa discussão, na idéia da organização coletiva, como forma de consolidar um contra-projeto político na esfera da organização do trabalho e da produção.

Assim, o cooperativismo no raio de atuação do MST, está vinculado à necessidade da construção coletiva de uma nova base objetiva e subjetiva de inserção política dos trabalhadores, ou como defender ser necessário "Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta" (São Paulo, CONCRAB, 1997:13). Em nosso entender, se o MST perder esse referencial ideológico, o sentido político de suas ações poderá ser sufocado, daí a importância estratégica do cooperativismo, a dimensão concreta pela qual a gestão dos lotes está ligada a um apontamento político mais amplo, que perpassa, necessariamente, pela discussão específica sobre relações de propriedade.

O cooperativismo se pauta, internamente ao MST, como principal linha política de organização da produção e comercialização nos assentamentos "O MST entende como cooperação agrícola todas as formas de organização coletiva na produção, na comercialização, na prestação de serviço e na agroindústria" (STÉDILE & GORGEN, 1991).

Isso significa que a cooperação agrícola expressa-se como um instrumento tático-estratégico de gestão político-territorial, cuja base

discursiva é a superação do trabalho familiar direcionado especificamente à subsistência, potencializando, dessa forma, a organização do trabalho de base familiar e preferencialmente coletivo, na seara da produção de mercadorias.

O discurso do MST sobre a necessidade do cooperativismo (manifestado nos artigos publicados na sua imprensa informativa), contempla fundamentos econômicos, políticos e sociais<sup>11</sup>. O cooperativismo passa a ser visto como:

- a) condição de fortalecimento político (via estruturação orgânica e formação de quadros);
- b) como condição de (re)estruturação produtiva, tendo como base o aumento da divisão social do trabalho, da especialização e da produtividade do trabalho;
- c) e como condição para a qualificação da vida dos assentados.

Esses são os princípios nos quais materializa-se o discurso do MST em defesa do cooperativismo. Vamos agora detalhar a explicação de cada uma dessas dimensões/facetas discursivas:

**a) O FORTALECIMENTO POLÍTICO:** O discurso do MST, no que tange especificamente à relação entre o cooperativismo e o fortalecimento político, pauta-se na idéia de que a cooperação reforça a organicidade (ações específicas articuladas a uma rede organizativa mais ampla) dos assentados. Uma outra questão inerente a essa temática diz respeito à formação de "quadros", ou seja, a cooperação seria uma condição para potencializar a formação de militantes políticos ligados especificamente ao processo de gestão das cooperativas.

A questão essencial que permeia essa discussão é a relação entre a produção do discurso e a sua manifestação enquanto ação territorializada, ou seja, os princípios do MST são gerais, são direcionamentos políticos, cuja análise deve contemplar, necessariamente, a *diferencialidade* expressa na territorialidade do próprio movimento. Assim, o que podemos definir é que a cooperação agrícola é uma forma de o MST coordenar a produção e a comercialização nos assentamentos, visando ao seu fortalecimento político enquanto organização, cuja base é a propagação da idéia da viabilidade dos assentamentos rurais, tendo como aparato a inserção mercadológica.

**b) A (RE)ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO-PRODUTIVA:** Os fundamentos econômicos da cooperação agrícola, segundo o MST, são os seguintes: "necessidade do aumento do capital constante, necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o capital variável por

<sup>10</sup> Caderno de Cooperação Agrícola, n.º 05, São Paulo, CONCRAB, 1997, p.31.

<sup>11</sup> Mais detalhes sobre a especificidades desses fundamentos ver Caderno de Cooperação Agrícola, n.º 05, São Paulo, Concrab, 1991.

*produto, o aumento da divisão do trabalho na agricultura e na pecuária, a maior especialização e o aumento do volume da produção, como forma de influir no preço do produto final*" (São Paulo, CONCRAB, 1997).

Segundo o MST, o cooperativismo seria uma forma de potencializar o acúmulo de um determinado "capital social", o que já expressa um paradoxo aparente, já que o capital é engendrado pela capacidade de se reproduzir por meio do processo de agregação de valor, por meio da expropriação do trabalho estranhado. Esse "capital social" seria produto dessa divisão do trabalho e do aumento da produtividade do trabalho, por meio do aumento do capital constante (máquinas, insumos etc.).

Essa equação desdobra-se na necessidade de repensarmos uma série de conceitos, principalmente o de "empresa social"<sup>12</sup>, que é um rótulo que está sendo usado para classificar a amplitude do MST, pois toda empresa é social, não existe uma empresa *a-social*. Essa qualificação quer apresentar uma empresa benéfica, com um lucro socializado, o que não fica devidamente claro, já que uma das dimensões que explicam o processo de agregação de valor é calcada na cristalização do trabalho socialmente necessário na seara do processo social e, portanto, esse processo deve ser compreendido em seu movimento contraditório e não por etapas aparentemente desconectadas, que é a base da idéia de "distribuição do lucro ou sobras", ou seja, a distribuição compreendida em alienação à própria produção, sem uma visão de processo (distribuição, circulação, produção imediata e consumo).

Essa é uma questão complicada, já que o MST parte da idéia de aumento da produtividade do trabalho, via divisão do trabalho e reestruturação tecnológica "*Para se conseguir aumentar sempre mais a produtividade do trabalho na agricultura é preciso implementar, através da cooperação, pelo menos, a divisão social do trabalho (...)* Outro fator que *influi no aumento da produtividade do trabalho é a introdução de máquinas (dias de trabalho acumulados), desde que tenha viabilidade, para parte das atividades*" (São Paulo, CONCRAB, 1997:23).

De certa forma, seria a perspectiva de transmutação do trabalho concreto em trabalho abstrato, que é o trabalho que produz mercadorias. Assim, teríamos uma discussão no seguinte viés: o cooperativismo no raio de atuação do MST seria um processo de socialização do lucro? O que teríamos seria uma contradição, pois o MST articula o cooperativismo a

<sup>12</sup> Sobre essa discussão específica referente ao conceito de empresa social ver PASQUETI, L.A. "**A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST**". Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998.

partir de uma perspectiva pautada na idéia de superação do capitalismo, entretanto as relações de trabalho e de produção expressariam relações de caráter tipicamente capitalistas?

**Q) A QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL:** O cenário discursivo do MST acerca da necessidade e justificativa da cooperação agrícola completa-se com a idéia essencial de melhoria da qualidade de vida dos assentados, ou seja, a cooperação seria uma forma de qualificar a vida dos assentados. Essa qualidade de vida é expressa e compreendida pelo MST a partir dos seguintes indicadores: urbanização das moradias, desenvolvimento e implementação de infra-estrutura básica (energia elétrica, esgoto etc.), desenvolvimento da educação, transporte coletivo, qualificação do lazer e da saúde.

Assim, o cooperativismo seria uma condição para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, a partir do aumento da renda individual, o que expressa, em nosso entender, um dimensionamento importante da articulação discursiva do MST, pois a idéia de articular o cooperativismo com qualidade de vida, visa inserir o assentado em sua totalidade, pois este passa a entender essa proposta de gestão territorial como uma forma de melhorar "sua qualidade de vida", ou seja, isso traz para a discussão (que é centrada numa tendência estratégica de superação do individualismo) mesmo os atores sociais que pensam essa proposta no sentido inverso (de manutenção do individualismo).

Obviamente que estudos localizados podem expressar a concretude desse projeto, mas o que nos interessa aqui é o reforço de um delineamento teórico-conceitual inicial de que o cooperativismo é um instrumento estrutural de cunho sócio-econômico, no qual o MST visa expressar, por meio de resultados concretos (mensurados a partir da idéia de qualidade de vida dos assentados) a viabilidade de seu projeto de gestão político-territorial. Esse é o eixo da discussão, o cooperativismo não é meramente um aparato de reestruturação tecnológica, tampouco uma questão imbricada à idéia de produtividade, sendo, portanto, uma somatória desses elementos, cuja força motriz é o fortalecimento estratégico do MST, enquanto movimento social organizado territorialmente.

Esse fortalecimento político deve ser compreendido na inserção diferenciada dos diversos atores sociais (assentados, associados, lideranças etc.) no processo cooperativo e na relação existente entre a elaboração discursiva (por parte das lideranças do MST) e a territorialidade (aquilo que se manifesta enquanto "concretude"), ou seja, é a partir do estudo do ordenamento territorial que se pode identificar a essência das relações sociais, parametrizadas pela intersecção contraditória entre os sujeitos sociais e o cenário produzido nesse movimento que assume a forma concretizada do significado dos fenômenos nos lugares. Isso significa que é a partir do estudo das singularidades das experiências de cooperação

agrícola, internamente à estrutura organizativa do MST, desenvolvidas no território brasileiro, que poderemos compreender a essência da produção discursiva e a manifestação territorial em sua fisicidade.

### 5. Considerações finais

O que podemos concluir, neste texto, refere-se à necessidade de encetarmos uma reflexão sobre as metamorfoses no “mundo do trabalho”, tendo como referencial teórico-metodológico o “olhar” geográfico, como forma de compreendermos o movimento contraditório da sociedade (tendo como estrutura central a luta de classe) a partir de sua manifestação enquanto ordenamento territorial, cuja singularidade é a materialidade fenomênica, isto é, o movimento assumindo formas específicas nos lugares.

Uma outra questão que julgamos ser importante ressaltar diz respeito à necessidade de compreendermos o cooperativismo a partir do conceito de gestão territorial, articulando as ações específicas do MST com um projeto político geral, ou seja, o cooperativismo como apontamento ideológico, através do qual o MST articula a gestão dos assentamentos com seu projeto político-estratégico. Todavia, é imperioso incentivar pesquisas, para que se possa apreender a trama envolvente, priorizando o exercício da gestão territorial e a dimensão tático-estratégica do MST, como forma de através da Geografia, implementarmos um aprofundamento teórico-conceitual capaz de explicar o movimento e a essência do fenômeno em pauta, a partir do movimento contraditório da *processualidade* social.

### 6. Bibliografia

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa.** O Movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação. **Revista Concrab**, São Paulo, 1996.
- FERNANDES, B.M. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GORGEN, F.S.A e STÉDILE, J.P. (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1.991.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista.** Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** Campinas: UNICAMP. IE, 1987.

- LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social.** São Paulo: Ensaio, 1987.
- MST. **Perspectiva da cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Cooperação Agrícola**, nº 04, 1995.
- MST. **A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação**, nº 20, 1993.
- MST. **Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola**, nº 05, 1997.
- MST. **Cooperativas de Produção, questões práticas. Caderno de Formação**, nº 21, 1996.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. **Manuseritos econômicos e filosóficos.** In: FROMM, E. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1.983, p.82-170.
- MÉSZÁROS, I. “A Ordem do Capital no Metabolismo social da Reprodução”. **Ensaio Ad Hominem 1.** São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 83-124.
- MOREIRA, R. **A diferença e a geografia** (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia). Rio de Janeiro, 1999. (Mimeogr.).
- OLIVEIRA, A. U. - O campo Brasileiro no final dos anos 80. In **Boletim Paulista de Geografia**, nº 66. São Paulo: AGB, 1988a.
- PASQUETTI, L. A. **A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998.
- PRADO JR., C. **A questão agrária no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRODUÇÃO alternativa, diferente e de oposição. **Revista Sem Terra**, nº1, jul/ago./set., 1997, p.17 e 18.
- RIBAS, A.D. O sistema cooperativista dos assentados. In: **Revista NERA**, Série Estudos, nº 01, 1998.
- RIBAS, A.D. *et.al.* **Marxismo e Geografia: paisagem e espaço geográfico – uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea.** Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros, **Caderno Prudentino de Geografia**, nº21, 1999.
- RIBEIRO, J. C e THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a Sepultura e a Trincheira: O Movimento Sindical e a Exclusão Social. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 4, 2000. (no prelo)
- SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

- SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- STÉDILE & FERNANDES. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. (Uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do Movimento Sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. "CONTAG: A falência de um modelo de ação sindical". *Boletim de Geografia*, ano 15, nº 1. Departamento de Geografia/Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 1997, p.35-40.
- \_\_\_\_\_. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classe. *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 24, Porto Alegre: AGB, 1998.
- \_\_\_\_\_. Território em Transe. *Actas Del Seminário Internacional sobre Perspectivas Del desarrollo em Iberoamérica*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.
- \_\_\_\_\_. Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. - *Revista Eletrônica* do II Coloquio Internacional de Geocrítica "Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación". Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 - 9788 <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>
- \_\_\_\_\_. "A Trama Societária da Reestruturação Produtiva e Territorial do Capital na Agricultura e os Desdobramentos para o Trabalho. (Noções Introdutórias). In: *O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Bauru). Bauru, 2000. (no prelo).

## A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS - SP<sup>1</sup>

Adriano Rodrigues de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Antonio Nivaldo HESPANHOL<sup>3</sup>

*Resumo:* O presente artigo analisa a dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município de Anhumas – SP, no período que se estende de 1960 ao final dos anos 1990, buscando identificar e apontar as transformações ocorridas na base técnica, econômica e organizacional da agricultura municipal, no contexto do processo de modernização da agricultura brasileira. O município encontra-se em estagnação face ao baixo desempenho apresentado pelas suas atividades agrícolas, em virtude da expansão sistemática das pastagens associada à atividade pecuária provocando o aprofundamento da concentração fundiária. Tal processo vem trazendo resultados negativos para os pequenos produtores, situação que vem causando a evasão populacional tanto do campo quanto da cidade para outros centros urbanos. Neste âmbito, faz-se necessário a atuação pronunciada e efetiva do poder público local, visando dinamizar a agricultura, dando prioridade a melhoria das formas de produzir dos pequenos produtores rurais, possibilitando a sua reprodução social no campo, o que seguramente proporcionará resultados sócio-econômicos positivos para a conjuntura municipal.

*Palavras-chaves:* estrutura produtiva; modernização da agricultura; evasão populacional; dinamização da agricultura e poder público municipal.

### INTRODUÇÃO

O município de Anhumas ocupa uma área de 321,7 Km<sup>2</sup> e está localizado na Microrregião Geográfica (MRG) de Presidente Prudente, no Sudoeste do Estado de São Paulo e caracteriza-se por

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Cx.Postal 957. Presidente Prudente/SP. Tel/Fax: (18) 229-5375. E-mail: [arogeo@hotmail.com](mailto:arogeo@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Cx.Postal 957. Presidente Prudente/SP. Tel/Fax: (18) 229-5375. E-mail: [nivaldo@prudente.unesp.br](mailto:nivaldo@prudente.unesp.br)



- SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- STÉDILE & FERNANDES. *Brava Gente*. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. (Uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do Movimento Sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. "CONTAG: A falência de um modelo de ação sindical". *Boletim de Geografia*, ano 15, nº 1. Departamento de Geografia/Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 1997, p.35-40.
- \_\_\_\_\_. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classe. *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 24, Porto Alegre: AGB, 1998.
- \_\_\_\_\_. Território em Transe. *Actas Del Seminário Internacional sobre Perspectivas Del desarrollo em Iberoamérica*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.
- \_\_\_\_\_. Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. - *Revista Eletrônica* do II Coloquio Internacional de Geocrítica "Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación". Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 - 9788 <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>
- \_\_\_\_\_. "A Trama Societária da Reestruturação Produtiva e Territorial do Capital na Agricultura e os Desdobramentos para o Trabalho. (Noções Introdutórias). In: *O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Bauru). Bauru, 2000. (no prelo).

## A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS - SP<sup>1</sup>

Adriano Rodrigues de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Antonio Nivaldo HESPANHOL<sup>3</sup>

*Resumo:* O presente artigo analisa a dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município de Anhumas – SP, no período que se estende de 1960 ao final dos anos 1990, buscando identificar e apontar as transformações ocorridas na base técnica, econômica e organizacional da agricultura municipal, no contexto do processo de modernização da agricultura brasileira. O município encontra-se em estagnação face ao baixo desempenho apresentado pelas suas atividades agrícolas, em virtude da expansão sistemática das pastagens associada à atividade pecuária provocando o aprofundamento da concentração fundiária. Tal processo vem trazendo resultados negativos para os pequenos produtores, situação que vem causando a evasão populacional tanto do campo quanto da cidade para outros centros urbanos. Neste âmbito, faz-se necessário a atuação pronunciada e efetiva do poder público local, visando dinamizar a agricultura, dando prioridade a melhoria das formas de produzir dos pequenos produtores rurais, possibilitando a sua reprodução social no campo, o que seguramente proporcionará resultados sócio-econômicos positivos para a conjuntura municipal.

*Palavras-chaves:* estrutura produtiva; modernização da agricultura; evasão populacional; dinamização da agricultura e poder público municipal.

### INTRODUÇÃO

O município de Anhumas ocupa uma área de 321,7 Km<sup>2</sup> e está localizado na Microrregião Geográfica (MRG) de Presidente Prudente, no Sudoeste do Estado de São Paulo e caracteriza-se por

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Cx.Postal 957. Presidente Prudente/SP.Tel/Fax: (18) 229-5375. E-mail: [arogeo@hotmail.com](mailto:arogeo@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT – UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Cx.Postal 957. Presidente Prudente/SP. Tel/Fax: (18) 229-5375. E-mail: [nivaldo@prudente.unesp.br](mailto:nivaldo@prudente.unesp.br)

possuir suas atividades econômicas vinculadas ao setor agrícola, tendo grandes similaridades com as raízes histórico-econômicas da região na qual está inserido.

No intuito de pormenorizar o diagnóstico da estrutura produtiva agrícola do município em apreço efetuar-se-á neste trabalho a análise dos dados disponíveis nos Censos Agrícolas e Agropecuários da FIBGE, bem como das informações obtidas em campo (realização de entrevistas).

Através da Relação de Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, foi efetuada uma amostragem estratificada dos proprietários rurais do município. Desta forma, foi possível abranger produtores de diferentes estratos de área e que se dedicam a diferentes atividades agrícolas. Além disso, esse procedimento possibilitou que fossem abordadas aleatoriamente propriedades localizadas em diferentes pontos do município.

Outrossim, foram entrevistados 15 % do total de proprietários rurais de cada um dos estratos de área selecionados (Menos de 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 500 ha; 500 a 1000ha e acima de 1000 ha), totalizando trinta e seis entrevistas, tendo como base de dados a safra 1998/99.

O presente artigo está estruturado em quatro tópicos além da presente Introdução e das Considerações Finais. No primeiro tópico é apresentado o processo de ocupação da área que compõe atualmente o município de Anhumas.

No segundo tópico é analisado o processo de modernização da agricultura brasileira, visando caracterizar e compreender as transformações da estrutura da produção agrícola do município em apreço. No terceiro tópico é realizado o diagnóstico da dinâmica da agricultura no município, onde são apresentadas as principais informações com base em dados de fontes primárias e secundárias.

E finalmente no último tópico é empreendida uma apreciação sobre as perspectivas de dinamização da agricultura do município de Anhumas, tendo em vista a exploração racional das atividades agrícolas e a melhoria das formas de produzir do pequeno produtor rural, buscando a sua permanência e reprodução social no campo.

Neste contexto, objetiva-se averiguar a evolução da estrutura da produção agrícola municipal, a partir dos anos 1960 e apontar alternativas para a dinamização deste setor no município.

#### ***1- O processo de ocupação do município de Anhumas***

O município de Anhumas teve a sua ocupação iniciada por volta da segunda metade do século XIX, com a vinda de migrantes mineiros para a Região de Presidente Prudente. Entretanto, a ocupação efetiva desta área ganhou expressividade somente a partir do século XX, com a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, visando o escoamento da produção

cafeeira para o porto de Santos, conforme evidenciam Abreu (1972) e Leite (1972; 1998).

Inicialmente, a região pertencente ao Ribeirão Anhumas (na qual atualmente localiza-se o município), foi ocupada por migrantes mineiros, dentre eles as famílias de Domingos Ferreira de Medeiros e José Custódio Vêncio, que exploravam as suas posses de terras por meio da atividade de pecuária extensiva (bovinos, suínos, etc.) conforme ressalta Abreu (1972; 1997).

O patrimônio de Anhumas foi inaugurado no ano de 1922. Nesta época, as terras onde este se localizava pertenciam a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Tal empresa colonizadora pertencia ao Coronel José Soares Marcondes, que chegara nesta região em fins de 1919 e logo obteve a opção de venda de várias glebas, após organizar uma campanha publicitária em todo o estado e mesmo no exterior, divulgando as qualidades do solo e oportunidades de riqueza. "*Nas terras que possuía na Fazenda Anhumas, a Companhia abriu um patrimônio que hoje é o município de Anhumas e colocou outras tantas famílias em lotes rurais.*" (Abreu, 1972, p. 77).

Neste âmbito, na medida em que se analisa o processo de ocupação da área atual do município constata-se de um lado a presença, desde fins do século XIX, das famílias de migrantes mineiros que realizavam as suas atividades em grandes extensões de terras, consolidando as áreas de fazendas e atividade pecuária. Por outro lado, a ação da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio que a partir de 1922, efetuou o retalhamento das terras em lotes e glebas, pelo qual foi se configurando a presença de uma enorme quantidade de pequenas propriedades com a exploração cafeeira.

Entretanto, a cafeicultura brasileira foi profundamente abalada pela Crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Neste contexto, na região da Alta Sorocabana e especificamente no município de Anhumas, ocorreu o declínio desta atividade, havendo a expansão sistemática de culturas diversificadas, merecendo destaque o algodão, conforme demonstram Leite (1972) e Hespanhol (1991).

Assim, outras culturas também obtiveram êxito nas duas décadas subsequentes aos anos 1930, tais como o amendoim, o milho, o feijão, o arroz e outros tipos de cereais. Segundo Leite (1972), esta diversificação da agricultura pode ser caracterizada como:

*"(...) Fase da policultura e da pecuária: iniciada por volta de 1933, com a implantação de culturas de algodão nos locais até então ocupados pelos cafezais e nos solos virgens de derrubada recente.*

*Eleva-se a produção de cereais, principalmente milho, arroz e feijão. Surgem as primeiras semeaduras de gramíneas forrageiras para a engorda de gado de corte". (Leite, 1972, p. 61).*

Contudo, a diversificação da agricultura na região foi expressiva somente até o final dos anos 1940. A partir da década de 50, com as perspectivas pouco favoráveis às lavouras e o esgotamento dos solos, passou a ocorrer a expansão sistemática das pastagens e, conseqüentemente, o fortalecimento da pecuária, concomitantemente à estagnação das áreas de cultivo de lavouras temporárias e permanentes, além do aprofundamento do processo de concentração fundiária, conforme evidenciam Leite (1972) e Silveira (1990).

Cabe ressaltar que a atividade pecuária na região adquire, a partir de então, as características de criação extensiva de cunho especulativo. Tal realidade tem proporcionado a intensificação do processo de concentração fundiária, resultando na expulsão de grandes massas da população rural, sobretudo os pequenos produtores (proprietários e não proprietários), conforme evidenciam Antonio (1990), Hespagnol (1991), Almeida (1996) e Fernandes (1999).

No contexto da estagnação da agricultura regional e, especificamente do município de Anhumas, realizar-se-á a seguir algumas considerações sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira e seus reflexos sobre o município em apreço, no intuito de formular alternativas viáveis à dinamização deste setor, tendo em vista a melhoria das condições de produção dos pequenos produtores rurais.

## **2- O processo de modernização da agricultura brasileira**

A partir de meados da década de 1960, a dinâmica da agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais. Nesse contexto, a ação do Estado orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matérias-primas, gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor e redundando na reorganização das formas de trabalho das diferentes classes na agricultura, conforme salienta Sorj (1986).

O Estado brasileiro adotou este novo padrão de regulação do crescimento capitalista e das novas formas de inserção e/ou subordinação dos produtores, definidas pela consolidação do capital financeiro, o que contribuiu para a constituição e consolidação dos complexos agroindustriais

no país, conforme demonstram Delgado (1985), Sorj (1986), Kageyama *et al.* (1987), Müller (1989) e Graziano da Silva (1996).

A constituição dos CAIs (Complexos Agroindustriais), pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersectorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras; integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, conforme apontam Kageyama *et al.* (1987) e Graziano da Silva (1996).

Os autores supra citados enfatizam que a consolidação dos CAIs se dá pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e de políticas específicas de agroindustrialização, tais como a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI) em 1965.

Analisando o processo de modernização da agricultura brasileira, verifica-se que este atingiu de forma diferenciada as regiões do país. O padrão produtivo de algumas áreas foi profundamente alterado, enquanto o de outras, sobretudo por se encontrarem vinculadas a segmentos produtivos tradicionais, apresentaram pequenas alterações na forma de produzir e de organizar a produção, não participando integralmente da modernização implementada no país.

Assim, a modernização da agricultura brasileira, apesar de ter sido expressiva não se generalizou, apresentando-se de forma seletiva e diferenciada. Conforme ressalta Delgado:

*"Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza (sic) o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira". (Delgado, 1985, p. 42).*

Desta forma, apesar de não ter atingido diretamente todos os produtos, regiões e produtores, o processo de modernização gerou profundos impactos sobre a agricultura brasileira. O resultado desse processo de modernização seletiva, consubstanciada no crédito rural farto e barato aos médios e grandes produtores, redundou na expansão de produtos exportáveis e na estagnação de produtos voltados ao mercado interno (principalmente os alimentícios), conforme evidencia Hespagnol (1996).

Este modelo de modernização, baseado no crédito subsidiado pelo Estado, perdurou entre meados da década de 60 e início da década de

80, quando a economia brasileira entrou em profunda crise com reflexos extremamente negativos sobre todo o setor agrícola do país, conforme evidencia Graziano da Silva (1996).

Assim, a profunda crise que passou a atingir o Estado brasileiro a partir dos anos 1980, atingiu diretamente o modelo de modernização da agricultura em vigor desde meados dos anos 1960.

A partir daí, o crédito rural que desde a década de 1960 havia sido o principal instrumento de política agrícola fomentador da modernização implementada no país, passa a perder progressivamente a sua importância, entrando em cena um novo instrumento de intervenção do Governo Federal, consubstanciado na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), conforme evidencia Hespanhol (1997).

A implementação da PGPM deu-se através das operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Todavia, os grandes favorecidos por tal política foram os intermediários capitalistas, em detrimento dos pequenos produtores rurais, que não tiveram acesso por falta de informação e/ou organização, conforme evidencia Hespanhol (1996).

Destarte, os segmentos mais capitalizados e com maior nível de integração à atividade agroindustrial, vêm encontrando formas de se viabilizar, mesmo estando sujeitos às flutuações do mercado nacional e internacional com a retirada do Estado enquanto financiador do setor agrícola. Ao passo que os pequenos produtores rurais, descapitalizados e excluídos do processo de modernização, continuaram sendo marginalizados, além de terem agravado ainda mais a sua situação frente à crise que passou a assolar o país nos anos 1980 e à ausência de incentivos dos diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal), conforme salienta Hespanhol (1996) e Graziano da Silva (1996).

Nos anos 1990, a intervenção do Estado na agricultura vem ocorrendo tendo a PGPM como um dos principais instrumentos de ação, embora a sua operacionalização tenha encontrado diversas barreiras, face à ausência de sintonia entre a universalidade da aplicação de garantia de preços mínimos e a restrita alocação orçamentária para a sua execução, além das irregularidades na condução política, dificultando o planejamento das atividades em longo prazo, por parte dos produtores, conforme salienta Rocha (1997).

Nesta perspectiva, o que vem perdurando durante a vigência deste modelo de modernização da agricultura é a desigualdade social, espacial e tecnológica. Esse processo faz com que a maioria dos produtores rurais enfrente sérias dificuldades para se reproduzir, devido ao caráter excludente e concentrador do processo modernizante. Assim, grande parte das regiões brasileiras também está à margem deste processo, não sendo diretamente afetada pelos impactos da modernização da agricultura, ou seja,

não obteve grandes alterações em sua base técnica, econômica e organizacional, conforme evidenciam Delgado (1985) e Hespanhol (1997).

Assim, realizar-se-á no próximo item a análise da dinâmica da agricultura do município de Anhumas, no contexto da seletividade sócio-espacial e tecnológica apresentada pela agricultura brasileira.

### *3- A dinâmica da agricultura do município de Anhumas*

A análise da dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município de Anhumas, a partir dos anos 1960, deve ser empreendida no contexto das alterações ocorridas no setor agrícola do país. Consta-se entretanto que, no município em apreço, o processo de modernização da agricultura apresentou baixa expressividade no que se refere à incorporação de novas tecnologias.

Não obstante, entende-se que tal processo, apesar de não ter atingido de forma homogênea todas as regiões, acabou provocando impactos indiretos no processo produtivo agrícola, principalmente no que se refere às formas de beneficiamento e comercialização, provocando a expropriação dos pequenos produtores e sua evasão do meio rural concomitantemente ao acirramento do processo de concentração fundiária no município.

Ao se avaliar os dados dos Censos Agrícolas e Agropecuários da FIBGE, constata-se a intensificação da concentração fundiária em Anhumas, haja vista que, além dos pequenos estabelecimentos estarem perdendo participação em termos absolutos e relativos, está ocorrendo ainda a diminuição do número total de estabelecimentos agropecuários do município.

Entre 1960 e 1996, houve uma redução absoluta de 674 estabelecimentos, perfazendo uma queda de 72,3 %. Neste mesmo período, houve um acréscimo da área ocupada pelos estabelecimentos de 7.966 ha em termos absolutos, representando um acréscimo de 25,6 %, o que vem ratificar a ocorrência de concentração fundiária no município. Assim, mesmo havendo o aumento das áreas ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários, é notável o decréscimo absoluto quanto ao número de estabelecimentos.

Quando a análise da estrutura fundiária é empreendida sob os termos da propriedade efetiva das terras, verifica-se que, em 1997, as propriedades rurais do município de Anhumas perfaziam uma área total de 34.613 hectares. Desta área total, as propriedades com área superior de 500 ha perfaziam 16.238 hectares, ou seja, 46,9 % do total (concentradas nas mãos de 10 proprietários), enquanto as propriedades com área inferior a 20 ha, perfaziam 1.039 hectares, ou seja, apenas 3,0 % da área total, distribuídos entre 82 proprietários (27,6 % do total).

Ainda sob a perspectiva da estrutura fundiária do município, cabe salientar que a realidade constatada em dados secundários pode ser

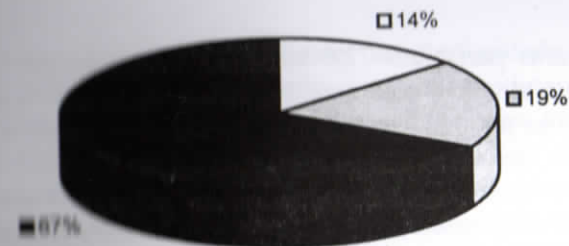
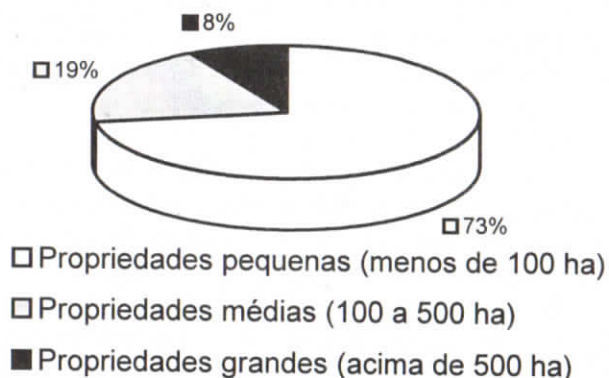
corroborada pelas informações levantadas em campo. Nota-se, pelas informações obtidas, que há uma ampla quantidade de pequenas propriedades concentradas em áreas reduzidas, ao passo que um pequeno número de grandes propriedades ocupa grandes extensões no município.

Cabe salientar que, dentre os trinta e seis produtores entrevistados, seguindo a classificação de áreas que se estabeleceu *a priori* para a análise dos dados e informações levantadas em campo averiguou-se que vinte e seis propriedades enquadram-se nas Pequenas Propriedades (com menos de 100 ha.), totalizando um percentual de 72,2 % (ver Figura 01), restritos em uma área de apenas 1.123,4 hectares representando 14,0 % da área total das propriedades dos entrevistados, conforme se evidencia pela Figura 02.

Sete propriedades são classificadas como Médias Propriedades (100 a 500 ha.), totalizando um percentual de 19,4 % (ver Figura 01), ocupando uma área de 1555,4 hectares, constituindo 19,0 % da área total das propriedades dos entrevistados, conforme evidenciado pela Figura 02. Desta forma, dentre trinta e seis produtores entrevistados, apenas três possuem propriedades que se enquadram na classificação de Grandes Propriedades (acima de 500 ha.). Entretanto, apesar de representarem quantitativamente uma parcela reduzida do total de entrevistados, conforme se evidencia pela Figura 01 (8,3 %), suas propriedades abrangem uma área de 5.440,4 hectares, representando 67,0 % da área total das propriedades dos produtores rurais entrevistados, conforme se observa pela Figura 02.

Fonte: Trabalho de Campo - 2000

Figura 01: Número de produtores rurais entrevistados (Total = 36)



- Propriedades pequenas (menos de 100 ha)
- Propriedades médias (100 a 500 ha)
- Propriedades grandes (acima de 500 ha)

Fonte: Trabalho de Campo - 2000

Assim, a estrutura fundiária do município, via de regra, apresenta as características do Complexo Latifúndio X Minifúndio, que vem sendo reproduzido não somente no município, bem como na MRG de Presidente Prudente, onde existe um número elevado de pequenas propriedades em áreas reduzidas, contra um baixo número de grandes propriedades abrangendo elevadas proporções de terra, conforme salienta Prado Júnior (1978). Tem-se, desse modo, o desperdício de mão-de-obra no primeiro caso e a não exploração efetiva da terra no segundo.

Nesta conjuntura vigente no município, pode-se entender o decorrente processo de crescimento das áreas ocupadas pelas pastagens e o conseqüente fortalecimento da atividade pecuária, ao passo que as áreas ocupadas pelas lavouras vêm sendo sistematicamente estagnadas e reduzidas.

Em 1960, enquanto as lavouras temporárias e permanentes perfaziam 27,0 % da área total dos estabelecimentos, as pastagens naturais e plantadas perfaziam 65,4 % deste total, restando 5,5 % para as matas e florestas naturais e plantadas e 1,9 % para as terras em descanso. Em 1996, as lavouras temporárias e permanentes perfaziam apenas 5,5 % da área total, enquanto as pastagens naturais e plantadas perfaziam 87,2 % deste total, restando 6,9 % para as matas e florestas naturais e plantadas e 0,3 % para as terras em descanso. Assim, entre 1960 e 1996, as lavouras temporárias e permanentes sofreram uma redução absoluta de 75,3 % em sua área. Por outro lado, as pastagens naturais e plantadas apresentaram uma expansão de 37,6 %.

Dentre as principais lavouras cultivadas neste período, destacam-se o algodão, o milho, o arroz, o feijão, o café e a cana-de-açúcar.

Juntas estas culturas perfaziam 72,9 % da área ocupada por lavouras no município, vindo a atingir o pico em 1980 perfazendo 87,6 % desta área e passando a decair no período subsequente, chegando, em 1996 a representar somente 53,3 % da área total ocupada pelas lavouras.

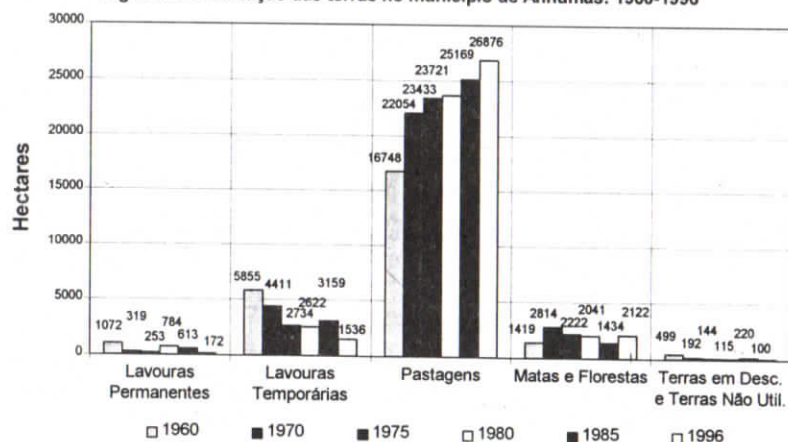
Neste contexto, visualiza-se a tendência declinante da área ocupada pelas lavouras tradicionais e a expansão, ainda que modesta, de produtos alternativos, como a batata-doce que em 1995/96 perfazia 10,3 % da área total ocupada com lavouras nos estabelecimentos agropecuários.

Ao se efetuar a análise geral das atividades agrícolas cultivadas dentre os produtores entrevistados, verifica-se que estas, além de ocuparem áreas quantitativamente restritas, não apresentam grande expressividade enquanto atividades econômicas.

Conclui-se ainda, a partir das informações obtidas em campo, que grande parte das culturas, são exploradas visando dar aparato direta ou indiretamente à criação do gado bovino. Diretamente no caso do milho e da cana-de-açúcar, que são destinados ao tratamento do gado e indiretamente, por meio da função de renovação das pastagens, como é o caso do amendoim, da melancia e do feijão.

Ao se avaliar a utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários do município de Anhumas, no período compreendido entre 1960 e 1996, verifica-se que as lavouras sempre tiveram baixa expressividade, em face das áreas ocupadas pelas lavouras temporárias e permanentes. Concomitante a este quadro, em 1960 a pecuária já se destacava enquanto atividade econômica, haja vista as proporções ocupadas pelas pastagens na área total dos estabelecimentos agropecuários do município, conforme se observa na Figura 03.

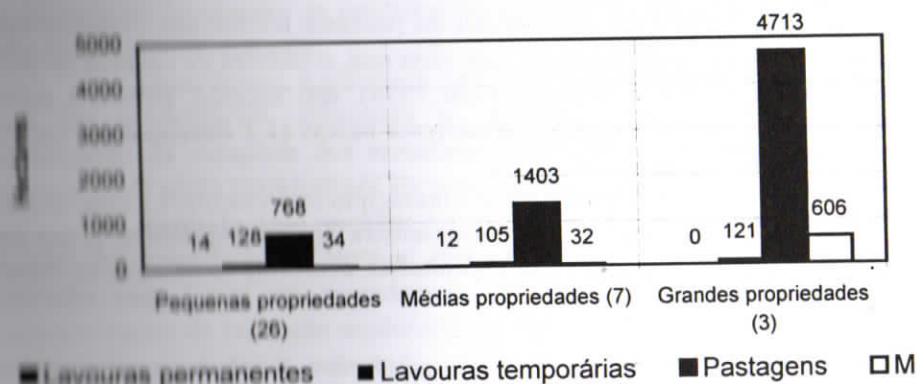
Figura 03: Utilização das terras no município de Anhumas: 1960-1996



Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Cabe enfatizar, novamente, as similaridades dos dados da FIBGE, com as informações levantadas junto aos produtores entrevistados. A maior parte das terras é explorada pelas pastagens em todas as classes de áreas analisadas, conforme pode ser observado na Figura 04. Tais características ocorrem não somente no município de Anhumas, bem como na maioria dos municípios da MRG Presidente Prudente, na qual há o predomínio das pastagens e da atividade pecuária de cunho eminentemente especulativo.

Figura 04: Utilização das terras nas propriedades entrevistadas (área ocupada em ha)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000

A expansão da atividade pecuária bovina dá-se simultaneamente à expansão das pastagens. Verifica-se que, tanto o efetivo bovino quanto a área de pastagem, obtiveram acréscimo significativo a partir da década de 1960, conforme pode ser observado na Tabela 01:

TABELA 01: EFETIVO BOVINO DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS 1960 - 1996

Anos	Efetivo Bovino Nº de Cabeças	Efetivo Bovino Índice 1960 = 100	Área de Pastagens (em hectares)	Área de Pastagens (em hectares) Índice 1960 = 100
1960	11.220	100	16.748	100
1970	18.949	169	22.054	132
1975	24.105	215	23.433	140
1980	32.455	289	23.721	142
1985	36.368	324	25.169	150
1996	33.255	296	26.876	160

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96;

Via de regra, pode-se dizer que o município de Anhumas possui como atividade econômica principal a pecuária bovina, haja vista que, em 1996, as pastagens perfaziam 87,2 % da área total dos estabelecimentos agropecuários (26.876 hectares) e o rebanho bovino era de 33.255 cabeças.

A partir dos dados da Tabela 01, nota-se que entre 1960 e 1996, o efetivo bovino apresentou um acréscimo de 196 % (passando de 11.220 cabeças em 1960 para 33.255 cabeças em 1996), ao passo que a área de pastagens foi expandida em 60 % (passando de 16.748 ha em 1960 para 26.876 ha em 1996).

Entretanto, a expansão da pecuária bovina tem ocorrido com baixo índice de produtividade, haja vista que, o número de cabeças de gado por hectare é baixo (1,2 cab./ha em 1996), não fugindo, porém, à média regional e à estadual que são igualmente baixas (1,2 cab./ha e 1,3 cab./ha respectivamente em 1996).

A atividade pecuária do município está vinculada a cria, cria e engorda de gado de corte. A produção leiteira é pouco expressiva, já que não possui grande número de vacas ordenhadas, conforme se observa na Tabela 02:

Tabela 02: Produção de leite e número de vacas ordenhadas no município de anhumas: 1960 – 1996

Anos	Produção de Leite (Em mil litros)	Nº de Vacas Ordenhadas
1960	348 (hl)	77
1970	603	839
1975	1.603	1.834
1980	1.828	2.824
1985	2.025	2.143
1990	1.917	3.650
1996	2.160	6.000

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96; - Pesquisa Pecuária Municipal de 1990.

O caráter extensivo da criação de gado tem dificultado a inserção de inovações tecnológicas nos estabelecimentos agropecuários. Assim, a criação extensiva adquire muito mais as características de especulação imobiliária do que de produção agropecuária. Verificou-se, nas entrevistas de campo, que os pequenos produtores rurais encontram dificuldades em implantar novas tecnologias, enquanto os grandes proprietários não as implantam devido às próprias especificidades de criação

extensiva (baixa demanda de mão-de-obra, inserção tecnológica irrelevante, grande disponibilidade de terra, etc.).

No que se refere à condição do produtor na exploração das terras, constata-se por um lado, o predomínio e expansão da categoria *proprietário*, e por outro lado a decadência sistemática do *arrendatário*. As categorias *parcelero* e *ocupante* apresentaram baixa participação na exploração das terras durante o período analisado.

Estatisticamente, segundo dados da FIBGE, entre 1960 e 1996, a participação dos arrendatários foi reduzida em 97,6 % em relação ao número de estabelecimentos explorados e 81,4 % em relação à área total ocupada. Por outro lado, os proprietários obtiveram um acréscimo de 12,8 % em relação ao número de estabelecimentos explorados e de 36,4 % em relação à área total ocupada.

Desta forma, a categoria que vem predominando no município é a dos proprietários, sobretudo os grandes. Quanto à redução na participação da categoria dos arrendatários, atualmente apesar do baixo número, estes ainda permanecem no município.

Contudo, vale ressaltar que houve uma mudança qualitativa no padrão dos arrendatários. Nota-se que os proprietários rurais preferem conceder suas terras em arrendamento para aqueles arrendatários que possuem meios de produção modernos, ou seja, que dispõem de máquinas, implementos agrícolas e, sobretudo, efetuam a fertilização e correção do solo.

A estes arrendatários, em verdade, está incumbido o papel de recuperação dos solos e renovação das pastagens, uma vez que cultivam lavouras temporárias (principalmente a melancia, o feijão e o milho) num período de 1 a 2 anos. Neste período, normalmente os arrendatários efetuam a correção dos solos (calagem e fertilização), realizam técnicas de controle de erosão (terraceamento) e, ao final do contrato, entregam a terra já com o capim semeado.

De modo geral, em períodos mais recentes, os proprietários de terras não efetuam nenhuma cobrança sobre a renda da terra auferida por estes arrendatários. Contudo, desfrutam dos benefícios de ter as suas pastagens renovadas a um custo baixíssimo. Assim, os pequenos arrendatários vêm enfrentando dificuldades de se reproduzirem socialmente no município, ou seja, "... o tipo de arrendatário que mais interessa ao pecuarista é o arrendatário capitalista, que é proprietário de terras e/ou reside na cidade, dispõe de máquinas, implementos agrícolas e aplica fertilizantes no solo". (Hespanhol, 1996, p.123).

No âmbito da inserção de meios de produção modernos na produção agrícola, nota-se no município a expansão do número de máquinas

e implementos agrícolas, bem como a ampliação da potência média das máquinas utilizadas, conforme pode ser evidenciado na Tabela 03:

TABELA 03: NÚMERO DE TRATORES DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS, POR FAIXAS DE POTÊNCIA: 1960 - 1996

	Menos de 10 Cv	De 10 a Menos De 50 Cv	De 50 a Menos De 100 Cv	De 100 Cv. E Mais	Total
1960	2	6	6	-	14
1970	-	13	15	1	29
1975	4	25	23	5	57
1980	-	13	61	13	87
1985	9	12	102	3	118
1996	5	35	81	16	137

Fonte: FIBGE Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

Verifica-se pela Tabela 03 que o número total de tratores do município elevou-se de 14 em 1960 para 137 em 1996 (uma ampliação de 978,6%). Assim, em 1960, a média geral para o município era de um trator para cada 1656 hectares, sendo que, em 1996, havia um trator para cada 227 hectares. Nota-se, desta maneira, que o nível de tratorização do município está dentro da média regional, que em 1996 era de um trator para cada 251 hectares. Cabe ressaltar que o nível de tratorização tanto no âmbito municipal quanto regional, está bem abaixo da média estadual (que em 1996 era de um trator para cada 102 hectares).

Além do número de tratores, verifica-se um aumento da potência média das máquinas, que passou a ser superior aos 50 cavalos, sobretudo a partir de 1980, conforme se observa pela Tabela 03.

Neste contexto, o município de Anhumas, passou por alterações pouco significativas na estrutura tecnológica do setor agropecuário, haja vista que conforme se evidenciou, a inserção de implementos modernos foi relativamente baixa face à média total do Estado de São Paulo.

Quando a análise da inserção destes meios de produção modernos é efetuada internamente ao conjunto de produtores rurais entrevistados (trinta e seis), verifica-se a desigualdade existente entre os produtores, sendo que os pequenos produtores encontram-se em situação muito mais desfavorável do que os médios e grandes.

Outrossim, numa avaliação à primeira vista, tem-se a impressão de que os produtores enquadrados entre a classe de área das pequenas propriedades encontram-se em situação privilegiada. Todavia, quando se analisa pormenorizadamente, nota-se que a quantidade de produtores das pequenas propriedades é proporcionalmente maior que o número de produtores das outras duas classes de áreas, totalizando 72,2% do total de

entrevistados (apesar de ocuparem uma área restrita, conforme já foi mencionado anteriormente).

Desta forma, quando se divide a quantidade total de equipamentos, pelo número de produtores, constata-se que os produtores oriundos das pequenas propriedades se encontram em situação desfavorável. Assim, considerando o número de tratores por produtor verifica-se que a média é de 0,5 trator/produtor nas Pequenas Propriedades; 1,3 trator/produtor nas Médias Propriedades e 1,7 trator/produtor nas Grandes Propriedades. Sob esta perspectiva, os demais meios de produção apresentam a mesma estrutura desigual.

Neste contexto, verifica-se pelos dados e informações obtidos junto aos produtores rurais do município, que as lavouras se encontram estagnadas em virtude do seu baixo desempenho. Além disso, a atividade pecuária bovina, apesar de ser predominante no município, se apresenta de forma concentrada e seletiva entre as classes de área. Este processo vem proporcionando a estagnação da área rural e provocando sérios prejuízos sócio-econômicos para todo o município de Anhumas.

Os resultados de tal processo podem ser evidenciados pela análise da dinâmica da população do município de Anhumas. Verifica-se pelos dados da FIBGE, que está ocorrendo um intenso processo de êxodo tanto rural-urbano, quanto urbano-urbano, ou seja, pessoas que deixam a cidade de Anhumas em direção a outros centros urbanos, configurando um processo de evasão populacional.

Isto é observado, à medida que se visualiza a "evolução" da população entre 1960 e 1996, a partir da Tabela 04.

TABELA 04: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE ANHUMAS: 1960-1996

	1960	1970	1980	1991	1996
Urbana	810	1023	1438	1879	2212
Rural	5858	4586	1980	1365	924
Total	6668	5609	3418	3244	3136

Fonte: Censos Demográficos da FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A partir da análise da dinâmica populacional do município, no período entre 1960 e 1996, constata-se que a população total vem declinando a cada década. Em 1960, o município contava com 6.668 habitantes, ao passo que em 1996 era de apenas 3.136 habitantes. Isto representa uma redução de 52,9% da população total do município em termos absolutos.

A população rural perfazia, em 1960, 5.858 habitantes, ao passo que em 1996 este contingente foi reduzido a somente 924 habitantes,



representando uma redução de 84,2 % em termos absolutos. Por outro lado, a população urbana que em 1960 perfazia 810 habitantes, passou a perfazer 2.212 habitantes em 1996, apresentando assim, neste mesmo período, uma ampliação de 173,09 % em termos absolutos. Outrossim, verifica-se, por um lado o acréscimo da população urbana em detrimento da população rural e por outro lado à ampla evasão populacional do município.

Via de regra, tais transformações estão amplamente relacionadas à concentração fundiária vigente no município; à pecuária extensiva, como principal atividade econômica e a conseqüente estagnação das lavouras associadas à modernização capitalista no campo (que conforme se evidenciou anteriormente, apesar de não ter atingido de forma explícita a região, acabou ditando as *regras gerais* para se produzir na agricultura).

Neste contexto verifica-se que as mudanças ocorridas no contingente populacional do município de Anhumas estão intrinsecamente relacionadas à estagnação das atividades agrícolas. Estas alterações estão expressas em mudanças econômicas, sociais e culturais que afetam, sobretudo, o pequeno produtor agrícola.

#### *4- Perspectivas de dinamização da agricultura no município de Anhumas*

Conforme se evidenciou o setor agrícola do município de Anhumas encontra-se estagnado, redundando em diversas transformações na estrutura sócio-econômica do município.

Verifica-se que tais características vigentes no município em apreço refletem as características da própria região em que está inserido, que é igualmente caracterizada pelo baixo desempenho do setor agrícola, em virtude da restrita integração com algum segmento agroindustrial que possa dinamizar a agricultura regional.

Neste âmbito, a MRG de Presidente Prudente caracteriza-se pelo seu baixo nível de modernização agrícola, pela elevada concentração da propriedade da terra associada à pecuária extensiva de cunho especulativo e pelos solos degradados em virtude do uso inadequado. Nota-se que a região tem encontrado formas secundárias de se inserir na matriz produtiva nacional tendo desempenhado principalmente atividades ligadas aos serviços, ou seja, ao setor terciário, com a cidade de Presidente Prudente como principal centro.

Entretanto, cabe ressaltar que a MRG de Presidente Prudente e, concomitantemente, o município de Anhumas, caracterizam-se por suas especificidades eminentemente agrícolas, sendo que as perspectivas de dinamização deste setor devem advir da ação direta das lideranças políticas locais e regionais.

Devido às suas especificidades, a dinamização deste setor deve provir dele próprio. Entretanto, a efetivação deste processo depende

estritamente da atuação pronunciada do poder público, especialmente no âmbito municipal, junto ao setor agrícola, o que provavelmente suscitará benefícios sócio-econômicos ao município.

Nota-se na MRG de Presidente Prudente que, apesar do setor agrícola, via de regra, ser o principal gerador de riquezas<sup>4</sup>, é ele atribuído pouca relevância, haja vista que o poder público municipal acredita que o desenvolvimento pressupõe a industrialização, conforme salienta Toledo Junior (1990). Tal concepção, para uma região, que não apresenta segmentos industriais consolidados, faz com que as ações do poder público ocorram de forma extremamente equivocada.

Um dos elementos que explicam, esse tipo de atitude do poder público municipal está estritamente vinculado ao potencial eleitoral da zona urbana que, especificamente no município de Anhumas, é extremamente superior ao da zona rural. Neste quadro, o poder público prefere investir em infra-estrutura (educação, saúde, lazer, asfalto, rede de esgotos, casas populares) nas áreas urbanas, pois é nestas que se poderá auferir a maior quantidade de votos. Decisões neste sentido demonstram a ação equivocada do poder local no âmbito do desenvolvimento municipal, haja vista que em 90 % dos municípios do Estado de São Paulo o setor agrícola é o principal gerador de riquezas (Martín, 1993).

Entretanto, tendo em vista a atual tendência de descentralização das atribuições vinculadas anteriormente aos Governos Federal e Estadual, consubstanciada na reforma tributária realizada a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, que determina que as lideranças locais, especialmente no âmbito do poder público municipal, devem ter a atuação efetiva na implantação de medidas promotoras de dinamização e desenvolvimento. Nesta conjuntura, a dinamização do setor agrícola do município de Anhumas depende essencialmente da ação do poder público municipal no sentido de implementar algumas medidas, tais como:

- a) organização dos pequenos produtores rurais em associações de agricultores, visando facilitar a aquisição de insumos e implementos agrícolas conjuntamente, no intuito de superar as dificuldades de incorporação de novas tecnologias;
- b) efetuar a recuperação dos solos a partir da calagem e da implementação das técnicas de controle de erosão;
- c) incentivar a diversificação das atividades agrícolas a partir da inserção de culturas permanentes a exemplo da fruticultura que vem apresentando boas perspectivas aos produtores no município;

<sup>4</sup> O setor agrícola é entendido neste artigo, no sentido *lato* da palavra, ou seja, abrangendo as atividades relacionadas à agricultura e a pecuária.

d) implantação do serviço de máquinas agrícolas, nos moldes do programa de patrulha agrícola, que vem sendo utilizado em diversos municípios do Estado de São Paulo;

e) realizar a manutenção freqüente das estradas rurais, visando facilitar o escoamento da produção agrícola.

Tais medidas, de base ao setor agrícola devem ser estabelecidas tendo em vista as condições dos produtores, dando prioridade à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e a sua reprodução social no campo, haja vista que estes sempre estiveram à margem do acesso às políticas agrícolas (SNCR, PGPM, AGF, EGF, etc.), implementadas pelo Estado Brasileiro.

Cabe salientar que os benefícios auferidos com a exploração racional e organizada das atividades agrícolas, certamente resultarão em melhorias sócio-econômicas para o município de Anhumas, restabelecendo a produção agrícola e a valorização do campo, enquanto lugar de sobrevivência.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Anhumas encontra-se em estagnação face ao seu baixo desempenho nas atividades agrícolas. Desde os anos 1960 tem havido a expansão sistemática das pastagens concomitantemente à atividade pecuária em detrimento das áreas ocupadas pelas lavouras.

Desta forma, o crescimento da atividade pecuária tem proporcionado sérios prejuízos sócio-econômicos refletidos na evasão populacional em processo no município, tanto na área rural quanto urbana. Tal processo tem ocorrido em virtude da baixa demanda de mão-de-obra da atividade pecuária no município, dado o seu caráter de criação extensiva e fazendo com que a terra adquira muito mais um cunho especulativo do que produtivo.

Assim, faz-se necessário a atuação mais pronunciada e efetiva do poder público local, visando dinamizar a agricultura municipal, tendo em vista que, apesar do seu baixo desempenho, esta continua sendo a principal responsável pela geração de riquezas do município.

As ações no sentido de dinamizar o setor agrícola do município devem pressupor a melhoria das formas de produzir dos pequenos produtores rurais, possibilitando sua reprodução social no campo, o que seguramente proporcionará resultados sócio-econômicos positivos para o município de Anhumas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Tese de Doutorado: FFCL - Presidente Prudente, 1972, 339 p.

ABREU, Dióres Santos. **Recortes.** Presidente Prudente, Impress, 1997, 255 p.

ALMEIDA, Rosimeire A. de. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara.** Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT - UNESP, 1996.

ANTONIO, Armando Pereira. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: o exemplo na Alta Sorocabana no período de 1960-1990.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1990.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985** ICONE / UNICAMP, 1985 - 240p.

FERNANDES, Bernardo M. M.S.T. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo.** (1ª ed. 1996). 2ª ed. São Paulo: Hueitec, 1999. 258 p.

FIBGE, **Censo Agrícola, 1960.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1960.

FIBGE, **Censos Agropecuários.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1970; 1975; 1980; 1985 e 1995/96.

FIBGE, **Censos Demográficos.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1960; 1970; 1975; 1980 e 1991.

FIBGE, **Contagem Populacional, 1996.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina - SP.** Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE - UNESP, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. *Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira.* In: **Revista Faz Ciência.** v.1, n.1, p.38-49: Faculdade de Francisco Beltrão, 1997.

HESPANHOL, Rosângela A. de M. **O Tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente.** Dissertação de Mestrado. Rio Claro: IGCE - UNESP, 1991.

KAGEYAMA, Angela et al.. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais.* In: DELGADO, G. da Costa (Org.) **Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras.** Campinas: IPEA, 1987. p. 113-221. (Série IPEA, 127).

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente** Tese de Doutorado: FFCL, 1972 - 249p.

- LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTIN, Nelson B. *O poder local e o desenvolvimento rural*. In: **Revista Informações Econômicas**. Vol. 23, nº 12, Dez./93. São Paulo: IEA, 1993. p. 27-35.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.
- PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. Brasiliense, 1978.
- ROCHA, Marina B. *Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90*. In: **Revista Agricultura em São Paulo**. Vol. 44. Tomo 1. São Paulo: IEA, 1997. p. 27-50.
- SILVA, Hélio et al.. *Proposta metodológica para a elaboração de zoneamento agrícola nos municípios do noroeste paulista*. In: **IV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Salvador, Abril, 1996. P. 1-7.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. **A recriação capitalista do Campesinato: um estudo sobre o campesinato na região de Presidente Prudente**. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 1990.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Guanabara, Rio de Janeiro 2ª ed., 1986.
- TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. *O município e o desenvolvimento rural*. In: **Revista CEPAM**. São Paulo: CEPAM. Ano I, Nº 3, Jul./Set. 1990. (Fundação Prefeito Faria Lima). P. 19-24.

## A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Bernardo Mançano FERNANDES<sup>1</sup>  
Cristiane Barbosa RAMALHO<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. Estudamos o Pontal, tomando como referência às transformações recentes causadas pela implantação dos assentamentos rurais, frutos das ocupações de terras.

Apresentamos também um conjunto de dados a respeito das ocupações e dos assentamentos rurais no Pontal, resultado das pesquisas realizadas no DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

**Palavras-chave:** Ocupação – grilagem – assentamentos – MST – Pontal do Paranapanema

### Introdução

Na década de noventa, no campo brasileiro, as ocupações de terra cresceram numa proporção nunca vista na história da questão agrária. Em 1991 aconteceram 81 ocupações com 11.297 famílias, em 1998 foram realizadas 599 ocupações com 76.482 (CPT, 1999). O Pontal do Paranapanema tornou-se uma das regiões de maior destaque na luta pela terra dessa década, com 150 ocupações. Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

### 1 - Hoje e ontem.

No dia 25 de julho de 2.000, os sem-terra organizaram uma manifestação inédita na luta pela terra: ocuparam o Fórum do município de

<sup>1</sup> - Geógrafo e Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: bmf@prudente.unesp.br

<sup>2</sup> - Mestranda no Curso de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: ramalho@prudente.unesp.br

- LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTIN, Nelson B. *O poder local e o desenvolvimento rural*. In: **Revista Informações Econômicas**. Vol. 23, nº 12, Dez./93. São Paulo: IEA, 1993. p. 27-35.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.
- PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. Brasiliense, 1978.
- ROCHA, Marina B. *Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90*. In: **Revista Agricultura em São Paulo**. Vol. 44. Tomo 1. São Paulo: IEA, 1997. p. 27-50.
- SILVA, Hélio et al.. *Proposta metodológica para a elaboração de zoneamento agrícola nos municípios do noroeste paulista*. In: **IV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Salvador, Abril, 1996. P. 1-7.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. **A recriação capitalista do Campesinato: um estudo sobre o campesinato na região de Presidente Prudente**. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 1990.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Guanabara, Rio de Janeiro 2ª ed., 1986.
- TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. *O município e o desenvolvimento rural*. In: **Revista CEPAM**. São Paulo: CEPAM. Ano I, Nº 3, Jul./Set. 1990. (Fundação Prefeito Faria Lima). P. 19-24.

## A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

**Bernardo Mançano FERNANDES<sup>1</sup>**  
**Cristiane Barbosa RAMALHO<sup>2</sup>**

**Resumo:** Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. Estudamos o Pontal, tomando como referência às transformações recentes causadas pela implantação dos assentamentos rurais, frutos das ocupações de terras.

Apresentamos também um conjunto de dados a respeito das ocupações e dos assentamentos rurais no Pontal, resultado das pesquisas realizadas no DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

**Palavras-chave:** Ocupação – grilagem – assentamentos – MST – Pontal do Paranapanema

### Introdução

Na década de noventa, no campo brasileiro, as ocupações de terra cresceram numa proporção nunca vista na história da questão agrária. Em 1991 aconteceram 81 ocupações com 11.297 famílias, em 1998 foram realizadas 599 ocupações com 76.482 (CPT, 1999). O Pontal do Paranapanema tornou-se uma das regiões de maior destaque na luta pela terra dessa década, com 150 ocupações. Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

### 1 - Hoje e ontem.

No dia 25 de julho de 2.000, os sem-terra organizaram uma manifestação inédita na luta pela terra: ocuparam o Fórum do município de

<sup>1</sup> - Geógrafo e Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: bmf@prudente.unesp.br

<sup>2</sup> - Mestranda no Curso de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: ramalho@prudente.unesp.br

Teodoro Sampaio. Na década de 1990, o Poder Judiciário tornou-se uma “cerca” aos projetos de implantação de assentamentos rurais. Dessa forma, a ocupação do Fórum representa uma nova forma de enfretamento dos trabalhadores rurais contra o Estado, que tem conduzido a questão agrária de acordo com as ações dos trabalhadores. Neste texto analisamos alguns exemplos do processo de judicialização da luta pela terra no contexto da histórica questão agrária do Pontal do Paranapanema.

A fazenda Nova Pontal, localizada no município de Rosana, foi reocupada pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no dia 18 de fevereiro de 1998. No momento da reocupação, no ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo - realizava-se um acordo para a desapropriação de 60% da fazenda, que está localizada em uma área declarada devoluta, em primeira instância do processo jurídico, desde julho de 1992. O acordo previa a aquisição da outra parte, já que seus proprietários tinham interesse em negociá-la. Esse fato é decorrência da histórica luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Em 14 de julho de 1990, o MST realizou sua primeira ocupação nessas terras. Naquele dia, 700 famílias ocuparam pela primeira vez a Nova Pontal e foram despejadas. Começava aí uma nova fase da luta pelas terras griladas do Pontal que dura mais de 110 anos. A chegada do MST na região iniciou a territorialização da luta (Fernandes, 1996), que transformou o Pontal do Paranapanema numa das regiões com maior número de ocupações e famílias, como pode ser observado nos quadros 1 e 2 para os anos de 1996 e 1998.

**Quadro 1**  
1996 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO  
Participação do Pontal do Paranapanema

ESTADOS (REGIÃO)	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
PERNAMBUCO	40	5.433
SÃO PAULO	38	6.326
PARANÁ	37	6.952
BAHIA	35	6.135
PARÁ	33	5.215
RIO GRANDE DO NORTE	29	2.524
MATO GROSSO DO SUL	25	3.489
<b>(PONTAL DO PARANAPANEMA)</b>	<b>25</b>	<b>3.887</b>
MINAS GERAIS	25	1.371
GOIÁS	24	2.314
MATO GROSSO	17	3.888
SERGIPE	14	2.043
PARAÍBA	12	1.326
SANTA CATARINA	11	1.945
MARANHÃO	09	2.460

Fontes: Comissão Pastoral da Terra - 1997; DATALUTA, 2.000.

**Quadro 2**  
1998 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO

**Participação do Pontal do Paranapanema**

ESTADOS (REGIÃO)	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
PERNAMBUCO	122	13.961
MATO GROSSO DO SUL	67	11.294
SÃO PAULO	78	6.213
PARANÁ	60	5.868
RIO GRANDE DO SUL	11	5.045
PARÁ	15	4.830
ALAGOAS	21	4.491
BAHIA	40	4.043
MINAS GERAIS	45	2.791
<b>(PONTAL DO PARANAPANEMA)</b>	<b>41</b>	<b>2.481</b>
SANTA CATARINA	24	2.331
PARAÍBA	19	2.286
GOIÁS	17	2.056
AMAZONIAS	01	1.800
SERGIPE	06	1.758

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - 1999; DATALUTA, 2.000.

A história da ocupação e da grilagem das terras do Pontal está registrada na trilogia produzida pelos geógrafos Pierre Monbeig, (1984); Antônio Cláudio Branco Vasques, (1973) e por José Ferrari Leite, (1981).

Em meados de 1886, foram apresentados ao juiz do município de Campos Novos do Paranapanema, hoje Assis, os requerimentos de legitimação das fazendas Boa Esperança do Aguapeí (872.200 ha) e Pirapó-Santo Anastácio (583.100 ha). O primeiro foi julgado imprestável em 1889 e o segundo em 1890. A Pirapó-Santo Anastácio e parte da Boa Esperança do Aguapeí vieram a conformar o território do que se tornou conhecido como Pontal do Paranapanema. A razão da nulidade dos documentos refere-se ao processo de grilagem datado de 1856. Nesse haviam imprecisões dos perímetros e foram considerados imprestáveis, além das imprecisões jurídicas inerentes aos processos de grilagem.

A divisão das terras griladas continuou, sem encontrar nenhum obstáculo. A Pirapó-Santo Anastácio foi retalhada, acumulando dezenas de processos jurídicos, tornando-se um *complexo grilento*. Na década de 1950, os grilos do Pontal perdiam-se nos labirintos de divisores de água e ribeirões inexistentes na realidade e presentes nos falsos documentos. Ainda nessa década, mais provas documentais incontestáveis vieram somar-se aos processos: a principal era o documento da perícia gráfica, que comprovava a falsificação da assinatura do padre que havia registrado a posse da Pirapó-Santo Anastácio, e a sua firma foi reconhecida 30 anos após a sua morte.

Nesse ponto é preciso distinguir a relação dos fatos. A grilagem aconteceu em meados da década de 1880, com a falsificação da assinatura para o ano de 1856, com declarações que havia residências nas posses<sup>3</sup>. Ora, esse ano era o último momento que os possuidores de terras tinham para registrar as suas posses, de acordo com a Lei nº 601 de 1850 - a Lei de Terras. As terras não registradas foram consideradas devolutas. Portanto, os grilos com essas características remetiam-se a datas anteriores a 1856, no caso do registro da posse e para antes de 1850 com relação à posse da Terra. Foi assim que, desde esse tempo, iniciara a indústria da falsificação de títulos de propriedades, sempre com datas anteriores ao que exigia a Lei, quase sempre por meio da corrupção dos escrivães.

Na década de 1940, o governador Fernando Costa iniciou o processo de criação das reservas florestais do Pontal do Paranapanema<sup>4</sup>. A medida procurava reaver as terras devolutas para proteger a fauna e a flora da mata Pluvial-Tropical. A área do Pontal foi dividida em perímetros para o desenvolvimento de ações discriminatórias das terras. Em 1945, o Instituto Florestal constatou que 97% da Grande Reserva do Pontal estava preservada. Contudo, nem com a criação das reservas o Estado conseguiu impedir o desenvolvimento do *complexo grilento* e nem mesmo alcançou seu objetivo de manter as reservas florestais, com exceção do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio. Destruir as matas, por meio da retirada de madeiras de lei, queimadas e depois transformar em pastagens, foi a maneira utilizada pelos grileiros para garantir o domínio sobre as terras. O poder político do coronelismo garantiu essa forma de ocupação do Pontal do Paranapanema.

As áreas das três reservas eram partes do município de Presidente Venceslau<sup>5</sup>, onde começou a devastação das reservas para a abertura das grandes fazendas. A venda de madeira garantia a acumulação inicial, com a qual os grileiros iriam constituir as "suas" fazendas. Para realizar o trabalho de derrubada, os grileiros<sup>6</sup> incentivaram a migração de

<sup>3</sup> - Vale lembrar o tamanho das posses: 238.000 alqueires da Pirapó - Santo Anastácio, ou seja 583.100 ha, e 356.000 alqueires para a Boa Esperança do Aguapeí, ou seja 872.200 ha. Na realidade, essas terras estavam ocupadas por indígenas.

<sup>4</sup> - A saber, foram três as reservas: Morro do Diabo, de 37.156 ha, Lagoa São Paulo, de 13.343 ha. e Grande Reserva do Pontal, de 246.840 ha.

<sup>5</sup> - Na época o território do município compreendia uma área de 6.620 km<sup>2</sup>. Desde a década de 1940 esse território vem sendo fragmentado. Foram formados novos municípios, sendo: Pres. Epitácio, Piquerobi, Caiuá, Marabá Paulista, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

<sup>6</sup> - Para o conhecimento detalhado desses personagens, ver Vasques, 1973 e Leite, 1981.

famílias para a região. Entre 1940 e 1950 a população rural desse município quase que dobrou, passando de 17.595 para 34.058 habitantes<sup>7</sup>. Os trabalhadores embrenhavam-se nas matas, faziam suas roças, derrubavam as árvores, preparavam o pasto e eram obrigados a entregar as terras ao grileiro, quando não tinham, ainda, que pagar arrendamento. Parafrazeando José de Souza Martins, *não eram os grileiros que pagavam aos trabalhadores pela formação das fazendas. Eram os trabalhadores que entregavam as fazendas aos grileiros, para poderem usar essas mesmas terras para sobreviver. Além de controlarem a produção de fazendas, os grileiros produziram um exército de miseráveis*.<sup>8</sup> Evidente que esse processo enriqueceu os grileiros e levou à miséria as famílias sem-terra que viviam na região. Essa situação gerou inúmeros conflitos. Na luta pela terra, os sem-terra que resistiam e os posseiros foram expulsos por jagunços e também pela polícia. Eram os "quebra - milhos" - pistoleiros contratados para matar e destruir as roças. Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, muitos sem-terra e posseiros foram mortos nos conflitos por terra na região. Desse modo, os grileiros venceram todas as batalhas na ocupação do território do Pontal.

Na década de 70, o que restara das matas fora destruído por aviões agrícolas, que pulverizaram herbicidas que continha "o famigerado desfolhante laranja, tão usado sobre as matas do Vietnã"<sup>9</sup>.

Foram as ações dos movimentos sociais sem-terra que, em meados da década de oitenta, pressionaram o Estado para a retomada da política de reaver as terras devolutas do Pontal. O crescimento dos conflitos era registrado com as famílias acampando nas margens das rodovias numa demonstração que a luta pelas terras devolutas do Pontal perseverava. Com o apoio de políticos populistas locais, as famílias conseguiram algumas vitórias. Da mesma forma, a consolidação do grilo era uma realidade. Conscientes da morosidade do trâmite jurídico das Ações Discriminatórias, necessárias para a execução dos processos, os grileiros resistiram. Iniciou-se um processo de negociação, em que o Estado reavia não somente uma quarta parte dos grilos para o assentamento das famílias e regularizava a maior parte. As matas foram destruídas, o fórum de Pres. Venceslau foi incendiado e as pastagens predominaram, assim como o poder político dos grileiros, que não entregariam as terras devolutas para o seu verdadeiro proprietário: o Estado. Desse modo, os custos da destruição das reservas florestais ficaram por conta da sociedade, e o lucro da venda das

<sup>7</sup> - Leite, 1981, p. 70.

<sup>8</sup> - Martins, 1986, p.p. 68 e 74.

<sup>9</sup> - *Ibidem*, p. 219.

madeiras, da exploração das terras por dezenas de anos ficou com os grileiros.

## 2 - Hoje e amanhã.

Até julho de 1990, os movimentos sociais existentes no Pontal eram movimentos isolados, tinham sua base social e seu território em um determinado município. O que marca a nova fase da luta pela terra do Pontal é a chegada de um movimento socioterritorial. Na época, o MST já realizava ocupações em 17 estados da federação<sup>10</sup>. Era uma nova força política que passava a participar de uma luta secular.

O conflito fundiário é uma questão sóciopolítica inerente a um território que possui concentração fundiária. As soluções são conseguidas por meio de negociações que relacionam as forças participantes.

A história recente da luta pelas terras do Pontal tem dois momentos distintos. O primeiro iniciou com a chegada do MST na região (1990), que intensificou a luta por meio das ocupações e dos enfrentamentos, e terminou no início do governo Covas (1995), quando a Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania passou a agir para regularizar as terras devolutas e implantar assentamentos fundiários. Nesse primeiro momento, no enfrentamento havia duas forças políticas: os sem-terra e os fazendeiros-grileiros que participavam ativamente e o Estado era uma instituição letárgica.

O segundo momento teve início com a entrada do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP nesse cenário político. Nesse momento, a questão da terra foi agilizada e os conflitos de até quatro anos passaram a ser resolvidos. Evidente que a entrada de mais um sujeito no enfrentamento resultou em novos conflitos. Agora tínhamos três forças: o MST, os "proprietários" e o Estado, representado pelo ITESP. Desde então, durante os enfrentamentos, surgiram diversos discursos e diferentes propostas para a resolução dos conflitos. O ITESP apresentou sua proposta para resolução dos conflitos, regularização fundiária e implantação de assentamentos. Todavia, os processos jurídicos barra a agilidade do Instituto, que procura formas alternativas de desentranhar o grilo. O MST não concorda com alguns pontos da proposta, como por exemplo, a arrecadação de somente 30% das áreas das fazendas e confronto com o ITESP, que tem que negociar em duas frentes. Os fazendeiros-grileiros, autodenominados "proprietários", resistiam, em certa medida, procurando a melhor forma de

<sup>10</sup> - Em 2.000, o MST está organizado em 22 estados e no Distrito Federal. Somente em quatro estados do Norte: Acre, Amazonas, Amapá e Roraima, o MST ainda não se territorializou.

negociarem as terras. Assim produziu-se um enfrentamento em que, embora se desenvolvesse em direção à solução por meio das negociações, diferentes situações se materializavam na conjunção de partes dos interesses das forças políticas participantes.

Desse modo, os avanços e os recuos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema foram determinados por duas ações, sendo que a primeira levou à segunda: as ocupações pressionaram o Estado, que retomou as ações discriminatórias. As ações do MST na região foram determinantes para o desentranhamento do complexo grilento. O governo Fleury não resistiu às pressões e no final de seu mandato negociou a compra de duas áreas no município de Mirante do Paranapanema, depois que o MST realizou 36 ocupações<sup>11</sup>. A determinação das ocupações para o avanço da luta está expressa nos resultados alcançados (ver quadros 3 e 4). Em todo o Brasil, e o Pontal é um exemplo, as ocupações geraram as condições concretas para a implantação de uma política de assentamentos por parte do Estado. É impossível compreendermos o momento histórico recente da luta pela terra, se ignorarmos a reflexão fundamental do significado das ocupações.

Na luta pela terra, as ocupações iniciam e determinam o processo de resolução dos conflitos. Todavia, a ocupação contém o sentido da contingência. A eventualidade do conflito pode gerar violência e resistência. O Estado é a instituição competente para superar o conflito. Todavia, os poderes constitutivos do Estado são compostos por diferentes forças políticas e o governo Covas possui as suas diferenças internas. O avanço das negociações dependia do poder de negociação das forças. Assim, as ocupações serviam para pressionar e agilizar a negociação entre as outras partes. Da mesma forma, a contratação de jagunços, pelos fazendeiros-grileiros, também servia para barrar o avanço dos sem-terra e colocar condições de negociação para o Estado. Essas são as circunstâncias e o conflito é a condição política geradora da negociação. O acampamento significa a permanência de uma condição material oferecida, pelos movimentos sociais, como referência da emergência da reforma agrária. No Pontal, somente em alguns momentos em que o ITESP agilizou as negociações com os "proprietários" e apresentou às famílias acampadas, áreas para a implantação de assentamentos, é que se aproximou da possibilidade de amenizar os conflitos.

A intensificação das ações do MST e a agilização do desentranhamento do complexo grilento pelo ITESP reacenderam as forças

<sup>11</sup> - Fonte: DATALUTA PONTAL, 2000. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Departamento de Geografia, FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente.

reacionárias históricas do Pontal, que fizeram a União Democrática Ruralista - UDR renascer das próprias cinzas<sup>12</sup>. Essa oligarquia histórica havia, até aquele momento, impedido que o Estado recuperasse as suas terras. Mas, agora, a conjuntura política apresentava condições favoráveis aos "proprietários" que propiciava a negociação para que o governo resolvesse os conflitos do Pontal.

Quadro 3 – Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema / SP 1990 – 1999

ANO DAS OCUPAÇÕES	NÚMERO DE OCUPAÇÕES
1990	01
1991	04
1992	09
1993	14
1994	14
1995	11
1996	25
1997	12
1998	41
1999	19
<b>TOTAL</b>	<b>150</b>

Fonte: DATALUTA – PONTAL, 2.000.

Quadro 4 – Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema / SP -1984 - 1999

ANO DOS ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS
1984	01
1988	02
1990	01
1991	01
1992	01
1994	02
1995	09
1996	23
1997	09
1998	18
1999	06
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

Fonte: DATALUTA – PONTAL, 2.000.

<sup>12</sup> - A UDR é uma das entidades mais reacionárias e violentas do campo brasileiro. Foi extinta em 1994 e recriada em 1996.

O fator principal dessa conjuntura é que o preço da terra baixara em quase todo o território nacional. No Estado de São Paulo, de 1994 a 1996, o preço da terra caiu 35%<sup>13</sup>. São diversos os fatores que explicam essa crise do mercado de terras. Dois fatores interativos são: as mudanças recentes na economia nacional diminuíram o processo inflacionário. Até então, a terra sempre foi um investimento seguro, que valorizava acima da inflação, servindo à especulação como reserva de valor e de controle político. Em tempo recente serviu igualmente para acesso a crédito subsidiado para a agropecuária, que financiava a compra ou a grilagem de mais terras; Por outro lado, nos últimos anos, a territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, especialmente pelo MST, tem aumentado o número de conflitos e, portanto, representam um temor, já que tem resultado em um conjunto de ações para a implantação de projetos de assentamentos. Deste conjunto de ações podemos citar: a mudança do Imposto Territorial Rural, que desde o Estatuto da Terra deveria servir para tributar os latifúndios. Em todo esse tempo foi manipulado e, até hoje, teve apenas um significado simbólico para os grandes proprietários, que mesmo assim são os maiores sonegadores. Mas, sempre foi pago pelos pequenos proprietários. O aumento do valor das alíquotas para cálculo do ITR dos latifúndios, se aplicado, poderá inviabilizar a sua manutenção; A Lei do Rito Sumário que pode agilizar as desapropriações e a perspectiva de revisão do GUT (Grau de Utilização da Terra) e o GEE (Grau de Eficiência na Exploração) alarmou os principais setores ruralistas, especialmente a União Democrática Ruralista, a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Nacional da Agricultura. Frente a saturação da questão agrária, os latifundiários procuram meios para lucrar com a problemática.

No período de 1991 a 1995, o MST ocupou as terras do município de Mirante do Paranapanema. Foram 54 ocupações em 16 fazendas. Em 1996 foram 25 ocupações. A intensificação das ações do MST resultou no processo de *judicialização* da luta pela terra<sup>14</sup>. De outubro de 1995 a setembro de 1996, muitos trabalhadores foram presos, acusados de formação de bando e quadrilha. Os processos judiciais chegavam até o Supremo Tribunal de Justiça, onde as prisões eram revogadas. Todos esses fatos associados à questão do Pontal do Paranapanema, representa o desentranhamento do maior grilo conhecido do estado. Isso chamou a atenção da mídia, que transformou a região em uma das principais referências da questão agrária brasileira. A região foi visitada por jornalistas das principais publicações periódicas do País, bem como de profissionais dos

<sup>13</sup> - Conforme Cardoso, 1997.

<sup>14</sup> - A respeito ver Fernandes, 1997.



EUA, da Europa e do Japão. A questão tornou-se ainda mais popular com a novela "Rei do Gado", em que alguns dos principais personagens tinham como referência José Rainha e Deolinda: duas lideranças do MST na luta pela terra no Pontal.

O governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - também participou das negociações. Financiou com dinheiro e com os Títulos da Dívida Agrária - TDAs - o pagamento das benfeitorias. Essa atitude é correspondente à política do governo federal para amenizar os conflitos fundiários e para implantar assentamentos rurais.

Essa política do Estado propiciou a resolução dos conflitos no município de Mirante do Paranapanema. O MST continuou a sua territorialização, realizando ocupações em outros municípios. No final de 1995 começou a ocupar no município de Sandovalina. Desde 1996, o MST vem realizando ocupações em Presidente Venceslau, Rosana e Euclides da Cunha. Nos últimos dois anos, o Movimento também ocupou terras nos municípios de Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Ribeirão dos Índios, Piquerobi, Caiuá, Presidente Prudente e Teodoro Sampaio. Em seis anos o MST territorializou-se por quase toda a região. No desdobramento da luta, criou a COOCAMP - Cooperativa de Comercialização do Pontal - com sede em Teodoro Sampaio, com 1.700 famílias cooperadas. A luta pela terra proporcionou um conjunto de vitórias que resultou na conquista de 121.449 ha., beneficiando 4.887 famílias até 1999 (Ver quadros 5 e 6).

Quadro 5 - Área em hectares dos assentamentos do Pontal do Paranapanema / SP - 1984 - 1999

ANO	ÁREA EM HECTARES
1984	13.311
1988	6.090
1990	800
1991	665
1992	866
1994	5.934
1995	11.902
1996	33.443
1997	11.840
1998	26.482
1999	10.116
TOTAL	121.449

Fonte: DATALUTA - PONTAL, 2.000.

Quadro 6 - Número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema /

SP - 1984 - 1999

ANO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
1984	572
1988	208
1990	51
1991	36
1992	99
1994	231
1995	462
1996	1.389
1997	532
1998	867
1999	440
TOTAL	4.887

Fonte: DATALUTA - PONTAL, 2.000.

Desde 1995, os movimentos sociais isolados reapareceram, fomentados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, por oportunistas: pessoas que nunca tiveram participação em lutas populares e não possuem reconhecimento e nem apoio político; por membros expulsos do MST e por dissensão com o MST. Surgiram movimentos em quase todo o Pontal, estendendo o número de sujeitos participantes da luta pela terra (ver quadro 7). Esses movimentos sociais localizados possuem ação limitada e estão presos a relações de dependência e clientelista junto a prefeitos e outros políticos da região, que procuram quebrar a hegemonia do MST no Pontal. O populismo é, quase sempre, uma característica desses movimentos. É a recuperação de uma prática existente na década de oitenta, quando políticos locais controlavam os movimentos sociais.

Todas as lutas e a ação do ITESP transformaram a realidade do Pontal do Paranapanema. Uma característica é a diminuição do decréscimo da população rural na região (ver gráfico 1), que passou de 1,4% ao ano para 0,6% ao ano. Nos municípios em que a luta aconteceu com maior intensidade, ocorreu a diminuição da população urbana e o aumento da população rural, como por exemplo: Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio<sup>15</sup> (ver gráficos 2 e 3). Um outro exemplo, que representa o significativo aumento da população rural, é apresentado por Bergamasco,

<sup>15</sup> - O município de Teodoro Sampaio foi dividido no início da década de 1990, quando foram emancipados os municípios de Rosana e Euclides da Cunha. Para efeito de comparação, para os anos de 1991 e 1996, trabalhamos com dados populacionais agregados desses três municípios.

(1997, p. 41) por meio da ampliação do número de domicílios rurais nesses municípios. Em Mirante do Paranapanema, o número de domicílios rurais existentes em 1991 era 1.003. Conforme o I Censo da Reforma agrária, até 1996, foram assentadas 1.175 famílias nesse município. Este número mais do que duplica os domicílios rurais. Ou então, no município de Presidente Venceslau que possuía, em 1991, somente 4,8% de sua população rural vivendo em 480 domicílios rurais. O mesmo Censo registrou o assentamento de 409 famílias, aumentando consideravelmente a população rural desse município.

Quadro 7 - Movimentos Sociais isolados - Pontal Do Paranapanema

NOME	MUNICÍPIO	INÍCIO
Movimento Sem-Terra de Rosana	Rosana	1995
Brasileiros Unidos Querendo Terra	Pres. Epitácio	1996
Movimento Esperança Viva*	Mirante do Paranapanema	1996
Movimento da Paz	Regente Feijó	1997
Movimento Terra Brasil**	Pres. Venceslau	1997
Movimento Unidos pela Paz	Tarabai	1997
Movimento da Paz Sem-Terra***	Taciba	1997
Movimento Terra e Pão	Santo Anastácio	1997
Movimento Sem-Terra do Pontal	Teodoro Sampaio	1998
Movimento Terra da Esperança***	Pres. Bernardes	1998

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes.

\*Dissensão do MST - \*\*Dissensão do Brasileiros Unidos Querem Terra. - \*\*\*Dissensão do Movimento Unidos Pela Paz

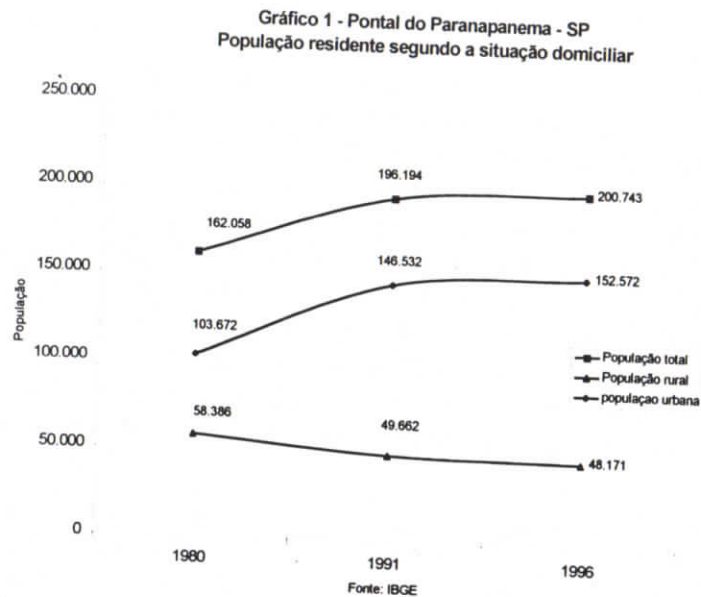


Gráfico 2 - Mirante do Paranapanema - SP  
População residente segundo a situação da unidade domiciliar 1980 - 1996

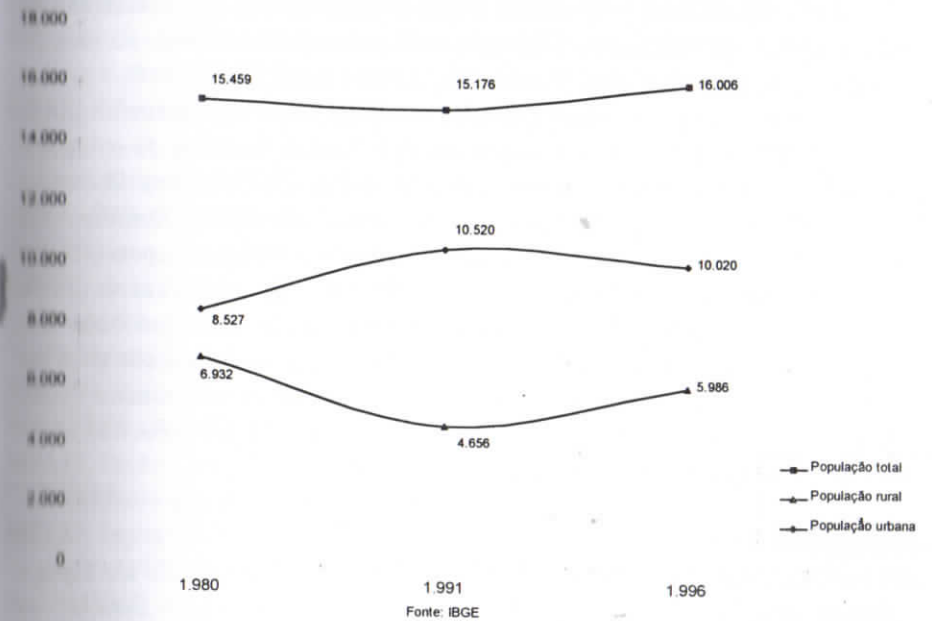
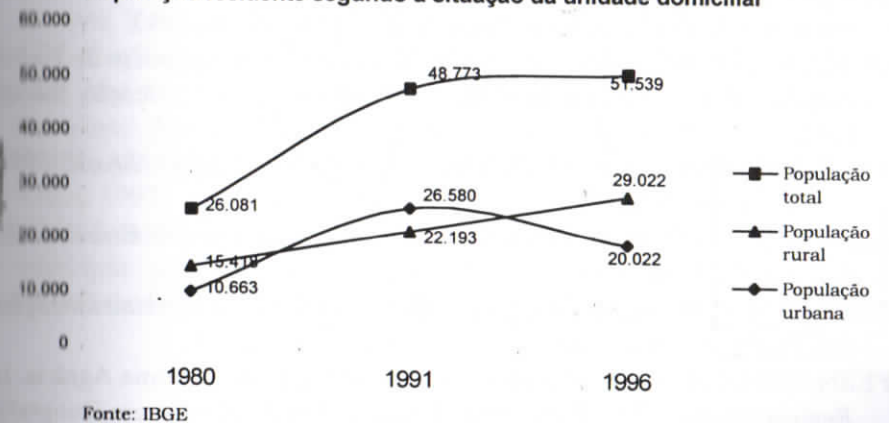


Gráfico 3 - Teodoro Sampaio - SP  
População residente segundo a situação da unidade domiciliar



Esse processo reforça o papel da agricultura familiar no Pontal, fazendo com que o Estado proponha um planejamento para a elaboração de um zoneamento ecológico - econômico para a região.

Outro fator importante é que a renda obtida pelos assentados, embora ainda seja baixa, os coloca acima da renda média de mais da metade da população rural brasileira. (Fernandes, 2.000 e Leal, 2.000).

A luta pelas terras griladas do Pontal do Paranapanema ainda está muito distante do fim. Há vários acampamentos à espera de soluções. Intensificam-se as ocupações como única forma de acesso à terra. Por outro lado, o MST possui um cadastro com mais de 4.000 famílias. Os movimentos sociais e o Estado têm como preocupações a recuperação das terras (tanto em arrecadá-las dos domínios dos grileiros, quanto em recuperá-las, depois de terem sido intensivamente exploradas sem que houvesse investimentos e manutenção), encerrando esse ciclo da luta pela terra no Pontal. Também, precisam investir no desenvolvimento econômico local, criando uma nova fase na história do Pontal, na qual os coronéis não serão mais os comandantes desse território.

#### Bibliografia

- ANTÔNIO, Armando Pereira. *Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período de 1960 - 1990*. São Paulo, 1990. Tese (doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. *Estudos Avançados* 11 (31): 37-49, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Reforma Agrária - Compromisso de Todos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil, 1997*. Goiânia: CPT, 1998.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil, 1998*. Goiânia: CPT, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Judicialização da Reforma Agrária. In *Revista Geosp*. Nº 1. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Geografia da USP, 1997.

- FERNANDES, Bernardo Mançano (Coord.). *Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Nova Conquista - Rancharia - SP*. Presidente Prudente, 2000. Convênio Unesp - Incra.
- FIBGE. *Contagem da População - 1996*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1997.
- INCRA/CRUB/UnB. *Relatório Final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1996.
- LEAL, Gleison Moreira. *Os Impactos Socioeconômicos dos Assentamentos Rurais do Município de Teodoro Sampaio*. Presidente Prudente, 2.000. (Relatório final CNPq - PIBIC) Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente, 1981. Tese (livre-docência em Geografia), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista.
- MARIN, Juan Carlos. *Las Tomas (1970/72)*. Santiago: mimeo, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e Coronelismo. Ideologia e Poder*, nº 1. Presidente Prudente: FCT - Unesp, 1995.
- MELO, Jayro Gonçalves. *A Voz do Povo e a Revolução de 30. Ideologia e Poder*, nº 2. Presidente Prudente: FCT - Unesp, 1997.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *DATALUTA - PONTAL, 2000*. Relatório preliminar. Presidente Prudente: NERA, 2000.
- PONTIFÍCIO CONSELHO « Justiça e Paz ». *Para uma melhor distribuição da terra*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1997.
- SEADE. *Perfil Municipal 1980-1991*. São Paulo: Seade, 1993.
- SILVA, José Gomes. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VASQUES, Antônio Cláudio Branco. *A evolução da ocupação de terras do município de Teodoro Sampaio*. Franca, 1973. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

Margarete Cristiane de Costa Trindade AMORIM<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute as questões teóricas e metodológicas referentes aos estudos de clima urbano. Analisa como a cidade provoca mudanças no clima local, considerando-a como modificadora importante do clima regional. Explicita como a estrutura urbana associada ao dinamismo da cidade, altera o balanço de radiação da superfície devido à substituição dos materiais naturais pelos materiais urbanos. Dentre as interferências da urbanização no clima, destacam-se os fenômenos conhecidos como ilha de calor, poluição do ar, chuvas intensas, inundações, etc. Enfatiza também a importância da relação entre as diferentes escalas geográficas, desde a zonal até a local, no estudo do clima urbano.

**Palavras chave:** clima urbano, ilha de calor, balanço de energia, conforto térmico.

Estudos relevantes sobre o clima urbano (Bryson & Ross, 1972; Chandler, 1965; Landsberg, 1981; Lowry, 1977; Monteiro, 1976 e Oke, 1978) concordam que a cidade atua como um fator modificador importante do clima regional e cria condições específicas na atmosfera, definidas como clima urbano. Os principais responsáveis pelas especificidades são as construções, os tipos de materiais, o traçado das ruas, a circulação de veículos, as indústrias e as atividades humanas.

O campo também sofreu transformações na paisagem no decorrer do tempo mas, é nas cidades, que os efeitos do ar modificado produzem alterações nos elementos climáticos de maneira mais intensa. Na perspectiva geográfica, além das diferenças existentes entre a cidade e o campo, torna-se fundamental a compreensão dos mecanismos geradores das diferenças que existem no interior da própria cidade e que interferem de maneira negativa na qualidade de vida das pessoas.

O processo de urbanização altera o balanço de radiação da superfície devido à substituição dos materiais naturais pelos materiais urbanos. As tabelas 1 e 2 organizadas por Oke (1978 e 1987) mostram as propriedades radiativas de materiais urbanos e rurais que comprovam as mudanças nos processos de absorção, difusão e reflexão da radiação, sofrida pela atmosfera, acarretando mudanças locais.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Geografia da FCT -UNESP. e-mail: amorim@stetnet.com.br

Do ponto de vista meteorológico o estudo do clima urbano atingiu um estágio de caracterização de seus aspectos fundamentais que podem ser assim apresentados:

- a) o clima urbano é a modificação substancial de um clima local, não sendo possível ainda decidir sobre o ponto de concentração populacional ou densidade de edificações em que essa notável mudança se principia;
- b) admite-se que o desenvolvimento urbano tende a acentuar ou eliminar as diferenças causadas pela posição do sítio;
- c) da comparação entre a cidade e o campo circundante, emergiram os seguintes fatos fundamentais: 1) a cidade modifica o clima através de alterações em superfície; 2) a cidade produz um aumento de calor, completada por modificações na ventilação, na umidade e até nas precipitações, que tendem a ser mais acentuadas; 3) a maior influência manifesta-se através da alteração na própria composição da atmosfera, atingindo condições adversas na maioria dos casos". (Landsberg (1956) apud Monteiro, 1976, p. 57).

Tabela 1 – Propriedades radiativas de materiais urbanos

SUPERFÍCIE	ALBEDO	EMISSIVIDADE
1. Ruas com asfalto	0.05 – 0.20	0.95
2. Paredes		
Concreto	0.10 – 0.35	0.71 – 0.90
Tijolos	0.20 – 0.40	0.90 – 0.92
Pedras	0.20 – 0.35	0.85 – 0.95
Madeiras		0.90
3. Telhados		
Piche e Cascalho	0.08 – 0.18	0.92
Telhas	0.10 – 0.35	0.90
Ardósia	0.10	0.90
Sapé – Folhagem	0.15 – 0.20	
Chapa Ondulada	0.10 – 0.16	0.13 – 0.28
4. Janelas		
Vidros claros: zênite		

Ângulo menor 40°	0.8	0.87 – 0.94
Ângulo de 40 a 80°	0.09 – 0.52	0.87 – 0.92
5. Pinturas		
Brancas, Caiadas	0.50 – 0.90	0.85 – 0.95
Vermelha, Marrom,	0.20 – 0.35	0.85 – 0.95
Verde	0.02 – 0.15	0.90 – 0.98
Preta		
6. Áreas Urbanas		
Variações	0.10 – 0.27	0.85 – 0.96
Médias	0.15	0.95

Fonte: Oke, 1978, p.247

Tabela 2 – Propriedades radiativas de materiais rurais

SUPERFÍCIE	ALBEDO	EMISSIVIDADE
1. Solos		
Escuro, Úmido	0.05	0.90
Claro, Seco	0.04	0.90
2. Desertos	0.20 – 0.25	0.84 – 0.9
3. Grama		
Alta (1m)	0.16	0.90
Baixa (0.02m)	0.26	0.95
4. Cultivos, Tundra	0.18 – 0.25	0.90 – 0.99
5. Pomares	0.15 – 0.20	
6. Florestas Decíduas		
Solo nu	0.15	0.97
Abandonadas	0.20	0.98
7. Coníferas	0.05 – 0.15	0.97 – 0.99
8. Água		
Pequeno ângulo	0.03 – 0.10	0.92 – 0.97
Zenital		
Grande ângulo	0.10 – 1.00	0.92 – 0.97
Zenital		

Fonte: Oke (1987) apud Lombardo, 1995, p.57

O clima próprio gerado pela cidade provoca efeitos que são sentidos pela população através do desconforto térmico, da qualidade do ar (cada vez mais poluído nos grandes centros) e das crescentes inundações urbanas ocasionadas pelas chuvas concentradas. "Diferenças térmicas, hidrológicas e nas propriedades aerodinâmicas das superfícies urbanas criam um clima urbano específico". (Johnson, 1985, p.221). Estes

fenômenos interferem na vida das pessoas, tendo como consequência, em alguns casos, verdadeiras catástrofes.

Considerando a interferência da urbanização no clima, “os fenômenos inter-relacionados, como ilha de calor, poluição do ar, chuvas intensas, inundações, desabamentos passam a fazer parte do cotidiano urbano, sobrepondo mais um fenômeno aos demais, fazendo com que a população se defronte com essa natureza alterada e conviva diariamente com os problemas dela decorrentes”. (Lombardo, 1985, p.18).

Landsberg (1970, p. 91) apresenta as mudanças nos elementos climáticos causados pela urbanização e destaca que as áreas urbanas são mais quentes que as rurais, mais secas no verão, mais úmidas no inverno e provocam chuvas concentradas, além de produzirem perturbações do vento na escala do urbano. O aquecimento urbano e a rugosidade induzem convergência e escoamento ascendente sobre a cidade e divergente logo acima dela.

O clima da cidade é produzido a partir de um jogo integrado entre o ar atmosférico e o ambiente urbano edificado pelo homem. Assim, a estrutura da cidade deve ser acompanhada de suas funções, a fim de compreender esse ambiente complexo.

A cidade modifica o balanço energético, o balanço hidrológico, o relevo e a estrutura química da atmosfera. O modo de viver do homem interfere de forma significativa no sistema urbano, recriando-o totalmente.

O processo de urbanização, ao proporcionar mudanças na natureza da superfície e na atmosfera, afeta as condições de funcionamento dos componentes do sistema climático, pois “perturba os balanços de energia, massa e momentum pré-urbanos e conduz para a modificação do estado de todos os parâmetros atmosféricos do qual o conjunto representa o clima”. (Oke, 1980, p.339).

As alterações que ocorrem no clima urbano, segundo Oke (1978), geram camadas atmosféricas urbanas e locais chamadas de *urban canopy layer* e *urban boundary layer*, cujas extensões apresentam dimensões variadas no tempo e no espaço. *Canopy layer* é traduzida como a camada do dossel urbano. Esta camada de ar pode atingir entre 1 e 3 vezes a altura do topo dos elementos existentes à superfície, e pode apresentar uma turbulência forte de pequena escala, dependendo da rugosidade da superfície. A tabela 3 apresenta as características do meio urbano que podem alterar o balanço energético, provocando anomalias térmicas positivas, no nível “*canopy layer*”.

Tabela 3 - Hipóteses das causas da ocorrência de ilha de calor urbano no âmbito do *urban canopy layer*.

1. Elevação do afluxo de radiação devido à absorção da radiação de ondas longas e reemissão pela atmosfera urbana poluída.
2. Redução da perda de radiação de ondas longas dos canyons devido à redução do seu *sky view factor*.
3. Maior absorção da radiação de ondas curtas devido ao efeito da geometria do *canyon* no albedo.
4. Maior armazenamento de calor diurno devido a propriedades térmicas dos materiais urbanos e sua liberação noturna.
5. Calor antropogênico proveniente dos edifícios.
6. Redução da evaporação devido à remoção da vegetação e à impermeabilização da superfície da cidade.
7. Redução da perda de calor sensível devido à queda da velocidade do vento na camada urbana.

Adaptado de Oke, 1978, p.259

*Boundary layer* é a camada acima do *canopy layer*, traduzida como a camada limite urbana, onde existem boas condições de mistura, sendo sua altura variável e dependente da capacidade da superfície para provocar a movimentação do ar. Durante a noite pode atingir menos de 100m, porque a superfície esfria mais depressa do que a atmosfera e, durante o dia, pode atingir de 1 a 2 km, pois as correntes convectivas são mais intensas. A tabela 4 mostra as características da cidade que podem alterar o balanço de energia, favorecendo a formação de ilhas de calor, no nível “*boundary layer*”.

Tabela 4 – Hipóteses dos mecanismos responsáveis pela ocorrência de ilha de calor urbano no âmbito do *urban boundary layer*.

1. Entrada de ar quente resultante da ilha de calor na camada de cobertura urbana.
2. Calor antropogênico dos telhados e da aglomeração.
3. Fluxo descendente de calor sensível da camada estável superior pela convecção penetrativa.
4. Convergência do fluxo radiativo de ondas curtas no ar poluído.

Adaptado de Oke, 1978, p.265.

O balanço energético nas cidades é alterado principalmente pela complexa geometria das superfícies construídas, pelas propriedades térmicas dos materiais, pela orientação das edificações, impermeabilização do solo e calor liberado pelas diversas atividades humanas.

A impermeabilização generalizada do solo provoca uma série de problemas. Lombardo (1995), baseada em trabalhos de Landsberg (1970); Chandler (1965) e Lombardo (1985), destaca os seguintes:

*"a) redução da evaporação, pela ausência de vegetação e água disponível: a radiação solar que não é usada na evaporação aquece o espaço urbano (massa edificada) e o ar da cidade (Myrup, 1969, citado por Lombardo, 1985);*

*b) as altas temperaturas que ocorrem nas áreas mais impermeabilizadas, em decorrência dos efeitos combinados das várias características do sítio construído, provocam baixa pressão atmosférica nestas áreas, gerando uma circulação local. Esta, por sua vez, provoca a concentração de material particulado na atmosfera local e de massas úmidas provenientes da região de entorno, gerando anomalias de precipitação sobre estas áreas (...);*

*c) a ocorrência de inundações nestas áreas, pela presença ocasional de chuvas intensas (5 a 10% mais chuvas na área urbanizada que no meio rural). (Lombardo, 1995, p. 53-4).*

A definição do balanço energético urbano é dado por (Douglas, 1983, p.40):

$$Q_s + Q_f + Q_i = Q_l + Q_g + Q_e \quad (1)$$

Onde:

$Q_s$  é a energia recebida do sol;

$Q_f$  é a energia gerada por combustão, metabolismo e processos industriais;

$Q_i$  é a calor emitido pelo interior da Terra;

$Q_l$  é a perda de calor por evaporação;

$Q_g$  é a perda de calor por condução no solo;

$Q_e$  é a perda de calor por irradiação.

O balanço energético urbano varia de uma cidade para outra dependendo de uma série de fatores, tais como: cor e tipo de materiais utilizados nas edificações, densidade de construções, verticalização, morfologia da área, tipo de pavimentação nas ruas, presença de áreas verdes e arborização nas ruas, circulação de veículos e pessoas e indústrias.

A energia gerada na cidade através da combustão, metabolismo e indústrias ( $Q_f$ ) é sempre maior do que na zona rural; por outro lado, a

energia recebida do sol ( $Q_s$ ) e a perda pela evaporação ( $Q_l$ ) são normalmente mais baixas.

Oke (1978, p.246) explica que nos grandes centros urbanos a maior concentração de poluentes impede a passagem de parte da radiação solar de ondas curtas, além de que, dependendo das características das edificações (edifícios altos e pouco espaços entre eles), são criados espaços de sombra, impedindo a chegada dos raios solares diretamente. Esses processos são intensificados com a maior inclinação dos raios solares no inverno, podendo receber 30% menos da radiação disponível.

No ambiente urbano não há muita água para evaporar e por esse motivo às perdas de calor por evaporação ( $Q_l$ ) são inferiores às da zona rural. As cidades, na maioria das vezes, são estruturadas de maneira que as águas das chuvas permaneçam pouco tempo na superfície, para impedir problemas de circulação de pessoas e serviços.

Landsberg (1981), Oke (1978) e Monteiro (1997) deixam claro que a quantidade de energia disponível na atmosfera urbana dependerá do total de energia liberada pelos seres humanos através de suas diferentes atividades e do total de energia proveniente da radiação solar e em quantidade muito pequena, do interior da Terra. Além disso, o armazenamento de calor no espaço construído pelas características já citadas, associado à pequena perda de calor por evaporação, não faz com que o balanço final entre as perdas e os ganhos no ambiente urbano sejam nulas, criando condições para a formação de "ilhas de calor" e "ilhas frescas".

O efeito da ilha de calor é resultado das diferenças do balanço de energia entre a área urbana e o campo e das diferenças existentes no interior da própria cidade. A ilha de calor é uma anomalia térmica com dimensões horizontais, verticais e temporais, que tem sido observada em quase todas as cidades onde tem sido estudada. Suas características estão relacionadas com a natureza da cidade (tamanho, densidade de construções, uso do solo) e com as influências externas (clima, tempo e estações) (Oke, 1982, p.7).

As principais causas da formação da ilha de calor nas cidades são:

*"- aumento da entrada de radiação de ondas longas devido à absorção de radiação de ondas longas que saem e sua reemissão pelos poluentes da atmosfera urbana;*

*- menores perdas de radiação de ondas longas nas ruas e "canyons" urbanos devido à redução do "sky view factor" pelos prédios e edifícios;*

- maior absorção da radiação de ondas curtas pela superfície urbana devido ao efeito das construções no albedo;
- grande armazenamento de calor durante o dia devido às propriedades térmicas dos materiais urbanos e grande emissão durante à noite;
- adição de calor antropogênico na área urbana pela utilização de aquecedores e refrigeradores, transporte e operações industriais;
- menor evaporação devido a retirada da vegetação e à diminuição de superfícies líquidas, o que diminui o fluxo de calor latente ou evapotranspiração e aumenta o fluxo de calor sensível". (Bornstein, 1968, Oke et al., 1991, apud Lombardo, 1995).

Sob condições atmosféricas ideais, ou seja, em condições de céu claro e com vento calmo, ocorre a máxima intensidade da ilha de calor. Com relevo pouco acidentado, as temperaturas mais altas são observadas nas áreas mais densamente construídas e com pouca vegetação. Horizontalmente há diminuição da temperatura à medida que há a aproximação da zona rural, caracterizada por um gradiente horizontal mais brando. Este esquema geral é interrompido por locais quentes e frios associados a densidades de prédios altos e baixos. Parques e lagos são áreas frescas, e áreas industriais, complexos de apartamentos, áreas de comércio ou centros de cidades, são mais quentes.

O balanço de energia na cidade em contraposição ao campo e as diferenças de estabilidade produzem diferentes taxas de aquecimento ou resfriamento próximo à superfície, fazendo aparecer regimes distintos de temperatura do ar, cujas diferenças em um dado tempo definem a intensidade da ilha de calor. (Oke, 1982, p.2).

Na zona rural a seqüência da temperatura é padrão. No pôr-do-sol há um resfriamento rápido entre 2° C e 3° C. A superfície drena energia radiativa e subtrai calor da camada rasa de ar estável logo acima dela. A medida que a temperatura cai e a taxa de emissão radiativa decresce, a taxa de resfriamento também declina a medida que a noite progride. A temperatura do ar rural a noite cai até o nascer do sol.

Ao amanhecer o aquecimento solar da superfície gera um fluxo turbulento de calor sensível que converge na camada da superfície, cuja profundidade é limitada pela inversão noturna crescente. A medida que a camada de mistura aumenta a taxa de aquecimento declina até o meio dia. (Oke, 1982).

O regime urbano é diferente, pois as taxas de aquecimento e resfriamento são menores. Nota-se a falta de picos agudos perto do nascer e pôr do sol produzindo uma onda diurna confinada de temperatura. Como consequência, a intensidade da "ilha de calor" sofre uma variação diurna marcante. As taxas divergentes de resfriamento entre os ambientes rural e urbano, no pôr-do-sol, produzem um aquecimento agudo na intensidade até ao máximo, poucas horas depois (3 a 5 horas). Depois disso, o resfriamento urbano levemente maior reduz a intensidade até que o aquecimento rural da manhã "apaga" a ilha de calor. Há cidades em que o centro fica mais frio que o campo, formando as "ilhas frias". (Oke, 1982, p.3) A distribuição espacial da ilha de calor está relacionada com o tempo da intensidade máxima. O padrão espacial diurno tende a ser menos definido e ajusta-se bem à distribuição das características que cobrem a superfície.

Johnson (1985, p. 221) esclarece que a ilha de calor se desenvolve e se deteriora ao longo do dia e as mudanças mais importantes acontecem ao amanhecer e pôr-do-sol. Em estudo realizado em Birmingham, Reino Unido, este autor mostra que a extremidade da área urbana apresenta um forte gradiente nas isolinhas de acordo com os diferentes tipos de uso da terra. Os dados exibem variação temporal considerável com maiores diferenças em taxas que acontecem ao amanhecer e ao pôr-do-sol. A intensidade da ilha de calor comum cresce pela tardezinha e depois do pôr-do-sol e durante a noite, quando a variação das taxas de resfriamento urbanas e rurais é pequena. As zonas rurais aquecem rapidamente depois do amanhecer, apresentando temperaturas mais altas do que nas zonas urbanas. O centro da cidade apresenta-se mais quente novamente um pouco antes do meio da tarde.

A radiação ao amanhecer e pôr-do-sol nas áreas urbanas depende de processos intrínsecos à cidade. No tecido urbano existe um fluxo de calor que durante o dia fica armazenado como resultado da alta condutibilidade térmica dos materiais que são emitidos para atmosfera nestes horários, apresentando temperaturas mais altas. À medida que os raios solares vão incidindo na superfície, o seu fluxo é reduzido devido à geometria da superfície urbana, que proporciona reflexões múltiplas diminuindo as ondas curtas incidentes, que variam de acordo com a altura das construções, orientação e ângulo do sol.

A localização de uma cidade impõe um amplo intervalo de efeitos relacionados aos corpos d'água, características topográficas, natureza dos solos, vegetação e uso do solo da região. As combinações possíveis são tão numerosas quanto a quantidade de cidades e isto explica a preocupação com os estudos das ilhas de calor. As relações entre intensidade da ilha de calor, tamanho da cidade e localização existem, mas o



interesse maior está na elucidação de fatores físicos críticos implícitos nas medidas de “tamanho” tais como população.

Estudos concordam em que as variáveis meteorológicas mais importantes que governam a intensidade da ilha de calor são a velocidade do vento, seguida pela cobertura de nuvens. As nuvens baixas são mais efetivas do que uma quantidade igual de nuvens altas na limitação da intensidade de ilha de calor.

O vento, assim como as nuvens, são variáveis substitutas relacionadas às regras relativas da transferência radiativa e turbulenta na produção das mudanças da temperatura. Estas regras estão combinadas nas variáveis simples da estabilidade atmosférica, que mostram a produção de uma boa correlação com a intensidade da “ilha” com a maior frequência de ocorrências e com as maiores intensidades sendo registradas na metade mais quente do ano (verão e outono). Isso está, em parte, relacionado à sazonalidade dos controles do tempo (vento, nuvem e estabilidade da massa de ar), mas reflete as variações na cobertura da superfície, tais como vegetação, densidade de construção e nas influências solares, tais como ângulo de incidência em relação à geometria urbana e à atenuação pelos aerossóis. A ilha de calor é mais bem delineada no verão, ao passo que o pico de exigências do aquecimento ocorrem no inverno e isto indica que o calor antropogênico não é a causa principal. (Oke, 1982).

As opiniões quanto às variações sazonais da ilha de calor são conflitantes. “(...) de um lado há pesquisas, como as realizadas por Mitchel (1979), Landsberg e Brush (1980), Jaureguy (1984) e Oguntoyinbo (1984), Lombardo (1985), que observaram que os maiores contrastes térmicos urbano-rurais (1,3°C a 5°C) ocorrem no inverno. (...) Por outro lado, Sanderson (1973), Akerman (1985), Yamamura-Bornstein (1991) e Mendonça (1994), verificaram que a maior magnitude (2°C, 10°C, 1,2°C, 10°C) respectivamente, ocorre no verão.” (Pitton, 1997, p.20).

A justificativa para a maior magnitude da ilha de calor no inverno está associada à maior frequência de inversões térmicas e à maior liberação de calor antropogênico. No verão a maior magnitude da ilha de calor é atribuída à maior quantidade de energia absorvida durante o dia e sua absorção durante a noite ou em função do papel de mistura dos solos rurais, que no verão apresentam elevada inércia térmica.

Existem claras diferenças entre ambientes atmosféricos urbanos de cidades tropicais e de latitudes médias. “As diferenças mais notáveis são observadas na variada formação temporal da ilha de calor urbana que, nas cidades tropicais tem tido maior intensidade diurna que noturna”. (Yamamura-Bornstein & Bornstein (1992) apud Mendonça, 1994, p.13-14).

Outras pesquisas concluíram que a ilha de calor pode-se manifestar com maior intensidade durante o dia; dentre elas destacam-se:

“Nakamura (1967), Nkendirim, et al (1978), Nishizawa (1983 e 1986), Yamashita (1988), Yamamura-Bornstein (1991), Sette (1996)”. (Pitton, 1997, p.20).

O fato é que as cidades possuem especificidades climáticas que devem ser consideradas, e estas variam de intensidade de acordo com suas características próprias.

Dentre as especificidades climáticas destaca-se a menor quantidade de água disponível para evaporar. A atmosfera da cidade é menos úmida do que a da zona rural, mas ocorrem variações neste quadro geral, pois durante o dia existe maior probabilidade de o ar na zona rural adquirir vapor d’água devido à presença de vegetação e por ser o solo mais permeável. Por outro lado, durante a noite a zona rural tem queda na temperatura de maneira mais rápida, deixando o ar saturado e impedindo a evaporação, até que a água presente no ar próximo à superfície vai diminuindo à medida que atinge o ponto de orvalho. Dessa forma, na cidade, que apresenta temperaturas mais altas durante a noite, ocorre a redução do ponto de orvalho, havendo a formação de “ilhas de umidade”. (Oke, 1978, p. 261).

Devido às diferenças de temperatura entre a cidade, a periferia e a zona rural, a circulação do ar dá-se de maneira diversa. A velocidade do vento normalmente é menor nas áreas construídas, excetuadas as áreas densamente verticalizadas, que podem canalizar o ar, atingindo nestes casos velocidades maiores do que em pontos abertos entre as edificações. (Oke, 1978, p.262).

Sob condições atmosféricas estáveis, sem a atuação da circulação regional, devido à diferença de temperatura, formam-se zonas de pressão diferenciadas, permitindo a circulação do ar da periferia (menos quente – alta pressão) em direção ao centro (mais quente – baixa pressão).

Com atmosfera instável a cidade tem a velocidade do vento diminuída em relação à zona rural.

As áreas da cidade com maior concentração de áreas verdes, ou as próximas a reservatórios d’água propiciam o declínio da temperatura. “...Isso pode ser explicado tendo em vista que a maior quantidade de vegetação implica em mudança do balanço de energia, já que as plantas, através do processo de fotossíntese e transpiração, absorvem a radiação solar. Do mesmo modo, as massas d’água interferem no balanço de energia, em função de sua alta capacidade calorífica, bem como do consumo de calor latente pela evaporação”. (Lombardo, 1995, p.53).

Vários trabalhos apresentaram a influência da vegetação no ambiente da cidade, sendo responsáveis por amenizar as temperaturas mais elevadas que provocam desconforto térmico, além de diminuir a velocidade do vento e os impactos provocados pela precipitação. Dentre eles destacam-se: Kopec (1970), que mostrou a influência da vegetação na velocidade do

vento; Gomez e Garcia (1984), que encontraram diferenças significativas dentro da ilha de calor devido à presença de um parque; Oke (1989), que abordou aspectos micrometeorológicos de uma floresta urbana e seus efeitos na temperatura e Pitton (1997), que enfatizou que as áreas verdes interceptam, absorvem, refletem e transmitem radiação solar, captando e transmitindo água, além de interferirem na direção e velocidade do vento, sendo responsáveis por registros de temperaturas mais baixas mesmo na área central. Este fato foi também observado por Danni (1987) e Cruz (1995).

Habitualmente o planejamento urbano não considera as condições climáticas locais, cuja tecnologia é importada dos países de altas latitudes. A ocupação colonial deixou como herança, técnicas de construção e desenho urbano adotado dos países europeus, além da estrutura arquitetônica vigente nos Estados Unidos e Europa.

Assim o estudo de clima urbano, além da quantificação das alterações detectadas, torna fundamental uma análise geográfica do fenômeno, ou seja, estabelece relações entre os dados mensurados e os elementos componentes da cidade. Estes estudos podem contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, pois a formação das ilhas de calor cria uma circulação do ar na cidade que favorece a concentração de poluentes, podendo provocar distúrbios nas pessoas, tais como doenças respiratórias, circulatórias, e, nos países tropicais, um grande desconforto térmico, provocado pelas altas temperaturas comuns nestas latitudes.

### O método de análise

Apesar de ocuparem pequenas parcelas territoriais, as cidades constituem a maior transformação da paisagem natural, materializadas através de diferentes formas de poluição do ar, água, solo e subsolo, além de transformações na morfologia e estrutura do ambiente urbano. Rios e córregos são canalizados ou têm seus cursos alterados; a morfologia é modificada através de aterros e construções; a vegetação é retirada; e a associação das atividades urbanas com a forma de ocupação do solo, provoca alterações nos elementos climáticos. “O clima urbano é um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização” (Monteiro, 1976, p.95).

Dessa maneira o clima é um dos elementos que tem sofrido modificações no decorrer do tempo, e estudos do clima urbano têm sido justificados pela expressão que as cidades tomaram nos últimos anos, principalmente no que se refere à quantidade de pessoas que vivem nos centros urbanos, e conseqüentemente são afetadas por suas características específicas.

Por muito tempo os estudos da atmosfera urbana desenvolveram-se sob uma perspectiva estática, matemática e isolada de possíveis correlações com outros ramos do saber.

Monteiro (1976) apresentou parte da bibliografia internacional referente à temática clima urbano e afirmou: “...o caráter geral desta vasta produção é colocado sob perspectiva meteorológica onde a preocupação fundamental é avaliar o grau de transformação da atmosfera pela atividade urbana, persistindo aquele aspecto de abordagem em termos de homem versus natureza”. (Monteiro, 1976, p.58).

*“Foi, sem sombra de dúvidas, a partir do emprego do princípio do funcionamento sistêmico da natureza (Teoria de Sistemas de Bertalanfy), da noção de dinâmica da atmosfera (Strahler) e das preocupações de alguns climatólogos com a interação estabelecida entre a atmosfera, o sítio e o fato urbano (materialidade humana), que o clima da cidade passou a ser focado de um ponto de vista mais holístico e numa dimensão evolutiva, originando os estudos de climas urbanos como se pode observar na atualidade”.* (Mendonça, 1998)

As inter-relações entre os aspectos humanos e físicos implicam a adoção de um conceito de clima como um “sistema aberto, activo, e complexo, cuja vitalidade está na dependência directa da capacidade de trocar energia e matéria com o exterior” (...). (Monteiro, 1997, p.11).

Nos estudos de clima urbano, a perspectiva sistêmica permite entender as ações humanas no comportamento do clima, sem que se percam de vista as escalas que o organizam. No sistema climático o clima global vai refletir-se nos subsistemas climáticos regionais e locais para filtrar, selecionar e conduzir a energia e a matéria.

O escalonamento das unidades climáticas foi proposto por Monteiro (1976). Estas identificam-se no espaço geográfico em zonal, regional e local.

*“No nível zonal, por obra da latitude, decisiva no próprio fenômeno de diversificação, produz-se uma variedade setorial que, se não se afirma em faixas contínuas, organiza-se em grandes células. Estas seriam a expressão do segundo nível, aquele da definição macrorregional. Nesta, os centros de*

*ação e os sistemas meteorológicos vinculados a faixas zonais diferentes, participariam no sentido de produzir uma organização climática, gerada pelos mecanismos da circulação atmosférica regional, capaz de manter a organização espacial através do ritmo de sucessão temporal dos seus estados. (...) Dentro das regiões, os fatores geográficos, especialmente em suas associações ecológicas, poderiam, por sua vez, produzir nova gama de diversificações secundárias ou intermediárias até atingir os climas locais. Estes seriam graus de organização especializados, pelas íntimas integrações ecológicas no interior dos sistemas climáticos regionais, expressando-se, sobretudo, pelas variações quantitativas dos atributos. (...) Um clima local diversifica-se inicialmente ao nível de sua compartimentação geocológica, base mesma da identificação dos mesoclimas, passando a organizar-se no nível dos topoclimas e especializar-se nos microclimas". (Monteiro, 1976, p.115-116).*

Assim, a grandeza escalar do clima urbano dependerá dos fatores que o definem como, por exemplo, a extensão da cidade e sua posição no relevo. O que está explícito nesta abordagem escalar é a não-definição de limites rígidos, "(...), mas a preocupação em caracterizar a organização hierárquica em termos de ligações, no plano vertical, e entrelaçamento, no plano horizontal". (Monteiro, 1976, p.116).

No estudo do clima urbano é fundamental a relação entre as diferentes escalas geográficas, desde a zonal até a local, onde se encontra o urbano e as diversas possibilidades de articulações entre os mesoclimas, topoclimas e microclimas. A estrutura interna do clima urbano é definida por meio da conexão de suas partes.

No Brasil, Monteiro (1976 e 1990a,b,c) realizou ampla discussão sobre teoria e metodologia do clima urbano, vinculado ao espaço geográfico, dando um salto importante para a superação do tratamento da relação entre homem e natureza, desenvolvendo a noção de co-participação como relação destes dois fatores na formação da atmosfera urbana.

A inter-relação dos elementos da natureza e do homem foi chamada de Sistema Clima Urbano (S.C.U.).

*"A estrutura interna do S.C.U. não pode ser definida pela simples superposição ou adição de*

*suas partes (compartimentação ecológica, morfológica, ou funcional urbana), mas somente por meio da íntima conexão entre elas". (Monteiro, 1976, p.99).*

Sob a perspectiva sistêmica este mesmo autor sugeriu a adoção de três subsistemas para o estudo do Sistema Clima Urbano: termodinâmico (conforto térmico); físico-químico (qualidade do ar); hidrometeorológico (impacto meteórico).

A análise do Sistema Clima Urbano é feita a partir dos canais de percepção humana e os resultados visam principalmente o planejamento da cidade.

Na entrada de energia no sistema clima urbano encontram-se as seguintes referências:

*"Sistema Geral – circulação atmosférica regional como intermediador entre a radiação solar e a energia líquida recebida no local.*

*Conforto Térmico: espectro de tipos de tempo como expressão das variações temporais (sazonais) sobre o espaço local, relacionando o quantum ao modus.*

*Qualidade do Ar – espectro rítmico temporal como expressão das variações horizontais (circulação regional no tempo, vindas do ambiente e aquelas específicas locais (radiação solar), verticalmente incidentes sobre o próprio núcleo).*

*Impacto Meteórico – impacto pluvial concentrado como atributo tropical." (Monteiro, 1990c, p.103).*

O subsistema termodinâmico tem sido o mais explorado nos estudos de clima urbano, associado, na maioria das vezes, à umidade relativa do ar. Este fato foi justificado por Tarifa (1977), quando explicitou: "...alterações nas variações da temperatura e umidade, que nada mais são do que elementos ou variáveis respostas, conseqüentemente funções do balanço de energia por unidade de tempo, dentro de um espaço tridimensional". (Tarifa, 1977, p.73).

No Brasil a produção científica sob essa concepção teórica tem crescido, com destaque para os trabalhos de Sartori (1979), Sampaio (1981),

Fonzar (1981), Danni (1987), Lombardo (1985), Mendonça (1994), Maitelli (1994), Brandão (1996), Sette (1996), Santos (1996), Pitton (1997).

A concepção teórica do Sistema Clima Urbano, contempla as variações da temperatura e umidade relativa, elementos do clima urbano, resultante do balanço de energia na cidade que é consequência dos aspectos geocológicos e urbanos.

### Bibliografia

- BRANDÃO, A. M. de P. M. *O clima urbano da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1996. 362p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BRYSON, R. A., ROSS, J. E. *The climate of the city. Urbanization and environment*, Belmont: Duxbury Press, 1972.
- CHANDLER, T. J. *The climate of London*. London: Hutchison of London, 1965. 287p.
- CRUZ, J. C. L. *Características térmicas da camada intra-urbana em Rio Claro (SP)*. Rio Claro, 1995. 189p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DANNI, I. M. *Aspectos tempororo-espaciais da temperatura e umidade relativa de Porto Alegre em Janeiro de 1982: contribuição ao estudo do clima urbano*. São Paulo, 1987. 129p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DOUGLAS, I. *The urban environment*. London: Edward Arnold, 1983.
- FONZAR, B. C. *O processo de ocupação regional: o modelo urbano e o conforto térmico da Alta Sorocabana: um teste aplicado a Presidente Prudente*. São Paulo, 1981. 156p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GOMEZ, A. L., GARCIA, F. F. *La isla de calor en Madrid: avance de un estudio de clima urbano*. *Estudios Geográficos*, 45, n.174, p.5-34, enero-marzo 1984.
- JOHNSON, D. B. *Urban modification of diurnal temperature cycles in Birmingham*, U. K. *Journal of climatology*, v. 5, p. 221-225, 1985.
- KOPEC, R. J. *Further observations of the urban heat island in a small city*. *Bulletin American Meteorological Society*, v.51, n.7, July 1970.
- LANDSBERG, H. E. *Meteorological observations in urban areas*. *Meteorological Monographs*, v. 11, n. 33, p. 91-99, October 1970.

LANDSBERG, M. E. *The urban climate*. New York: Academia Press, 1981. 276p.

LOMBARDO, M. A. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985. 244p.

LOMBARDO, M. A. *Qualidade ambiental e planejamento urbano: considerações e método*. São Paulo, 1995. Tese (Título de Livre Docência em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LOWRY, W. P. *Empirical estimation of urban effects on climate: a problem analysis*. *Journal of applied meteorology*, v. 16, p. 129-135, fev. 1977.

MAITELLI, G. T. *Uma abordagem tridimensional de clima urbano em área tropical continental: o exemplo de Cuiabá-MT*. São Paulo, 1994. 204p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENDONÇA, F. de A. *O clima e o planejamento urbano de cidade de porte médio e pequeno: proposição metodológica para estudo e aplicação à cidade de Londrina, PR*. São Paulo, 1994. 322P. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENDONÇA, F. de A. *O clima no planejamento da cidade: Um desafio aos urbanistas na defesa da qualidade ambiental*. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 3, 1998, Salvador. *Anais...CD-Rom*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

MONTEIRO, Ana. *O clima urbano do Porto: contribuição para a definição das estratégias de planejamento e ordenamento do território*. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. 485p.

MONTEIRO C. A. de F. *Teoria e Clima Urbano*. São Paulo: IGEOG/USP, 1976. 181p. (Série Teses e Monografias, 25).

MONTEIRO C. A. de F. *Por um suporte teórico e prático para estimular estudos geográficos do clima urbano no Brasil*. *Geosul*, Florianópolis, v.5, n.9, p.7-19, 1990a.

MONTEIRO C. A. de F. *Adentrar a cidade para tomar-lhe a temperatura*. *Geosul*, Florianópolis, v.5, n.9, p. 61-79, 1990b.

MONTEIRO C. A. de F. *A cidade como processo derivador ambiental e estrutura geradora de um "clima urbano"*. *Geosul*, Florianópolis, v.5, n.9, p. 80-114, 1990c.

OKE, T. R. *Boundary Layer Climates*. London: Methuen & Ltd. A. Halsted Press Book, John Wiley & Sons, New York, 1978, 372p.

- OKE, T. R. Climat impactos of urbanization. In: Interations of energy and climate. *Procedding*. Dordrecht/Holanda: D. Heider Publishing Company, p.339-361, 1980.
- OKE, T. R. The energetic basis of the urban heat island. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, v.108, n. 455, p. 1-24, jan. 1982.
- OKE, T. R. The micrometeorology of the urban forest. London, p.330 – 349, 1989.
- PITTON, S. E. C. *As cidades como indicadores de alterações térmicas*. São Paulo, 1997. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SAMPAIO, A. H. L. *Correlações entre uso do solo e ilha de calor no ambiente urbano: o caso de Salvador*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, J. W. M. C. *O clima urbano de Maringá: ensaio metodológico para cidades de porte médio e pequeno*. São Paulo, 1996. 172p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SARTORI, M. G. B. *O clima de Santa Maria, RS: do regional do urbano*. São Paulo, 1979. 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SETTE, D. M. *O clima urbano de Rondonópolis-MT*. São Paulo, 1996. 137p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- TARIFA, J. R. Análise comparativa da temperatura e umidade na área urbana e rural de São José dos Campos (SP). *Geografia*, v.2, n.4, p.59-80, outubro 1977.

## NOVAS PENITENCIÁRIAS NO OESTE PAULISTA

Eda Maria Góes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo pretende expor reflexões iniciais acerca das novas penitenciárias inauguradas recentemente no Estado de São Paulo e, sobretudo, no oeste paulista. Implementada pelo Governo Mário Covas, tal política penitenciária é aqui analisada, preliminarmente, à luz do referencial produzido em pesquisa anterior, que tinha como objeto a política penitenciária do Governo Franco Montoro. As responsabilidades da universidade pública, neste caso representada pela F.C.T./UNESP, de Presidente Prudente, frente a esse novo elemento que, com ela passa a compartilhar o cenário do Oeste Paulista, é uma das perspectivas enfatizadas. A atuação dos alunos universitários/agentes de segurança penitenciária reforça a intensidade dessa responsabilidade, ao mesmo tempo que alerta para os perigos da omissão.

**Palavras-chaves:** instituição penitenciária; política carcerária; Governo Mário Covas; Oeste Paulista; universidade pública.

### Introdução

O papel integrante desempenhado pela violência ao longo de toda a História do Brasil tem sido alvo de sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos e historiadores, que tem se dedicado aos seus mais diferentes aspectos. Dentre eles, destaca-se a importância estratégica das práticas das agências de controle social, quando se trata de estudá-las em períodos recentes. Nesse contexto, a polícia e a prisão têm sido alvos privilegiados, particularmente nas duas últimas décadas (1980 e 1990).

Essa periodização, longe de ser casual, vincula-se diretamente à história política do Brasil, uma vez que o longo processo de superação da Ditadura Militar, iniciado na passagem dos anos setenta para os oitenta, caracterizou-se não apenas pelo fim da censura, como também pela extensão do interesse de entidades civis, inicialmente dedicadas à defesa dos direitos humanos de presos políticos, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, para os presos comuns, sobretudo pobres. Nesse contexto de

<sup>1</sup> Professora Assistente-Doutora do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia, F.C.T./UNESP. Caixa Postal: 957 C.E.P. 19.060-900. Presidente Prudente (SP). Fone: 018-2215388; Fax: 018-223-2227. E-Mail: edagoes@prudente.unesp.br.

- OKE, T. R. Climat impacts of urbanization. In: Interations of energy and climate. *Proceeding*. Dordrecht/Holanda: D. Heider Publishing Company, p.339-361, 1980.
- OKE, T. R. The energetic basis of the urban heat island. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, v.108, n. 455, p. 1-24, jan. 1982.
- OKE, T. R. The micrometeorology of the urban forest. London, p.330 – 349, 1989.
- PITTON, S. E. C. *As cidades como indicadores de alterações térmicas*. São Paulo, 1997. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SAMPAIO, A. H. L. *Correlações entre uso do solo e ilha de calor no ambiente urbano: o caso de Salvador*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, J. W. M. C. *O clima urbano de Maringá: ensaio metodológico para cidades de porte médio e pequeno*. São Paulo, 1996. 172p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SARTORI, M. G. B. *O clima de Santa Maria, RS: do regional do urbano*. São Paulo, 1979. 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SETTE, D. M. *O clima urbano de Rondonópolis-MT*. São Paulo, 1996. 137p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- TARIFA, J. R. Análise comparativa da temperatura e umidade na área urbana e rural de São José dos Campos (SP). *Geografia*, v.2, n.4, p.59-80, outubro 1977.

## NOVAS PENITENCIÁRIAS NO OESTE PAULISTA

Eda Maria Góes<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo pretende expor reflexões iniciais acerca das novas penitenciárias inauguradas recentemente no Estado de São Paulo e, sobretudo, no oeste paulista. Implementada pelo Governo Mário Covas, tal política penitenciária é aqui analisada, preliminarmente, à luz do referencial produzido em pesquisa anterior, que tinha como objeto a política penitenciária do Governo Franco Montoro. As responsabilidades da universidade pública, neste caso representada pela F.C.T./UNESP, de Presidente Prudente, frente a esse novo elemento que, com ela passa a compartilhar o cenário do Oeste Paulista, é uma das perspectivas enfatizadas. A atuação dos alunos universitários/agentes de segurança penitenciária reforça a intensidade dessa responsabilidade, ao mesmo tempo que alerta para os perigos da omissão.

**Palavras-chaves:** instituição penitenciária; política carcerária; Governo Mário Covas; Oeste Paulista; universidade pública.

### Introdução

O papel integrante desempenhado pela violência ao longo de toda a História do Brasil tem sido alvo de sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos e historiadores, que tem se dedicado aos seus mais diferentes aspectos. Dentre eles, destaca-se a importância estratégica das práticas das agências de controle social, quando se trata de estudá-las em períodos recentes. Nesse contexto, a polícia e a prisão têm sido alvos privilegiados, particularmente nas duas últimas décadas (1980 e 1990).

Essa periodização, longe de ser casual, vincula-se diretamente à história política do Brasil, uma vez que o longo processo de superação da Ditadura Militar, iniciado na passagem dos anos setenta para os oitenta, caracterizou-se não apenas pelo fim da censura, como também pela extensão do interesse de entidades civis, inicialmente dedicadas à defesa dos direitos humanos de presos políticos, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, para os presos comuns, sobretudo pobres. Nesse contexto de

<sup>1</sup> Professora Assistente-Doutora do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia, F.C.T./UNESP. Caixa Postal: 957 C.E.P. 19.060-900. Presidente Prudente (SP). Fone: 018-2215388; Fax: 018-223-2227. E-Mail: edagoes@prudente.unesp.br.

ebulição política é que se constituíram novos objetos de interesse das ciências humanas: as polícias e as prisões brasileiras.

Dois momentos importantes no estímulo ao debate suscitado desde então ocorreram nos anos 80: num primeiro momento, o encontro realizado na Unicamp, em 1982, que contou com a presença de especialistas dos Estados Unidos, Inglaterra e Itália, além do Brasil, resultando posteriormente na publicação da obra coletiva, organizada pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, *Crime, Violência e Poder*, e, num segundo momento, já no final da década, na fundação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), na USP, por iniciativa do mesmo Paulo Sérgio Pinheiro e do sociólogo Sérgio Adorno de Abreu.

Particularmente interessado na questão penitenciária, Sérgio Adorno coordenou, junto com Rosa Maria Fischer, pesquisa sobre políticas penitenciárias paulistas no período 1950 - 1985. Dentre suas conclusões, destaca-se a acentuada centralização dos processos decisórios ocasionada pela Ditadura Militar:

*“a guerra contra o inimigo interno deflagrada pelo governo militar significou uma intensificação das atividades policiais, que correspondeu a uma canalização de recursos para o reaparelhamento e modernização da Polícia militar, visando não apenas a repressão às organizações políticas de oposição, mas também ao combate à criminalidade. Data dessa época uma articulação, cada vez mais transparente e sempre crescente, entre o funcionamento do aparelho policial e do aparelho penitenciário.”* (Fischer e Abreu, 1987:70)

Transparece na crescente articulação detectada, uma intensificação das características repressivas das instituições prisionais. Num contexto marcado pelo debate acerca da cidadania no Brasil, o governo Montoro (1983 - 1987) procurou contrapor a tal quadro a Política de Humanização Penitenciária, implementada pela Secretaria de Justiça, tendo à frente o advogado José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

O caráter moderado das propostas implementadas nessa gestão indica que nunca se chegou a questionar as funções de violência e punição, próprias do sistema penitenciário, mas apenas procurou-se executá-las

através de métodos mais especializados e, portanto, menos violentos. O que se percebe é que essas alterações não fogem ao velho Modelo Panóptico proposto pelo inglês Jeremy Bentham (século XVIII), baseado na total transparência e visibilidade do cárcere e dos corpos, mas avesso à brutalidade física.

Tal moderação era decorrente da ausência de coesão política do governo estadual em torno da questão penitenciária e acabou por dificultar o envolvimento efetivo das entidades civis de defesa dos direitos humanos em favor dessa política carcerária. Contraditoriamente, no entanto, as medidas propostas pela Humanização foram suficientes para desencadear um série de reações de certos segmentos sociais, tais como agentes penitenciários, juízes e alguns órgãos da grande imprensa, principalmente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

O resultado final dessa intensa disputa de poder em torno das instituições penitenciárias concretizou-se com a proximidade do período eleitoral, quando ganharam espaço no interior do partido do governo estadual, o PMDB, aqueles que adotavam posições mais duras no tratamento da questão da segurança como um todo. O chamado “pacote da segurança”, lançado pelo então vice-governador e candidato à sucessão estadual, Orestes Quércia, constituiu-se como marco da vitória desses setores mais reacionários do partido, ao provocar a demissão do Secretário Dias, em junho de 1986.

Além de revelar os estreitos limites das transformações políticas e sociais que estavam em curso naquela conjuntura política, conhecida como “transição democrática”, tal embate apontou também para as significativas barreiras defensivas que costumam impedir a introdução de qualquer alteração no cotidiano carcerário. A partir da saída do Secretário Dias, as prisões paulistas voltaram a ser tradicionalmente *gerenciadas*, ou seja, cotidianamente administradas através de um conjunto de práticas e procedimentos que transitam entre o formal e o informal, com grande autonomia e sem nenhuma transparência, seja para outros órgãos do Estado, seja para a sociedade civil.

### **O Governo Covas e as novas penitenciárias**

*“Há uma revolução em curso no sistema penitenciário paulista.”*

28.07.1998)

(O Estado de S. Paulo,

Com essa frase bombástica o então secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, João Benedito de Azevedo Marques, anunciou os planos, já em andamento, do governo Covas para a área penitenciária. Seguiu explicando que *“sua face mais visível é a construção simultânea de 21 novas penitenciárias e três presídios semi-abertos, no maior projeto de ampliação de vagas em 50 anos”*.

É interessante notar que, embora se apresse em esclarecer que tal revolução não se resume em “levantar paredes e grades”, o experiente secretário não se refere à atuação do atual governo estadual na área como *nova política penitenciária*. Trata-se de um esforço no sentido de diferenciar-se da última experiência paulista de intervenção nessa área, efetivada durante o governo de Franco Montoro (1983 - 1987), no qual João Benedito de Azevedo Marques também teve atuação expressiva, como coordenador da COESP (Coordenadoria Estadual de Assuntos Penitenciários)?

A Política de Humanização do Governo Montoro não previa, no entanto, a construção de novas unidades penitenciárias, resumindo-se, nesse âmbito, a reformas, conclusões de obras e a uma polêmica proposta de duplicação de vagas de penitenciárias caracterizadas por celas individuais. É provável que isso se devesse sobretudo à crise econômica engendrada durante o Regime Militar, cujas conseqüências foram fortemente sentidas durante os primeiros governos estaduais eleitos no início da década de 1980.

Outra explicação possível para tal esforço de desqualificação política de seus planos para a área carcerária, por parte da equipe do atual governo estadual, seria o reconhecimento do preocupante caráter negativo, nefasto mesmo, que a instância política, e tudo que a ela se refere, vem assumindo no Brasil neste final de século. Daí comentarem seus planos, já em andamento em 1998, e mesmo uma “nova filosofia de tratamento penal”, mas não uma nova política penitenciária, a despeito da anunciada “revolução”.

Assim, além de inscrever-se no limitadíssimo rol dos governantes que não ignoraram de modo irresponsável ou mesmo criminoso a questão carcerária, o governador Mário Covas sem dúvida tem atuação singular na área, traduzida no montante de investimentos de R\$ 424 milhões (segundo J. B. Azevedo Marques), com a construção simultânea de 24 instituições carcerárias.

Dentre essas novas penitenciárias, treze localizam-se no Oeste Paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso, Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de

Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente<sup>2</sup>. Apenas as três últimas têm regime semi-aberto, embora as penas alternativas à detenção norteiem a “nova filosofia de tratamento penal” anunciada por esse governo, sendo uma das bandeiras defendidas por João Benedito Azevedo Marques e pelo atual Ministro da Justiça, José Carlos Dias.

Aparentemente contraditórios, esses dados apontam para o compromisso mais imediato assumido pelo governo Covas de tirar os presos condenados dos Distritos Policiais, liberando assim os policiais para as atividades de investigação criminal, e de desativar a Casa de Detenção de São Paulo, “verdadeira aberração”, por isso mesmo, tradicional “barril de pólvora do sistema penitenciário paulista”. Mais uma vez, podemos notar um aprendizado com os erros cometidos durante o governo Montoro, quando denúncias acerca do abandono de parte significativa dos presos já condenados nos Distritos Policiais foram recorrentes.

Acrescentando-se ainda a esse enorme e fragmentário canteiro de obras as penitenciárias já existentes na região, vislumbra-se um novo e importante elemento no cenário do oeste paulista, cuja significação apenas começa a ser descortinada pela população local, embora pontos de contato entre o interior e o exterior desses presídios já tenham sido estabelecidos por diferentes segmentos sociais.

Inúmeros indícios têm sugerido que a rejeição costumeira da população das cidades escolhidas à construção de instituições penitenciárias, pautada no argumento da suposta insegurança a elas associada, foi sobrepujada pelos desdobramentos da atual crise econômica, materializados no desemprego e na ausência de perspectivas que assola a maioria das cidades da região.

Confirmando a tradicional e nefasta prática de misturar interesse público e interesse privado, há indícios de que alguns dos seus prefeitos montaram lojas de material de construção, voltadas ao fornecimento para os canteiros de obras penitenciárias e, conseqüentemente, ao aumento de patrimônios pessoais.

Mas foi sem dúvida a abertura de um novo mercado de trabalho o que mais chamou atenção. Estimativas mencionavam uma perspectiva de 6.624 vagas (OESP, 2.08.97) decorrentes da construção de 12 presídios apenas, e muitos prefeitos disputaram ferrenhamente o privilégio, recém “descoberto”, de sediar essas instituições, oferecendo inclusive cursos preparatórios que favorecessem os muitos candidatos locais ao preenchimento dessas vagas, mediante concurso público.

<sup>2</sup> As cidades de Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Assis e Presidente Prudente já possuíam instituições carcerárias.



Além de importante fator socioeconômico, identificado por amplos segmentos da população local, a contratação massiva de novos funcionários representa ainda a possibilidade de que uma revolução também esteja em curso no interior dessas penitenciárias, embora dificilmente perceptível ao cidadão comum, pouco habituado ao convívio com a questão carcerária.

Ao contrário do que o senso comum costuma sugerir, a questão carcerária não interessa apenas aos presos, seus familiares e, no máximo, aos funcionários penitenciários e seus familiares. Basta atentarmos para o fato de que depois do cumprimento das penas que podem variar de uns poucos a muitos anos de detenção, os presos abandonam essa condição e voltam ao convívio social, ou seja, carregando o pesado estigma de ex-presidiários pelas ruas e praças de qualquer dessas cidades, deixando o convívio restrito aos seus pares e aos funcionários penitenciários para o convívio, ao menos potencial, com cada um de nós.

Evidencia-se assim a relevância desse tema, em geral relegado ao interior dos altos muros das instituições penitenciárias, à atuação de algumas autoridades responsáveis e aos trabalhos de raros pesquisadores. A experiência de cada um desses homens no interior dos muros das prisões se refletirá diretamente no seu comportamento posterior aqui fora e essa realidade inelutável torna-se ainda mais preocupante quando nos deparamos com os altos índices de reincidência do sistema penitenciário paulista (segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, dos 49.905 presos condenados em SP, 47% são reincidentes) e com as fragmentárias notícias sobre a violência reinante em muitas dessas instituições, seja entre presos, seja como forma de punição e controle empregado por funcionários.

Como estarão reagindo, sob este aspecto, os milhares de funcionários recém-contratados? Terão transformado a questão carcerária, por eles diariamente enfrentada, em assunto corriqueiro? Teriam então seus amigos e parentes a inusitada possibilidade de acompanhar o cotidiano dessas instituições caracterizadas pelo isolamento e pelo mistério normalmente dele decorrente?

O caráter fechado dessas instituições penais tem significado historicamente não apenas o isolamento dos condenados mas também o acobertamento de práticas diversas, porém igualmente repudiadas socialmente, não apenas dos presos, mas também dos seus guardiães. Trata-se de instituição de controle social, cujas práticas são caracterizadas pela total falta de transparência. A possibilidade de um novo olhar, ainda que mediado pelos novos funcionários, estaria estimulando o abandono de velhas práticas?

Mas aí retornamos ao papel dos funcionários recém contratados, ao mesmo tempo novos sujeitos no cenário penitenciário, porém partilhando com os outros habitantes dessas cidades, seus conterrâneos, de espantos diversos frente à realidade carcerária, para eles também, recém descoberta.

Nesse sentido, é especialmente importante o livro do médico Dráuzio Varella - *Estação Carandiru* - lançado em 1999, que descreve com rara sensibilidade e realismo a vida no interior da Casa de Detenção de São Paulo. Como já dissemos, trata-se de uma "aberração", pela amplitude dos problemas e distorções que abriga, proporcionais ao seu próprio gigantismo, por si só considerado aberrante em relação a todos os padrões penitenciários. Mas apenas aí reside seu caráter excepcional, nas suas proporções e nas conseqüências delas decorrentes, incluindo a potencialização de problemas comuns às outras instituições carcerárias, ao menos até agora. É significativo que outro objetivo do atual governo, ainda que infelizmente menos viável num curto prazo, seja a desativação da Casa de Detenção.

Outro aspecto do potencial inovador dessas novas instituições torna-se evidente - a atuação desses novos funcionários - que deveriam pautar-se no livro de Varella como um manual às avessas, ou seja, sobre tudo o que não se deve colocar em prática no cotidiano carcerário. Isso significaria alterar muitas práticas tradicionalmente reproduzidas no sistema penitenciário, à revelia de qualquer legislação, mas em geral respaldadas no argumento da segurança, traduzida no controle da "massa carcerária", e na decorrente tranqüilidade da sociedade que a cerca. Assemelha-se assim, essa representação dos guardas penitenciários, com a auto representação dos policiais (civis e militares), na medida em que também procuram justificar sua violência e outras práticas ilegais, insistindo no seu caráter heróico, em constante exposição ao perigo.

Tal potencial inovador torna-se mais evidente se consideramos que era uma prática comum até a inauguração de instituições penitenciárias anteriores ao governo Covas, o remanejamento de funcionários de outras instituições para a nova, em nome da valorização da sua experiência e do entendimento de que, frente à questão carcerária, só o conhecimento produzido a partir do contato cotidiano com a "massa carcerária" é válido, ou seja, que a garantia de proteção da sociedade contra os "seus" presos é monopólio dos antigos funcionários. Trata-se de perspectiva imediatista, que tornou o sistema penitenciário quase imune às inovações, além de reveladora das limitações do conceito de cidadania que predomina na sociedade em que vivemos, sobretudo quando se trata dos "excluídos".

Além de valorizar o potencial ora detectado, tal constatação também sugere, perversamente, que inúmeras dificuldades certamente tem caracterizado a atuação dos novos agente penitenciários, entre as quais

destaca-se a presença central de um elemento nada novo no cenário carcerário - os presos. Frente aos recorrentes índices de alta reincidência, não se pode menosprezar a presença segura dos presos "velhos de cadeia", vulgarmente chamados "cobras criadas". Por sua longa experiência decorrente, em geral, de inúmeras entradas e saídas do sistema penitenciário, certamente valorizam as melhores condições físicas oferecidas pelas novas penitenciárias. Mas como reagiram aos novos e inexperientes agentes? Acrescente-se a esse quadro a juventude partilhada pela maioria desses agentes, sua origem interiorana, contraposta à experiência, média de idade ligeiramente mais alta e origem metropolitana dos presos e começaremos a vislumbrar a complexidade dessas relações. Pesquisas realizadas nas penitenciárias antigas constatavam a função de liderança desempenhada pelos presos mais experientes, ao lado daqueles que tivessem praticado crimes graves, mais valorizados pela ética invertida dos presos.

"Esqueceram de oferecer cursos preparatórios para os presos...", comentou um dos novos agentes, entre os inúmeros que procuram conciliar a condição de estudantes universitários com a de agentes penitenciários (ASP's) ou de professores de presos. Apenas na Unesp, cerca de 20 alunos estão nessa condição, o que nos remete à velhas questões acerca do papel da universidade, sobretudo da universidade pública. Estimular a reflexão e a intervenção, produzir novos conhecimentos a partir das atividades de pesquisa, além de formar profissionais qualificados... mesmo essas funções mais básicas não ficam impunes à omissão frente à questão carcerária, em relação à qual a Unesp já vem agindo através de seus alunos.

Através de conversas esparsas com alguns desses funcionários/alunos, já podemos perceber indícios de impasses entre a perspectiva de novas práticas na relação com os presos, estimulada por muitos dos novos diretores e pelos cursos preparatórios (chamados "escolinhas"), e a tentação pelo comodismo e, sobretudo, pela segurança, geralmente associada à reprodução das velhas e violentas práticas. Nesse sentido, é revelador o papel de atração desempenhado pelas instituições nas quais tais práticas "tradicionais" já prevalecem.

As longas jornadas de trabalho parecem ser um dos fatores a boicotar esforços inovadores: imaginemos um jovem recém contratado que assume num certo dia, excepcionalmente, pela falta de outros funcionários (garantida por lei), a função de abrir e fechar portas de ferro para permitir o acesso de presos de uma "gaiola a outra". Nas primeiras horas ele cumprimenta com um civilizado "bom dia" a cada um deles. Nas últimas, das dozes horas em que realizará essa função de forma quase ininterrupta, já recorrerá ao tratamento mais freqüente entre os seus pares mais experientes -

"anda vagabundo". Direciona assim a cada preso a revolta frente à exploração do seu trabalho honesto, ainda mais insuportável quando confrontada com a ociosidade, ainda que não opcional, dos condenados.

Detalhes aparentemente desimportantes para quem não vivência cotidianamente a realidade carcerária, como a alimentação partilhada por funcionários e presos, ainda que em espaços diferenciados dentro da prisão, também podem sugerir o desrespeito a distinções muito valorizadas pelos primeiros. Mesmo que os presos sejam responsáveis pela preparação da comida, bem como por todos os serviços de manutenção das penitenciárias.

Assim a presença dos presos revela-se, por si mesma, carregada de contradições que vão assumindo diferentes dimensões no cotidiano carcerário. Se eles não cometessem crimes não estariam nas prisões e não demandariam o trabalho de guardas e outros funcionários administrativos. Mas, se as penitenciárias não existissem, onde poderiam estar trabalhando todos esses funcionários?

Dessa lógica perversa, também não escapam os presos. Na sua perspectiva, as melhores condições materiais são evidentes nas novas penitenciárias, neutralizando um dos fatores determinantes de freqüentes confrontos entre presos. Mas como ficará sua relação com a família, uma vez que a grande maioria deles é proveniente da capital e de grandes cidades? Sabe-se que o dia de visita é enormemente valorizado pelos presos, representando a manutenção de importante e exclusivo elo de ligação com a sociedade. Permitirá a situação de pobreza, característica partilhada pelos presos, que seus familiares se desloquem em direção ao interior? Nesse caso, como serão recebidos nessas pequenas cidades?

Por iniciativa de pequenos empresários, linhas especiais de ônibus intermunicipais foram instaladas em cidades que receberam novas penitenciárias, em geral mais baratas que as linhas regulares e sempre incluindo, em seu trajeto, essas instituições.

Também há relatos de companheiras de presos que passaram a visitá-los com freqüência, em função de terem se fixado nas proximidades da penitenciária. Dentre essas, já começaram a ocorrer apreensões de drogas durante a rigorosa revista que precede as visitas. São casos que acabam na polícia e reforçam estereótipos acerca dos familiares dos presos e do potencial perigo propagado a partir dessas penitenciárias, sobretudo para as pacatas cidades interioranas.

O final do ano costuma ser um período caracterizado pelo aumento da tensão intra-muros, gerada, possivelmente, pela consciência reforçada de seu isolamento, propiciada pelo discurso ideológico que cerca as festas natalinas e as comemorações do ano novo. No final de 1999, esse ambiente revelou-se particularmente explosivo em três novas penitenciárias,

I e 2 de Presidente Venceslau e de Presidente Bernardes (Oeste Notícias, 31.12.99).

Nas duas primeiras, ocorreram dois assassinatos respectivamente, no mês de dezembro. Na terceira, inaugurada em 1990, ocorreu uma violenta rebelião, liderada por presos considerados perigosos, tanto por sua ascendência sobre a “massa carcerária”, quanto pelos laços que mantiveram com quadrilhas violentas. O assassinato dos dois líderes, ocorrido durante invasão da Polícia Militar, parece ter sido parte de uma estratégia repressiva previamente definida e não o resultado inesperado de um confronto.

O estopim dessa rebelião foi identificado pela imprensa na inusitada tentativa de invasão da penitenciária por um grupo armado, que pretendia resgatar um preso que ali cumpria pena. A operação não deu certo, tendo sido enfrentada pelos guardas que fazem a segurança das muralhas do presídio. Mas a ousadia da ação desperta apreensão, sobretudo porque invasões não são raras nos Distritos Policiais paulistanos, como costuma relatar a imprensa. Esses DPs, despreparados para alojar presos que já cumprem penas e superlotados, são conhecidos por sua precariedade e conseqüente insegurança. Estarão as penitenciárias interioranas adquirindo uma imagem de insegurança, talvez em função do cenário tranqüilo no qual foram inseridas? Nesse caso, o fracasso da referida tentativa de invasão pode ter desempenhado papel exemplarmente dissuasivo.

Procuramos apontar alguns poucos indícios já detectados e formular algumas das muitas questões não respondidas, que já sugerem a complexidade da nova realidade com que nos deparamos em função da presença das novas penitenciárias no Oeste Paulista, para falar apenas da realidade imediata que nos cerca.

#### Referências Bibliográficas

- BENTHAM, Jeremy Panóptico - memorial sobre um novo princípio para construir Casas de Inspeção e, principalmente, Prisões. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 14, março, agosto, 1987, p. 199/229.
- FISCHER, Rosa Maria e ADORNO, Sérgio “Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social”. CEDEC, fev./87. (mimeo)
- GÓES, Eda Maria **A Recusa das Grades. Rebeliões nos presídios paulistas**: 1982/6. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- VARELLA, Dráuzio **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras. 1999.

## GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSTAS EM DESENVOLVIMENTO NO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA – DG/FCT/UNESP

Sérgio Braz MAGALDI<sup>1</sup>  
Raul Borges GUIMARÃES<sup>1</sup>  
Eliseu Savério SPOSITO<sup>1</sup>  
Encarnita Salas MARTIN<sup>2</sup>  
Everaldo Santos MELAZZO<sup>2</sup>

**Resumo:** Nos últimos anos, o LAGHU abrigou e deu suporte a projetos de pesquisa cuja relevância e impacto social são evidentes. Destacamos as pesquisas realizadas com o suporte do Laboratório de Geografia Humana desde 1996: “**Mapa dos Assentamentos Rurais no Brasil**”, Bernardo M. Fernandes (org.); “**Censo Educacional dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema/SP**”, Bernardo M. Fernandes (coord.); e, “**Impacto Econômico das Unidades Universitárias da UNESP nos seus municípios-sede**”, projeto de âmbito estadual, cuja etapa relacionada à Presidente Prudente realizou-se sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio N. Hespanhol. A acumulação de experiências sob o enfoque da análise e do enfrentamento de situações de nítido contorno socioespacial, como as citadas acima, vêm capacitando os quadros de usuários, colaboradores e estagiários que participam das atividades permanentes e temporárias do LAGHU. Desenvolvem-se assim, experiências de atuação em áreas que são carentes em termos de formação de recursos humanos qualificados e ao mesmo tempo, demandantes em termos de novas oportunidades, potencialidades de investigação científica e exercício profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o LAGHU vem conseguindo internalizar um conjunto de saberes e práticas que, aos poucos, configuram e consolidam um perfil técnico-científico especializado e um modo de atuação diferenciado, marcado por

<sup>1</sup> Professores dos Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295375; 018 2295388 ramal 5456. E-mail: [degeografia@prudente.unesp.br](mailto:degeografia@prudente.unesp.br)

<sup>2</sup> Professores dos Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295395.

1 e 2 de Presidente Venceslau e de Presidente Bernardes (Oeste Notícias, 31.12.99).

Nas duas primeiras, ocorreram dois assassinatos respectivamente, no mês de dezembro. Na terceira, inaugurada em 1990, ocorreu uma violenta rebelião, liderada por presos considerados perigosos, tanto por sua ascendência sobre a “massa carcerária”, quanto pelos laços que mantiveram com quadrilhas violentas. O assassinato dos dois líderes, ocorrido durante invasão da Polícia Militar, parece ter sido parte de uma estratégia repressiva previamente definida e não o resultado inesperado de um confronto.

O estopim dessa rebelião foi identificado pela imprensa na inusitada tentativa de invasão da penitenciária por um grupo armado, que pretendia resgatar um preso que ali cumpria pena. A operação não deu certo, tendo sido enfrentada pelos guardas que fazem a segurança das muralhas do presídio. Mas a ousadia da ação desperta apreensão, sobretudo porque invasões não são raras nos Distritos Policiais paulistanos, como costuma relatar a imprensa. Esses DPs, despreparados para alojar presos que já cumprem penas e superlotados, são conhecidos por sua precariedade e conseqüente insegurança. Estarão as penitenciárias interioranas adquirindo uma imagem de insegurança, talvez em função do cenário tranqüilo no qual foram inseridas? Nesse caso, o fracasso da referida tentativa de invasão pode ter desempenhado papel exemplarmente dissuasivo.

Procuramos apontar alguns poucos indícios já detectados e formular algumas das muitas questões não respondidas, que já sugerem a complexidade da nova realidade com que nos deparamos em função da presença das novas penitenciárias no Oeste Paulista, para falar apenas da realidade imediata que nos cerca.

#### Referências Bibliográficas

BENTHAM, Jeremy Panóptico - memorial sobre um novo princípio para construir Casas de Inspeção e, principalmente, Prisões. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 14, março, agosto, 1987, p. 199/229.

FISCHER, Rosa Maria e ADORNO, Sérgio “Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social”. CEDEC, fev./87. (mimeo)

GÓES, Eda Maria **A Recusa das Grades. Rebeliões nos presídios paulistas**: 1982/6. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)

VARELLA, Dráuzio **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras. 1999.

## GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSTAS EM DESENVOLVIMENTO NO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA – DG/FCT/UNESP

Sérgio Braz MAGALDI<sup>1</sup>  
Raul Borges GUIMARÃES<sup>1</sup>  
Eliseu Savério SPOSITO<sup>1</sup>  
Encarnita Salas MARTIN<sup>2</sup>  
Everaldo Santos MELAZZO<sup>2</sup>

**Resumo:** Nos últimos anos, o LAGHU abrigou e deu suporte a projetos de pesquisa cuja relevância e impacto social são evidentes. Destacamos as pesquisas realizadas com o suporte do Laboratório de Geografia Humana desde 1996: “**Mapa dos Assentamentos Rurais no Brasil**”, Bernardo M. Fernandes (org.); “**Censo Educacional dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema/SP**”, Bernardo M. Fernandes (coord.); e, “**Impacto Econômico das Unidades Universitárias da UNESP nos seus municípios-sede**”, projeto de âmbito estadual, cuja etapa relacionada à Presidente Prudente realizou-se sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio N. Hespanhol. A acumulação de experiências sob o enfoque da análise e do enfrentamento de situações de nítido contorno socioespacial, como as citadas acima, vêm capacitando os quadros de usuários, colaboradores e estagiários que participam das atividades permanentes e temporárias do LAGHU. Desenvolvem-se assim, experiências de atuação em áreas que são carentes em termos de formação de recursos humanos qualificados e ao mesmo tempo, demandantes em termos de novas oportunidades, potencialidades de investigação científica e exercício profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o LAGHU vem conseguindo internalizar um conjunto de saberes e práticas que, aos poucos, configuram e consolidam um perfil técnico-científico especializado e um modo de atuação diferenciado, marcado por

<sup>1</sup> Professores dos Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295375; 018 2295388 ramal 5456. E-mail: depgeografia@prudente.unesp.br

<sup>2</sup> Professores dos Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295395.

projetos cuja natureza e objetivos estão intimamente associados às políticas públicas.

**Palavras-chave:** políticas públicas, pesquisa em geografia humana, SIG.

## 1. Introdução

“Na sociedade capitalista, os futuros individuais dependem de projetos sociais, a grande maioria sonha com futuros que só podem se realizar se houver apoio, favorecimento, ajuda, compartilhamento, participação de outros”.

*Paul Singer (1998)*

Em 1996, a vitória eleitoral de uma nova orientação programática que assume o comando da administração municipal, conduz alguns segmentos e grupos da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP de Presidente Prudente, entre elas o Laboratório de Geografia Humana, a ampliar e a intensificar seus laços com o novo governo do município.

A construção de uma experiência bem sucedida de trabalho conjunto teve início. Partindo dos estudos que deram forma final a um projeto coordenado pelo LAGHU, os primeiros resultados desta nova parceria (LAGHU-UNESP/Prefeitura Municipal) permitiram que o poder público divulgasse à sua população os limites e a distribuição espacial das áreas de exclusão social da cidade. A proposta de Trabalho que resultou na elaboração do “**Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente (1997)**”, teve como elementos embaixadores e delineadores: a metodologia de apuração, dimensionamento e análise da exclusão social, desenvolvida pela assistente social Aldaíza Sposati, docente do Departamento de Serviço Social da PUC/SP, e o documento produzido pela equipe responsável do LAGHU, em parceria com a Divisão de Estudos Socioeconômicos da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, então dirigida pelo economista e docente da FCT/UNESP, Prof. Everaldo S. Melazzo. Assim, este documento intitulado: “Proposta teórico-metodológica de análise socioespacial em gestão municipal”, reuniu os princípios e os procedimentos necessários para que a equipe coordenada pelo geógrafo e docente da FCT/UNESP e atual coordenador do LAGHU, Prof. Raul B. Guimarães, produzisse o resultado cartográfico final (Mapa da Exclusão Social de Presidente Prudente, 1997) e a nota técnica que o acompanha, intitulada: “A exclusão social em Presidente Prudente e seu processo de mapeamento”. (Guimarães, R.B. - coord., Presidente Prudente, LAGHU/FCT/UNESP, 1997).

Avaliado pelo grupo de pesquisa do LAGHU como um importante instrumento de planejamento das ações de governo, portanto, de orientação e instrução para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, em diferentes escalas, níveis de atuação e das competências das diferentes secretarias municipais, o governo local não só encampou a proposta como solicitou que sua conclusão e divulgação se fizesse ainda no período dos cem primeiros dias de gestão – como forma de garantir sua efetividade enquanto instrumento de suporte às suas ações futuras.

Com relação a este mapa e a sua metodologia, a equipe de autores afirmava na nota técnica que relatava o seu processo de elaboração:

*“(…) A construção do mapa foi resultado de informações sobre infraestrutura tais como a existência de rede de esgoto e água encanada, a existência de coleta de lixo e de características populacionais (escolaridade e renda). Para isto, foram selecionadas variáveis existentes no Censo Demográfico do IBGE de 1991 que pudessem expressar a condição de vida das famílias residentes em Presidente Prudente. Desta análise dos dados foram escolhidas sete (07) variáveis: chefes de família com renda de até um (01) salário-mínimo, chefes de família com nenhum ou com menos de um ano de instrução, número total de analfabetos, total de crianças de seis a catorze anos analfabetas, domicílios com canalização interna de água, domicílios ligados à rede geral de esgoto e domicílios com lixo jogado em terreno baldio. Além destas variáveis, também foi utilizada a distribuição da mortalidade infantil, obtida no Núcleo de Estudos de Mortalidade da FCT/UNESP. Os dados foram organizados num banco de dados por setor censitário da cidade e, a partir daí, geradas tabelas para cada uma das variáveis, ordenando-se os setores censitários da situação de pior condição de vida à melhor situação”. (Guimarães, 1997:04).*

A repercussão deste trabalho pode ser medida através da sua utilização como instrumento de suporte, quer para a implantação, reformulação ou para o desenvolvimento de diferentes projetos levados a cabo pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (gestão 1997-2000), o que revela e comprova sua eficácia e efetividade. Listamos abaixo, os Projetos municipais, Campanhas, Conselhos, Serviços, órgãos e demais instâncias, entidades e instituições da sociedade prudentina, que têm utilizado o “Mapa da Exclusão Social” (1997) para instruir, subsidiar e promover suas ações:

1. Campanha “Volte Pró Ficar” (Ação Integrada - 1999). Campanha de mobilização envolvendo várias Secretarias Municipais, Conselhos, Ministério Público, Poder Judiciário, Redes Municipal e Estadual de Ensino, UNESP, imprensa, Associações de Bairros, Sindicatos, Central de Voluntários, educadores. Visando uma ação integrada de combate à evasão e à exclusão escolar, esta campanha procura dentre outros objetivos, detectar o perfil das crianças e adolescentes que abandonam o ensino fundamental, assim como os motivos que os levaram a esta situação, através de levantamento nos próprios domicílios destes jovens.
2. “Rede Local de Atenção à Criança e ao Adolescente” (Projeto integrado). Esta iniciativa procura superar a falta de articulação e complementaridade entre os vários programas, serviços e atendimentos prestados à criança e ao adolescente, pelos diferentes órgãos públicos. Também procura implantar um sistema de controle de qualidade dos serviços e atendimentos oferecidos.
3. Programa “Brasil Criança Cidadã – Projeto Vagalume” (SMAS). Projeto que procura cadastrar crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos que vivem da cata em lixões, promovendo a imediata desvinculação destes com a atividade, através de medidas que reforcem o vínculo escolar e as atividades em oficinas.
4. “Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar” (Secretaria Municipal da Assistência Social - SMAS). Programa inserido no plano de governo da atual administração, visa o enfrentamento da pobreza e da situação de abandono de crianças e adolescentes, assegurando-lhes o direito à educação. Em 1999, o programa atendia a 391 famílias.
5. Projeto “Jovem Cidadão” (SMAS). Voltado para jovens de baixa renda, na faixa etária de 12 a 18 anos, este projeto procura oferecer oportunidades de aquisição de conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários a sua atuação como cidadãos e futuros profissionais.
6. Projeto “Criança Cidadã” (SMAS). Atende crianças e jovens (7 a 14 anos) em situação de pobreza, através de atividades de complementação da formação escolar (aquisição de habilidades, atividades lúdicas, culturais, esportivas, melhoria da autoestima, das relações entre os jovens e suas famílias e entre os jovens e a escola). Visa também inibir o ingresso

precoce dos jovens no mercado de trabalho. Para tanto, o projeto conta com bolsas-escola e bolsas-estudo.

7. Projeto “Combate ao Analfabetismo para Jovens e Adultos” (Secretaria Municipal de Educação – SME). Visa identificar e cadastrar a população de jovens (acima de 14 anos) e adultos que não puderam efetuar estudos na idade regular, dando-lhes oportunidades apropriadas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e assim poderem exercer a cidadania. Também envolve atendimento oftalmológico, doação de óculos e atividades (palestras, cursos) voltados a temas da terceira idade.
8. Projeto “Central de Vagas de Educação Infantil” (SME). Organização, sistematização e informatização de dados sobre crianças e mães demandantes de vagas na rede municipal de educação infantil (pré-escolas). Definição de critérios de priorização de atendimento. Aumento da eficiência na capacidade de diagnosticar e planejar o atendimento. Aumento significativo na cobertura. Entre 1997 e 1999, mais de 2.800 vagas foram abertas na rede de ensino infantil do município.
9. “Programa de Saúde da Família de Presidente Prudente – PSFPP” (Secretaria Municipal de Saúde – SMS). Nesta iniciativa, o Mapa da Exclusão Social foi, particularmente, um importante instrumento utilizado para: a) definir as áreas urbanas prioritárias (setores internos aos bairros e trajetos prioritários para os atendimentos domiciliares) e b) dimensionar a população residente que veio a se constituir no principal público-alvo do programa. Além disso, dado o seu caráter intersetorial, o Mapa contribuiu para instruir os executores do PSFPP na definição das ações emergenciais e preventivas de saúde. Em 1999, 34% da população urbana total do município era coberta pelo PSFPP.
10. O Mapa também foi utilizado por várias outras instituições e fóruns da sociedade civil. Podemos ressaltar sua utilização como instrumento didático no Curso de Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente, bem como pelos Conselhos Municipais (Conselho Municipal do Orçamento Participativo, da Educação, da Assistência Social etc.), além de serem encontradas referências do uso deste em dissertações de mestrado, monografias de especialização e graduação.

A continuidade e o aprofundamento da parceria LAGHU/Prefeitura Municipal concretizou-se através do Termo Aditivo de 1998 ao Convênio de cooperação técnico-científica firmado entre a UNESP e a Prefeitura Municipal em 1997. Neste aditamento, detalharam-se as atividades conjuntas entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de Presidente Prudente e o Laboratório de Geografia Humana da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Parceria que, portanto, preencheria uma das condições exigidas pela FAPESP, aos projetos

demandantes de financiamento no interior de sua nova linha de pesquisa (Programa Políticas Públicas).

Neste sentido é que, aprovado o projeto, a equipe de pesquisadores encontrou campo propício para o desenvolvimento da proposta, cujos resultados são apresentados sumariamente aqui.

## 2. Amadurecimento teórico da equipe - Notas sobre a exclusão social

É razoavelmente significativo o número de trabalhos acadêmicos existentes sobre a cidade de Presidente Prudente. A presença de três instituições de ensino superior, com cursos de graduação e pós-graduação é um elemento importante na geração de conhecimentos sobre diversos aspectos da realidade onde estão inseridas, através de monografias, dissertações, teses e demais tipos de relatórios de pesquisa.

A própria equipe de pesquisa responsável por este projeto conhece e até mesmo produz diferentes tipos de investigações. Porém, o desafio proposto no projeto "**Sistema de Informação para a Tomada de Decisão Municipal**" exigiu um redirecionamento teórico e empírico para a sua condução, baseado sobretudo na tentativa de um olhar integrador sobre diferentes mecanismos de produção das desigualdades sociais, econômicas e ambientais no interior de um espaço urbano determinado e mais, sobre as distintas e específicas maneiras com que estas desigualdades aparecem no conjunto da cidade.

Para além da busca de dados e variáveis que pudessem exprimir de maneira concreta e verossímil estas desigualdades, não poderíamos nos furtar a uma incursão na literatura, cada vez mais volumosa, que trata destes fenômenos e que nos inspiram de maneira direta e/ou indireta.

Assim, tão logo foi publicado, o estudo do PNUD/ONU (1996) sobre o Índice do Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (inspirado na metodologia utilizada para a comparação entre países) despertou o interesse na medida em que utiliza 3 indicadores de qualidade de vida (renda per capita, anos de escolaridade e esperança de vida ao nascer) para gerar um indicador síntese que possibilita a comparação entre as unidades espaciais<sup>3</sup>.

Este foi um estudo importante na trajetória desta pesquisa em particular, na medida em que sinalizou o crescente interesse para a construção de indicadores de qualidade de vida que possibilitassem a comparação entre diferentes realidades.

<sup>3</sup> O IDH varia entre 0 e 1. Assim, municípios classificados entre 0 e 0,5 possuem IDH baixo; entre 0,5 e 0,8 IDH médio, e entre 0,8 e 1 IDH alto. No caso de Presidente Prudente, o IDH atinge 0,76.

O conhecimento herdado do trabalho de elaboração do Mapa da Exclusão/inclusão social de 1997 também pôde ser reavaliado e aprofundado durante este trabalho. Porém, já naquele momento reconhecíamos a importância do trabalho precursor de Sposati (1996), mapeando a cidade de São Paulo.

De maneira participativa (na medida em que os dados foram obtidos através da aplicação de questionários por agentes da pastoral familiar) e utilizando-se de técnicas de produção de indicadores sociais bastante acessíveis, demonstrou a necessidade de um conhecimento detalhado das áreas urbanas, no sentido de desmascarar estas desigualdades e suas características e principalmente, para evitar discurso homogeneizador e/ou neutro sobre as diferenças territoriais. Neste trabalho, já comparece nitidamente, a concepção de que situações de exclusão (seja pessoal/individual, seja familiar) são decorrentes da superposição de carências de diferentes naturezas, tais como baixa escolaridade, desemprego, condições precárias de moradia e outras.

O trabalho de Nunes (1990) aponta justamente nesta direção ao analisar as diferenças conceituais entre necessidades, carência e pobreza. Enquanto a noção de necessidade remeteria a uma ambigüidade entre situações contingenciais e situações de imperiosidade, o conceito de carência seria mais preciso e remeteria à discussão das relações entre sujeitos que têm vontades de determinados objetos, a partir de valores e estruturas sociais que informam os desejos, as necessidades e seus julgamentos objetivos e subjetivos. Ou seja, as carências somente poderiam ser julgadas a partir do conhecimento do modo de vida e da estrutura social dos valores materiais e não materiais.

O conceito de pobreza, então, deve partir deste conhecimento prévio, distinguindo aqueles que alcançam dos que não alcançam um padrão histórico e socialmente aceito de bens materiais e simbólicos de cada sociedade.

Singer (1998) afirma que "*é sem dúvida incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída do tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau*" (p.63). Ao discutir as diferentes teorias das causas da exclusão social, o fator econômico aponta-se como determinante, reforçando assim não só a necessidade de conhecer suas diferentes manifestações, mas fundamentalmente de encará-las como uma situação relativa, onde a cada momento, se alteram as posições individuais e/ou familiares.

Martins (1997), por sua vez, chama a atenção do que para ele constitui-se o elemento mais importante nesta discussão: as novas formas de pobreza e de miséria, nas quais a tônica não é apenas sua manifestação na

forma de privação, mas fundamentalmente a desigualdade de condições e perspectivas para a sua superação.

Por isto mesmo é que este autor, fugindo do que considera “*a fetichização da idéia de exclusão*”, a seu ver extremamente economicista, constrói e propõe a noção de inclusão precária e instável. Na medida em que sempre existem laços que unem os indivíduos ao mercado (em seu sentido mais amplo) é preciso compreender a precarização cada vez mais intensa das relações sociais, que acabam por privar os seres humanos de direitos, atingindo sua cidadania.

A tradição dos estudos geográficos, que tomam como central o conceito de segregação, possui uma forte relação com o nosso percurso de territorializar variáveis e dados capazes de distinguir e diferenciar áreas segundo a composição social e/ou econômica da população que ali reside.

Uma ampla discussão sobre este conceito pode ser encontrada em Preteceille (1996), onde são analisadas as causas, os critérios de medição e as possibilidades de apreensão das profundas diferenciações que assumem um lugar de destaque nas cidades contemporâneas, nas quais as manifestações territoriais das desigualdades alteram a própria divisão social do espaço.

Sachs (1998) é um dos autores que chama a atenção desta equipe de pesquisa quando torna-se evidente a aproximação entre os fundamentos e proposições ali apresentados e os princípios e objetivos que procuram ser consolidados nesta proposta de construção de um sistema de informações.

O texto em questão defende a implementação da idéia de “*desenvolvimento enquanto apropriação de direitos*”, como eixo estruturador para o enfrentamento das situações de desigualdade entre nações e no interior dos seus respectivos tecidos socioespaciais. O autor parte da consideração de que o desenvolvimento deve ser encarado na sua “*forma pluridimensional*”, isto é, como processo que ao fundir-se à idéia de democratização, aponta para uma dinâmica jamais terminada de “*exercício da cidadania com vistas à expansão, à universalização e à apropriação efetiva dos direitos de primeira, segunda, terceira e quarta gerações*”, respectivamente: os “*direitos políticos, civis e cívicos*”; os “*direitos sociais, econômicos e culturais*”; os “*coletivos*” e os que garantem aos cidadãos “*o acesso aos patrimônios públicos – histórico, ambiental e econômico, assim como sua boa utilização*”. O desenvolvimento é então visto por Sachs (1998) como “*projeto (norma)*”, “*caminho histórico*” e “*processo de aprendizagem social*”, que deve aplicar-se à todas as nações. Para tanto, aposta na emancipação da sociedade civil organizada “*enquanto terceiro sistema auto-instituído de poder, ao lado do político e do econômico*”. Evocando a Declaração e o Programa de ação de Viena, adotados pela Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos da

ONU (junho de 1993), este autor propugna por um aperfeiçoamento do “*sistema de indicadores para avaliar o progresso na realização dos direitos enunciados*”, uma vez que considera o IDH demasiadamente sintético e quantitativo. Como contrapartida, crê na necessidade da elaboração de um “*relatório comunitário*” aprofundado sobre a “*condição humana*”, trabalho de fôlego, que não obstante o seu desafio e ousadia, seria de considerável utilidade e riqueza para a “*formulação de políticas públicas de desenvolvimento, centradas sobre a promoção das quatro gerações dos direitos humanos*”. Para tanto, deve-se “*pesquisar país por país, o estado de apropriação efetiva de cada direito, distinguindo-se a situação das diferentes categorias sociais*”.

Daí ser possível remeter a discussão para Santos (1986), quando o geógrafo parte para a análise da “*não-cidadania*” e da “*elaboração brasileira do não-cidadão*”. Esta última tem sua condição definida pela perversidade do inventário social e pelo aumento da polarização e das desigualdades, características da nossa formação socioespacial. A pobreza de nossos “*modelos cívico e político*”, está intimamente ligada à pouca importância dada ao componente territorial por parte das elites que os formularam.

Por outro lado, as “*revelações do espaço*” permitem que se perceba e que se entenda uma contradição que é básica. Ao mesmo tempo que o processo de produção do espaço conduz a situações de alienação, de “*socialização invertida*”, dividindo os homens conforme suas “*capacidades de usar o território*”, a cidade, com todas suas possibilidades e multidimensionalidades, pode conduzir a um aumento nos graus de consciência. Portanto, a desalienação e a reconstrução da cidadania (no caso brasileiro, a sua apropriação) se associam necessariamente ao “*direito ao entorno*”, traduzido nos direitos de (locais de) trabalho, terra, moradia, serviços públicos, espaços públicos, natureza, patrimônio histórico, cultural etc. O componente territorial é, dessa forma, fundamental para o entendimento dos contextos de desigualdade (de distribuição dos fixos, dos serviços, da informação, de acesso aos mercados etc.).

Para Santos (1986), a promoção da consciência e da pauta de direitos da cidadania, etapa necessária à construção de um “*discurso territorial cidadão*”, passa pela qualificação e socialização da informação, pela “*publicização dos fixos*” e por “*ações de âmbito territorial*” não-mercantis, isto é, que incluam os lugares (e os homens) em “*redes*” que não sejam mediadas exclusivamente pela lógica mercantil. A possibilidade de cidadania depende, em grande medida, do território. Os caminhos e possibilidades de enxergar o futuro e apresentar soluções, estão



invariavelmente ligados a este ensinamento de Santos (1986). Vale registrar aqui que, a exemplo da contribuição de Sachs (1998), percebe-se grande familiaridade entre os princípios, finalidades, regras de validação e funcionamento da proposição de sistema de informação que se procura construir e os aportes de Milton Santos.

O amadurecimento teórico desta pesquisa não poderia deixar de considerar também algumas referências e conceitos que se situam no campo da metodologia de Planejamento. Não se pode estar ausente desta discussão quando se pretende propor e implantar um sistema de informação para tomada de decisões.

O aporte teórico-metodológico que passa a orientar as atividades desta equipe no que diz respeito a uma determinada concepção e operacionalização de processo de planejamento, considera em primeiro lugar: o caráter estratégico da metodologia, tomada como instrumento facilitador, tanto da organização dos trabalhos e atividades da equipe ligada ao projeto, quanto da modelagem do próprio sistema de informação. Em segundo lugar, o caráter participativo que perpassa esta concepção, dado que, ao internalizar os princípios da transparência e da progressividade democrática, auxilia o sistema a: compreender a diversidade de situações às quais se defronta, identificar os problemas centrais, analisar tais problemas e elaborar propostas para solucioná-los, resultando em ações coordenadas voltadas para a minimização e/ou superação das situações de desigualdade e de exclusão socioespacial. Portanto, é esse caráter estratégico compartilhado que procura orientar as ações dos que participam de um processo permanente de planejamento tal como este projeto propugna, levando à criação de laços que *"promovem compromissos"* os quais, por sua vez, alavancam mudanças.

A idéia de que o planejamento é uma *"ferramenta"* fundamental não é nova. Todavia, a concepção do *"Planejamento Estratégico Situacional (PES)"* (Matus *apud* Ferreira, 2000a:02)) considera que, quando se pretende alcançar objetivos complexos, é melhor fazê-lo coletivamente. Daí a importância de um método que possibilite a compreensão e o compartilhamento de uma mesma linguagem que seja capaz de contribuir para a efetiva participação de todos os envolvidos na formulação e na operacionalização do processo e de suas partes. Considera ainda, que planejar, precisa ser um processo permanente, *"para que se possa garantir direcionalidade às ações desenvolvidas, corrigindo rumos, enfrentando imprevistos e buscando caminhar em direção aos objetivos que se quer alcançar"*. (Ferreira, 2000a: 03).

Nesse sentido, um processo de planejamento com tais características, considera que o coletivo de pessoas ou os indivíduos que dele participam, devem ser tomados como *"atores sociais"*, na medida que

controlam recursos, apresentam estabilidade em termos de organização e, portanto, adquirem capacidade de construir intervenções numa dada realidade. Todavia, os *"atores sociais"* podem apresentar visões e projetos distintos. Daí a necessidade de se construir um *"espaço"* que procure aglutinar e dar coerência às ações parciais dos diversos atores sociais envolvidos. O resultado deste esforço pode ser identificado, segundo esta concepção, nos conceitos de *"situação"* e de *"análise situacional"*. Uma análise sobre determinada situação depende necessariamente de *"quem explica, para que explica, a partir de qual posição explica e em face de quais outros explica"*.

Partindo de tais considerações que problematizam as situações e não apenas as descrevem, chega-se à *"explicação situacional"*, que se traduz no *"processo de conhecimento que leva os atores envolvidos a compreender o modo como um problema é produzido, identificando quais são as causas do(s) problema(s) e qual a relação entre elas"*. A partir daí, pode-se caminhar na direção da elaboração de plano(s) de ação. As palavras retiradas do próprio texto de referência dizem muito em relação a um dado componente geográfico, também presente nesta metodologia: *"a compreensão desta sequência de causas e de sua localização em espaços diferenciados de intervenção é fundamental para o desenho de um plano de ação"* (Ferreira, 2000a:05, grifos da autora).

### 3. A proposta do SIGI

A difusão dos sistemas de informação geográficos é crescente nos últimos anos. Esse intenso processo tem sido amplamente debatido em congressos e jornadas técnicas relativas ao tema e provocado uma verdadeira revolução conceitual e prática no manejo e análise da informação geográfica.

Segundo Sendra (1992), o SIG é uma sigla que pode estar se referindo a coisas diferentes. Há definições relacionadas ao tipo de informação que se baseia, ou seja, trata-se de uma base de dados computadorizada que contém informação espacial. Outras definições insistem nas capacidades e funções de que estão dotados os sistemas de informações geográficos: um sistema de hardware, software e procedimentos elaborados para facilitar a obtenção, gestão, manipulação, análise, modelagem, representação e saída de dados espacialmente referenciados para resolver problemas complexos de planificação e gestão.

A equipe de pesquisa do Sistema de Informação Geográfico Intersetorial (SIGI), que está sendo desenvolvido em Presidente Prudente, entende que a finalidade deste dispositivo é o de conceber um modelo estabelecido para satisfazer necessidades de informações que respondam a um conjunto de perguntas concretas e geradas nos diferentes níveis da realidade local.

### 3.1. Princípios

- A - Garantir a disseminação e utilização das informações da forma mais ampla possível.
- B - Contribuir para a democratização da informação e a prática do planejamento e da tomada de decisão participativos.
- C - Criar mecanismos de gerenciamento permanente que envolvam os usuários na definição, produção, divulgação e avaliação de informações a respeito da eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas.
- D - Contribuir para a capacitação e desenvolvimento técnico de quem participa do Sistema, numa perspectiva intersetorial.
- E - Respeito ao direito de privacidade do cidadão.

### 3.2. Finalidades

Apoiar e acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas que enfrentem as várias situações de desigualdade (econômica, social e ambiental) de condições de vida em Presidente Prudente.

### 3.3. Regras de Funcionamento

Trata-se de um sistema informatizado que:

- A - Processa dados georreferenciados com diferentes níveis de agregação/desagregação das informações.
- B - Possui mecanismos de produção da informação claros, transparentes e de fácil apreensão.
- C - Garante o acesso das informações para quem gera os dados.
- D - Possui um modelo de gerenciamento que assegura a consistência das variáveis trabalhadas e avalia permanentemente sua eficácia para auferir o grau exclusão social.
- E - Assegura a atualização permanente das bases de dados.

### 3.4. Potencialidades

A metodologia em desenvolvimento aponta para um potencial de uso futuro em outras realidades urbanas com perfil semelhante ao de Presidente Prudente. Contribuições recentes sobre a dinâmica da urbanização brasileira (estudos urbanos em geografia, sociologia, economia), têm mostrado a ocorrência de um certo padrão de produção do espaço urbano que se realiza em uma extensa faixa interna ao território do centro-sul brasileiro. As porções oeste dos Estados do Sul do Brasil, assim como do Estado de São Paulo; os territórios do Mato Grosso do Sul, do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás abrigam centros médios que, diferentemente das cidades dos entornos metropolitanos (e evidentemente das suas sedes), mantêm dinâmicas

socioespaciais locais que ainda não estão completamente subordinadas às determinações políticas e econômicas da metrópole nacional.

Nesse sentido, esta proposta de construção do SIGI prioriza fontes e bases de dados secundárias que estão presentes e, sem maiores dificuldades, são acessíveis em quaisquer das cidades de porte médio<sup>4</sup> existentes nesta faixa do território nacional. Quanto às fontes, destacam-se: as prefeituras, os órgãos da administração direta e indireta nos seus diferentes níveis de atuação (municipal, estadual, federal), prestadores de serviços públicos, universidades, entidades de caráter público ligadas às sociedades locais, organizações não-governamentais, entre outras. Quanto às bases de dados, cabe registrar uma vasta gama de cadastros e de registros de serviços e atendimentos, tais como: cadastros imobiliários, de emprego, de demanda e de uso de serviços públicos, de programas sociais, de endereços, etc., inclusive de sistemas de informação de âmbito nacional já implantados, como são os casos do SIM e do SINASC.

Assim, a concepção do SIGI deve considerar o seu potencial de extensão e de difusão no território, ou seja, a sua adequabilidade em relação às situações e dinâmicas socioespaciais que compartilham, pelo menos em certo nível de agregação e abrangência, de características, circunstâncias e dimensões comuns.

## 4. O Comitê Decisório

Desde sua concepção original, este projeto procura integrar a equipe de pesquisadores à equipe parceira, no caso composta por funcionários e equipe de governo da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

Esta integração, além de atender a um dos requisitos do Programa "Políticas Públicas", atende também a uma estratégia de construir um Sistema de Informação Geográfico Intersetorial, que seja efetivamente democrático, participativo e que integre os gestores locais das Políticas Públicas em sua concepção, implantação e operacionalização.

O trabalho com a equipe parceira iniciou-se com uma cooperação, no sentido de busca e captura dos dados e variáveis considerados relevantes, nesta primeira fase do projeto. Além disso, a equipe da Prefeitura

<sup>4</sup> Está claro para esta pesquisa, que o aprofundamento da temática das cidades médias faz parte da pauta de investigações que deve continuar lastreando o amadurecimento teórico do grupo na segunda fase do projeto. Cabe ainda registrar, que o coordenador deste projeto e três dos membros desta equipe fazem parte de um grupo de pesquisa sediado na FCT/UNESP, P. Prudente (Grupo Acadêmico sobre a Produção do Espaço e suas Redefinições Regionais - GASPER), que coloca como prioritário na sua pauta de trabalho, o entendimento e o desvendamento de dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas em centros urbanos do Oeste paulista.

desempenhou papel ativo na organização e compatibilização da base digital (Mapa de Presidente Prudente) para sua utilização no LAGHU.

A partir do momento em que cada produto parcial (mapas) foi sendo gerado, a equipe de pesquisadores sentiu a necessidade de ampliar a equipe parceira, incorporando membros da administração municipal diretamente relacionados aos programas de enfrentamento da exclusão social. A vinda de dois secretários do governo (Educação e Assistência Social), outros membros de sua equipe e da responsável pelo Programa de Saúde, requalificou a equipe parceira, na medida em que ampliou a capacidade do grupo de pesquisadores no momento da análise situacional.

Para além disto, iniciou-se um processo de discussão entre as duas equipes, na direção da constituição de um comitê permanente de gestão das informações, da definição sobre quais indicadores dados poderiam ser construídos e as regras e formas de operacionalização do Sistema de Informação.

Este grupo que, consensualmente, denomina-se Comitê Decisório, já se reuniu duas vezes e passou a partir de então, a fazer parte do projeto nesta primeira etapa, devendo continuar em sua segunda fase.

Na primeira reunião, foram apresentados e discutidos os mapas produzidos, daí resultando o consenso sobre a necessidade urgente em sistematizar dados e produzir informações que auxiliem no planejamento, na intervenção e na avaliação das Políticas Públicas, inclusive aquelas já em desenvolvimento

Na segunda reunião, os membros do comitê passaram a apontar e avaliar os dados adicionais disponíveis em suas secretarias e sua potencialidade para a construção de indicadores de exclusão social. Tais dados, a serem incorporados pelo grupo de pesquisa em momento oportuno, certamente ampliará o potencial do SIGI.

#### Referências Bibliográficas

- ACÚRCIO, Francisco de Assis et alii. **Notas sobre a técnica de estimativa rápida**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 1995, xerografado.
- ADRIANO, Jaime Rabelo et alii. **Manual de planejamento**. Belo Horizonte: ESMIG/NESCON/UFGM, 1998, xerografado.
- BARATA, Rita Barradas (org). **Condições de vida e situação de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. 276p.
- FERNANDEZ-VÍTORA, Vicente Conesa. **Guía Metodologica para la evaluación del impacto ambiental**. Madrid: Mundi-Prensa, 1993.
- FERREIRA, Sibebe M<sup>a</sup>. G. **Conceitos fundamentais referentes ao planejamento**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 2000a, xerografado.

FERREIRA, Sibebe M<sup>a</sup>. G. **Algumas considerações sobre a importância e o papel da informática para um sistema de informação em saúde**. Belo Horizonte: NESCON/UFGM, 2000b, xerografado.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTAUDAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo: primeiros resultados**. São Paulo: SEADE, 1992.

GOMES, Jayme de Oliveira. **Mortalidade infantil em Presidente Prudente/SP, 1990-1992**. São Paulo: FSP/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Raul Borges (coord.). **A exclusão social em Presidente Prudente e seu processo de mapeamento**. Presidente Prudente, LAGHU/FCT/UNESP, 1997, xerografado.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZINI, Eliane Teixeira. **De lixo em lixo em Presidente Prudente (SP): novas áreas, velhos problemas**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Monografia de Bacharelado).

MELAZZO, Everaldo Santos. **Dinâmica imobiliária e transformações intra-urbanas**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição a análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. (Monografia de Bacharelado).

MENDES, Eugênio Vilaça et alii. **Manual para a elaboração de um plano de ação intersetorial e participativo para a construção de cidades saudáveis**. Belo Horizonte: ESMIG/Fundação Ezequiel Dias, 1997, xerografado.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Os muitos brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995

NUNES, Edson. "Carências e modos de vida". **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 4, n. 2, abr-jun. 1990, p. 2-8.

PENNA, Maria Lúcia Fernandes. "Coleta de dados ou sistema de informação? O método epistemológico na avaliação de serviços de saúde". **Caderno do IMS 1**. Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Medicina Social, n.2, p.67-78, 1987.

- PNUD/ONU. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/ONU – IPEA/Min. Orçamento e Gestão, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. “Termo Aditivo”**. Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e a Universidade Estadual Paulista - UNESP. **Pres. Prudente, 1998**.
- PRETECEILLE, Edmond. “Segregação, classes e política na grande cidade”. **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR, ano X, n. 2, 1996, p. 15-37.
- RUTSTEIN, A. et alli. “*Measuring the quality of medical care – a clinival method*”. **New England Journal of Medicine**, n.294, p.582-588, 1976.
- SACHS, Ignacy. “O desenvolvimento enquanto apropriação dos Direitos Humanos”. SP. USP. **Estudos Avançados** 12 (33), 1998.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SENDRA, Joaquin Bosque. **Sistemas de información geográfica**. Madrid: Ediciones RIALP, 1992.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Cláudio José de et alii. **Mapa das áreas urbanas de exclusão social em Presidente Prudente, SP**. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1997.
- SOUZA, Cláudio José de. **Qualidade de vida e indicadores ambientais na cidade de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social no município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério et alii. “O transporte coletivo em Presidente Prudente”. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, n. 5/6, 1985/1986, p. 83-104.
- \_\_\_\_\_. **Ponto por ponto. O transporte coletivo em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSITO, Maria Encarnação B. “Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas”. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, 1996, p. 71-86.
- UNESCO. **Manual de Pesquisa Social nas zonas urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1965.

## RELAÇÕES INTERSETORIAIS E A APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA NA PRODUÇÃO DE FRUTA PARA O CONSUMO *IN NATURA* NA REGIÃO DE JALES - SP

Celso Donizete LOCATEL<sup>1</sup>

**RESUMO:** Para analisar a integração dos produtores familiar à dinâmica econômica contemporânea partiu-se da desvinculação da noção de pequeno produtor de agricultura familiar, já que os mesmos não são sinônimos. Também considerou-se as ligações intersetoriais da agricultura com os demais setores da economia para verificar o grau de associação das unidades de produção ao capital. O simples desenvolvimento de uma atividade agrícola, por mais vantajosa que seja, não garante ao agricultor se apropriar de toda a renda gerada por essa atividade. Não há dúvida que o desenvolvimento da fruticultura na Região de Jales dinamizou a produção agrícola. Contudo, há que se considerar que, tendo esta atividade estreitas ligações com os setores da indústria à montante, financeiro e de comercialização da produção, a maior parte da renda da terra gerada por essa atividade é apropriada pelo capital comercial, industrial e bancário, o que possibilita apenas a reprodução simples da maior parte dos produtores.

**PALAVRAS CHAVES:** Sujeição da renda da terra, agricultura familiar, pequeno produtor, relações intersetoriais, fruticultura.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das reflexões realizadas no desenvolvimento da pesquisa que originou a dissertação de mestrado intitulada “O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales – SP”<sup>2</sup>, defendida recentemente na FCT/UNESP.

Pretende-se, aqui, levantar alguns elementos que possam contribuir para a discussão sobre as interrelações da agricultura com outros setores, a partir do uso de insumos industriais, em atividades modernas, praticadas por agricultores familiares, por um lado, e a inserção do produto agrícola no mercado oligopsonizado, por outro, e a apropriação da renda da terra.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

<sup>2</sup> Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

- PNUD/ONU. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/ONU – IPEA/Min. Orçamento e Gestão, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. “Termo Aditivo”**. Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e a Universidade Estadual Paulista - UNESP. **Pres. Prudente, 1998**.
- PRETECEILLE, Edmond. “Segregação, classes e política na grande cidade”. **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: IPPUR, ano X, n. 2, 1996, p. 15-37.
- RUTSTEIN, A. et alii. “*Measuring the quality of medical care – a clinival method*”. **New England Journal of Medicine**, n.294, p.582-588, 1976.
- SACHS, Ignacy. “O desenvolvimento enquanto apropriação dos Direitos Humanos”. SP. USP. **Estudos Avançados** 12 (33), 1998.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SENDRA, Joaquin Bosque. **Sistemas de información geográfica**. Madrid: Ediciones RIALP, 1992.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Cláudio José de et alii. **Mapa das áreas urbanas de exclusão social em Presidente Prudente, SP**. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1997.
- SOUZA, Cláudio José de. **Qualidade de vida e indicadores ambientais na cidade de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social no município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério et alii. “O transporte coletivo em Presidente Prudente”. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, n. 5/6, 1985/1986, p. 83-104.
- \_\_\_\_\_. **Ponto por ponto. O transporte coletivo em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Relatório de Pesquisa).
- SPOSITO, Maria Encarnação B. “Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas”. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, 1996, p. 71-86.
- UNESCO. **Manual de Pesquisa Social nas zonas urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1965.

## RELAÇÕES INTERSETORIAIS E A APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA NA PRODUÇÃO DE FRUTA PARA O CONSUMO *IN NATURA* NA REGIÃO DE JALES - SP

Celso Donizete LOCATEL<sup>1</sup>

**RESUMO:** Para analisar a integração dos produtores familiar à dinâmica econômica contemporânea partiu-se da desvinculação da noção de pequeno produtor de agricultura familiar, já que os mesmos não são sinônimos. Também considerou-se as ligações intersetoriais da agricultura com os demais setores da economia para verificar o grau de associação das unidades de produção ao capital. O simples desenvolvimento de uma atividade agrícola, por mais vantajosa que seja, não garante ao agricultor se apropriar de toda a renda gerada por essa atividade. Não há dúvida que o desenvolvimento da fruticultura na Região de Jales dinamizou a produção agrícola. Contudo, há que se considerar que, tendo esta atividade estreitas ligações com os setores da indústria à montante, financeiro e de comercialização da produção, a maior parte da renda da terra gerada por essa atividade é apropriada pelo capital comercial, industrial e bancário, o que possibilita apenas a reprodução simples da maior parte dos produtores.

**PALAVRAS CHAVES:** Sujeição da renda da terra, agricultura familiar, pequeno produtor, relações intersetoriais, fruticultura.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das reflexões realizadas no desenvolvimento da pesquisa que originou a dissertação de mestrado intitulada “O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales – SP”<sup>2</sup>, defendida recentemente na FCT/UNESP.

Pretende-se, aqui, levantar alguns elementos que possam contribuir para a discussão sobre as interrelações da agricultura com outros setores, a partir do uso de insumos industriais, em atividades modernas, praticadas por agricultores familiares, por um lado, e a inserção do produto agrícola no mercado oligopsonizado, por outro, e a apropriação da renda da terra.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

<sup>2</sup> Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

Para se proceder a análise, primeiramente, faz-se necessário desvincular conceitualmente a noção de pequeno produtor de agricultura familiar, já que nem toda agricultura familiar é pequena e nem toda pequena produção é agricultura familiar. A partir daí, segue-se uma análise das relações estabelecidas entre o segmento produtor de frutas, da região de Jales (Figura I), e os segmentos de financiamento, de fornecimento de insumos e de comercialização da produção. Para finalizar, aponta-se alguns resultados empíricos sobre a situação do produtor familiar diante do processo de expropriação da renda da terra pelo setor urbano-industrial.

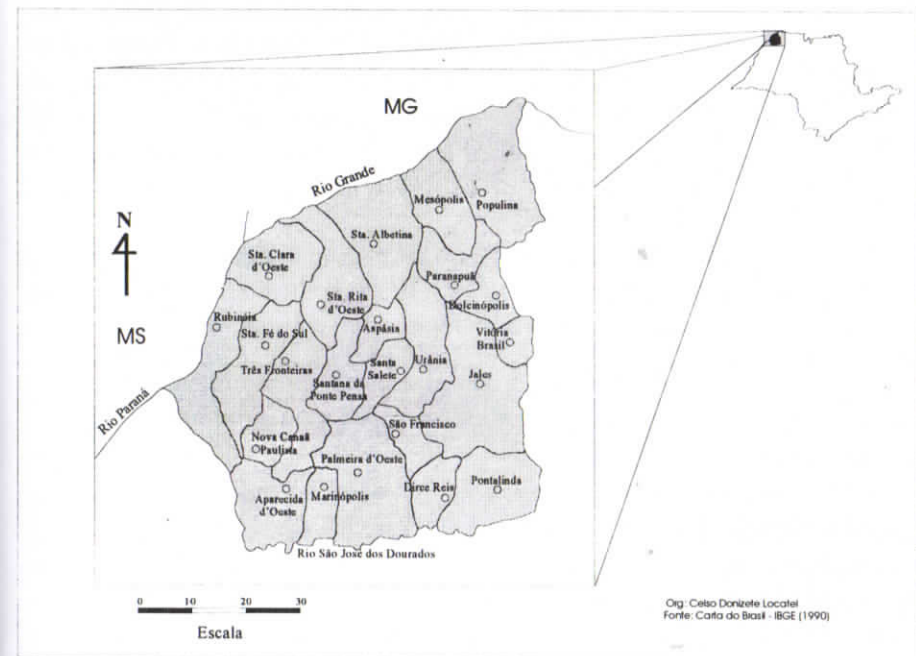
Considerando-se que a totalidade não se restringe ao econômico, cabe destacar que neste trabalho as outras dimensões da produção familiar não são tratadas de forma enfática, mas nem por isso elas são descartadas.

## 2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

A maioria dos trabalhos que abordam o tema da agricultura familiar, parte de um raciocínio classificador, pautado em adjetivações dicotômicas, havendo uma contraposição entre a unidade de produção familiar e a unidade de produção capitalista ou empresa capitalista.

*“... à unidade capitalista são atribuídas características como: trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, ação orientada pela perseguição do aumento da produtividade e da rentabilidade. À unidade familiar de produção, o trabalho familiar, as formas de resistência sobre a apropriação de excedentes via mercado, as ações orientadas para atendimento da reprodução da unidade familiar e da condição de proprietário dos meios de produção e produtor direto, a busca de autonomia, a minimização da dependência do mercado, a defesa do autoconsumo e, em certos casos, a resistência à pauperização ou à proletarianização”* (Neves, 1995, p.21)

Figura I – MAPA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA REGIÃO DE JALES - 2000



Esse raciocínio conduz à contraposição de uma racionalidade e eficiência econômica, atribuída à unidade de produção capitalista e a uma racionalidade social e ineficiência econômica à unidade familiar, pressupondo ou a inviabilidade econômica ou que elas representam uma forma de resistência à dominação do capital, o que conduz a equívocos interpretativos da realidade, principalmente quando se têm essas unidades de produção totalmente voltadas à produção de mercadorias, como é o caso da área sob análise.

**Para Neves,**

*“A polarização das concepções sobre a diversidade das formas de organização pressupõe ainda que as unidades de produção agrícola operam como um sistema coeso e coerente de representação e atitudes e de imposição de regras e de princípios. E com a gravidade de essas regras e princípios serem construções do pesquisador ou revelação de suas opções políticas e ideológicas. A*

*unidade familiar de produção se torna então o locus da utopia de resistência ao sistema capitalista. Seus detentores, a partir de tal postura, orientam-se pela contraposição ao lucro e ao crescimento, numa das tendências vistas como obrigatórias; e pela fuga ao assalariamento, na outra. Ela então se transforma na trincheira de resistência às leis de mercado, à proletarização e à submissão às regras de empresa” (1995, p. 23).*

Contudo, o pesquisador, para realizar uma análise coerente, não pode partir de uma concepção engessada sobre a produção familiar, pois esta se apresenta articulada e integrada à lógica de reprodução e acumulação ampliada do capital, em especial, na realidade brasileira. Cabe ressaltar que, mesmo havendo uma articulação à lógica de reprodução e acumulação, a produção familiar nem sempre é determinada pelo capital, devido a suas particularidades.

Sendo a mercadoria a primeira chave do sistema capitalista de produção, veículo do valor de troca que oculta o valor de uso e a mão-de-obra, reduzida a uma mercadoria, a segunda chave<sup>3</sup>, nem assim pode-se considerar a produção familiar como *locus* de resistência ao capital.

Na produção familiar a força de trabalho não se constitui em mercadoria, porém o produto desta sim, sendo incorporada uma grande quantidade de trabalho que será expropriado no momento da circulação. Logo, o produtor familiar ficará apenas com uma fração do seu trabalho, materializado na mercadoria, e o restante será apropriado pelo capital. Deste ponto de vista, uma das características que difere o proletário do produtor familiar é que a expropriação do sobre-trabalho ocorrerá em momentos distintos: o proletário é expropriado na produção e o produtor familiar na circulação.

Neste sentido, Tavares dos Santos (1984) destaca que a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizado pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho familiar.

<sup>3</sup> Para Amin (1977), a mão-de-obra transformada em mercadoria, “cujo valor de uso tem a propriedade de criar mais valor do que consome, permite descobrir a fonte do excedente (o sobretrabalho do proletário), aprender sua forma específica (a mais-valia), desmitificar a aparência (a da ‘produtividade’ do capital), apreender a natureza da ideologia do modo capitalista (o economicismo) e suas relações com a infra-estrutura (a dominância desta)” (p. 16).

Mesmo o capital determinando e dominando este processo através do qual extrai o trabalho excedente, ainda assim não o desestrutura.

Vergopoulos, aponta que

*“o desenvolvimento da produção capitalista foi acompanhado de uma oferta ilimitada de mão-de-obra, o que exerceu uma ação de baixa dos salários, maximizando a margem de lucro e encorajando os capitalistas a investir. Eis porque podemos afirmar, que, historicamente, o capitalismo baseia-se em trabalho assalariado e proletarização” (1977, p. 124).*

Porém, o autor não descarta a inserção da produção familiar no processo de produção capitalista. Para ele, a produção agrícola baseia-se no monopólio da terra, que se apresenta em quantidade limitada, o que possibilita um sobre-lucro que o proprietário fundiário pode captar na forma de renda fundiária. Assim, esse monopólio da terra traz desigualdades ao desenvolvimento das forças produtivas dos setores agrícolas e não-agrícolas..

*“Quanto mais a desigualdade cresce, mais importante é a renda. A taxa de lucro industrial sai lesada e baixa. Diante desta situação, o capitalismo põe em funcionamento sua axiomática de pilhagem e de capital utilizado. É preciso, para tanto, que a agricultura seja organizada sobre a base de modelo familiar. É a única via que permite ao sistema extrair do setor agrícola não apenas o sobre-lucro, mas também o lucro médio” (Vergopoulos, 1977, p. 131 e 132).*

Diante disso, a tese defendida pelos sociais-democratas, no final do século XIX e início do século XX, de que a produção familiar no campo deveria desaparecer, porque constituía um entrave ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e, também, impedia a tendência à “socialização da produção”, tendo em Kautsky um dos grandes defensores, não pode servir de embasamento para as pesquisas na atualidade.

Vergopoulos (1977), destaca que “assim o homem do campo era encarado pelos sociais-democratas como um padrão **proscrito** ou **proletário futuro**”, concepção que pouco ou nada contribui para a análise da produção com base no trabalho familiar.

Essa idéia se proliferou nos meios acadêmicos e, da mesma forma, para muitos, o produtor familiar, no Brasil, no período da chamada “modernização da agricultura”, é considerado ineficiente, um empecilho ao projeto modernizador e deveria desaparecer ou se proletarizar. Mais uma vez as expectativas foram frustradas. O produtor familiar não desapareceu, pelo contrário, em alguns momentos tendeu a aumentar. Além disso, também não deixou de introduzir técnicas modernas de cultivo – não que isso o tenha levado à prática de uma agricultura moderna – integrando-o ao projeto traçado para o país, a partir da década de 1960, guardadas as devidas proporções.

Por outro lado, há os românticos que enxergam a produção familiar como uma forma de resistência à penetração do capital no campo.

Em primeiro lugar, o processo de mercantilização das terras pode ser entendido como territorialização do capital, que permite a associação da *“apropriação das terras à formação de uma fração da classe capitalista: o capitalista agrário, enquanto proprietário do capital imobilizado em terras”* (Moreira, 1994, p.1).

Mesmo relativizando-se está concepção de territorialização do capital no campo, há que se considerar os diversos mecanismos criados pelo capital para dominar e determinar as relações estabelecidas entre o setor agrícola e o urbano-industrial, que não deixa de ser uma forma de territorialização do capital<sup>4</sup>.

*“O pequeno produtor só em parte trabalha para si; consome fração de sua força de trabalho e se apodera de uma pequena parte do que produz. Assim sendo, está trabalhando para outros que não se materializam diante dele para exigir nada, porque estão escondidos na pele dos negociantes da mercadoria, dos vendedores de insumos, dos financiadores de*

<sup>4</sup> O mito de que o desenvolvimento do capitalismo no campo só se dá a partir do momento que ocorra o assalariamento, remonta à afirmação de Lenin que *“o índice essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado”* (Lenin, *Nouvelles données sur développement du capitalisme en agriculture. Oeuvres complètes. T. 22, p. 107. apud Vergopoulos, 1977, p. 124*), que partiu do princípio geral que o capitalismo para se desenvolver necessita de oferta ilimitada de mão-de-obra, o que exerce ação decisiva na baixa dos salários, maximizando a margem de lucro. Contudo, há que se considerar que novos mecanismos foram criados e outros antigos foram reproduzidos para garantir a expansão do capitalismo no campo, como por exemplo, a transformação da terra em mercadoria, com forte presença do capital especulativo; a dependência da agricultura em relação à indústria fornecedora de insumos e compradora dos produtos agrícolas; a criação da necessidade do crédito de custeio, etc.

*empréstimos; todos eles emissários do capital”* (Silva, 1987 *apud* Saquet, 1996, p. 29)

Assim, quando se tem o grande investimento na produção agropecuária, pode-se considerar, sem reservas, a constituição de um capital agrário, que, além de possuir o monopólio da terra, o que lhe possibilita obter a renda da terra, ainda pode auferir lucros por se tratar de um empreendimento de grande escala. Por outro lado, diante do processo de dominação dos pequenos produtores pelo capital, tem-se, mesmo que de forma indireta, o domínio do capital sobre as atividades no campo.

A pequena produção agrícola, ao longo da história do Brasil, mostrou-se perfeitamente enquadrada no mecanismo de reprodução ampliada do capital, propiciando sua acumulação, seja pela grande produção agrícola, seja pelo setor urbano-industrial<sup>5</sup>. Isso se deu desde seu desenvolvimento ao lado, ou no interior do latifúndio monocultor, ou da mineração, fornecendo alimentos. Num período mais recente, também, se verifica sua grande importância como produtora de alimentos baratos para garantir a reprodução da mão-de-obra para o setor industrial a baixo custo, como exemplo, no período de 1930 a 1960.

Diante do exposto, cabe enfatizar que se pretende focar a produção familiar e a produção empresarial no contexto da agropecuária da região de Jales, como sendo parte de um mesmo processo de exploração e não como elementos resultantes de processos distintos que se contrapõem.

A produção agrícola familiar não será considerada como uma forma de resistência à entrada do capital no campo. Ainda, partindo dessa perspectiva, almeja-se apresentar mais elementos que sirvam de argumentos para enfraquecer o mito da ineficiência e da tendência ao desaparecimento ou da proletarização do trabalho familiar.

Faz-se necessário entender que a análise das formas sociais da agricultura no capitalismo deve considerar as especificidades apresentadas pelas distintas formas sociais capitalistas historicamente construídas.

*“Por exemplo, a atualidade da agricultura norte-americana – os farmers – e da agricultura familiar francesa estão inseridas na história das dinâmicas*

<sup>5</sup> Para Vergopoulos (1977), o processo de *pilhagem* deve ser entendido como meio indispensável ao processo de acumulação do capital. *“O simples funcionamento das leis de reprodução do sistema não é suficiente para assegurar a acumulação, uma vez que tais leis já são contraditórias. A acumulação do capital só progride apoiando-se numa axiomática da pilhagem, mecanismo que encontramos em Marx sob o conceito de ‘acumulação primitiva’”* (p.99).



social, política e cultural desses países, distintas entre si e distintas das especificidades da agricultura familiar brasileira. Mesmo no Brasil, no contexto do século XIX e da ruptura da ordem escravocrata, a agricultura familiar do sul, associada à noção de 'colônias de povoamento', se distingue da agricultura familiar que se constituiu em São Paulo e no Nordeste açucareiro, associado à noção de 'colônia de exploração'. As especificidades históricas regionais dos 'colonos do sul', dos 'colonos do café' e da 'moradia da cana' concretizam formas sociais distintas de agricultura familiar, que se conformam com preços relativos e as condições regionais de hegemonia econômica e cultural da época"<sup>6</sup> (Moreira, 1995, p. 03)

Um outro aspecto que merece destaque é a noção de pequeno produtor. Considerando que o poder de mercado serve como indicador da capacidade de apropriação de excedentes econômicos, ser grande ou pequeno produtor faz diferença para a análise da situação do produtor rural, pois quanto maior for seu patrimônio, sua capacidade de captar excedentes será igualmente maior<sup>7</sup>.

Considerar como irrelevante a noção de pequeno, para a análise da agricultura familiar, é incorrer em um equívoco metodológico, segundo Moreira (1995), em especial, se essa categoria de produtores, que se pretende analisar, dedicar-se a uma agricultura mercantil e se esta noção de pequeno estiver associada ao tamanho do patrimônio produtivo, que é um elemento constitutivo da ordem competitiva<sup>8</sup>.

*"Argumentar que a noção de pequeno é de todo irrelevante, significa não reconhecer a posição estrutural e o espaço social da integração dos pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva contemporânea. Implica em não reconhecer, portanto, os limites estruturais que esta ordem lhe impõe na captação dos excedentes de valores e na capacidade de reprodução econômica e social"*(Moreira, 1995, p.04).

Para a análise das unidades de produção de frutas e o nível de desenvolvimento social apresentado por este segmento da agricultura na Região de Jales, esta noção de pequeno produtor muito contribuirá para explicar as diferenças encontradas entre os fruticultores, já que o tamanho dos estabelecimentos de nada serve para explicar essas diferenças, pois a cultura de algumas frutas, como a uva, não necessita de grandes áreas para seu cultivo, mas sim de maiores investimentos em outros meios de produção, como insumos e equipamentos, o que possibilita encontrar, na região, pequenos proprietários que são grandes produtores.

### 3. MEDIAÇÕES INTERSETORIAIS E A TRANSFERÊNCIA DA RENDA DA TERRA

O simples desenvolvimento de uma atividade agrícola, por mais vantajosa que ela seja, não garante ao agricultor se apropriar de toda a renda da terra<sup>9</sup> gerada por essa atividade. Isso se dá porque, no processo de

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver MOREIRA, Roberto J. Parceria e os negócios do coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural. In. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 25, n. 2 e3, 1995.

<sup>7</sup> Moreira (1995), aponta que "as teorias interpretativas de mercados imperfeitos, oligopolizados ou monopolizados, lidam com esta questão. Nestes mercados as empresas líderes exercem seu maior poder de mercado fixando um mark up – uma sobre-taxa – ao preço de custo. Este fenômeno torna-se visível na segmentação dos mercados do capitalismo monopolista, onde os capitais operam com taxas de lucros diferentes, favoráveis aos grandes patrimônios produtivos, às grandes empresas" (p.04).

<sup>8</sup> Para Moreira (1995, p. 04), "a crítica ao uso da noção de pequeno, quando se aplica à confusão entre pequena produção e pequeno patrimônio, na medida em que uma grande propriedade agrícola pode viabilizar uma pequena produção de valores, está correta. É pertinente quando se aplica àqueles que associam a noção de pequeno apenas ao tamanho da propriedade agrícola e não ao patrimônio produtivo, que inclui outros meios de

produção. Também está correto quando se aplica à magnitude física e de valores, na medida em que a magnitude física pode estar associada a magnitudes de valor diferenciadas, por exemplo, o valor de uma tonelada de mandioca e de uma tonelada de moranguinho. Ela também é pertinente quando aplicada àqueles que, com base na noção de pequeno, pretendem examinar as especificidades das relações sociais e da cultura das formas sociais da agricultura familiar".

<sup>9</sup> A renda da terra é entendida como lucro extraordinário, que é a parcela, apropriada pelo capital, acima do lucro médio, como ressalta Oliveira (1984). Pode-se identificar diferentes tipos de renda da terra, entre os quais está a renda diferencial, que se divide em duas: "A renda diferencial I vai ser reconhecida como aquela parcela do valor dos produtos do solo que é paga ao proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo (localização e fertilidade). Sua idéia (o autor está analisando a obra de Ricardo) sobre renda diferencial esteve associada a dois pressupostos básicos. De um lado, a concepção malthusiana da lei da população e, de outro, a afirmação de que as terras que eram adicionadas ao uso, na margem, eram terras menos férteis e de pior localização. A demanda crescente de produtos da terra, devido ao aumento populacional, requer que piores terras entrem em uso. Isto viria a garantir um ganho adicional, diferencial, às terras

circulação da mercadoria, ocorre a mediação entre as diversas unidades e segmentos de produção, havendo uma concorrência pelo controle de parte da renda que, comumente, é, em parte, apropriada por outros setores ou segmentos da sociedade, conforme enfatiza Neves (1995).

Isso ocorre, segundo Moreira, porque

*“a propriedade da terra em produção, apesar de condição necessária, não é condição suficiente para garantir ao seu proprietário a apropriação de excedentes sob a forma de renda da terra, nos preços dos produtos. A capacidade de apropriação assume um caráter individual e está associada ao poder de mercado de cada produtor, (...) no contexto da competição intercapitalista. Neste sentido, o capital dinheiro imobilizado em terras produtivas pode ser desvalorizado na competição intercapitalista. O excedente econômico, relativo à renda da terra, pode ser apropriado por concorrentes nos mercados oligopolizados à montante e à jusante. O que deveria se constituir como renda da terra assume a forma de juros, lucros comerciais, de lucros agroindustriais – associados à redução dos custos agroindustriais – e de lucros industriais de setores produtores de máquinas e insumos. (1995, p. 8)*

A viticultura, assim como a cultura de outras frutas, na Região de Jales, necessita de uma grande gama de insumos industriais, dadas às características da implantação destas atividades. Com isso, a fruticultura regional apresenta uma forte ligação com a indústria à montante, chegando a ocorrer a dependência total desta em relação aos insumos desse setor para a produção de algumas frutas como a laranja e a uva. Desse modo, como as relações que são estabelecidas entre agricultura e outros setores, quase

---

*já em uso. Estas diferenças, de fertilidade e de localização, entre as terras em uso, seriam os elementos explicativos e justificadores da renda da terra: a renda propriamente dita. (...) A renda diferencial II refere-se aos benefícios remanescentes que o investimento (...) deixa incorporar ao solo, tais como desmatamento para plantio, terraceamentos, drenagem, açudes, etc.... Estes benefícios valorizam a terra e, também, garante um direito de elevação do preço de arrendamento(...).” (Moreira, 1994, p. 6). Para uma discussão mais ampla sobre renda da terra ver Oliveira, 1984, 1985, 1986; Martins, 1985; Amin, 1977; Kautsky, 1980; Santos, 1984.*

circulação da mercadoria, ocorre a mediação entre as diversas unidades e segmentos de produção, havendo uma concorrência pelo controle de parte da renda que, comumente, é, em parte, apropriada por outros setores ou segmentos da sociedade, conforme enfatiza Neves (1995).

Isso ocorre, segundo Moreira, porque

*“a propriedade da terra em produção, apesar de condição necessária, não é condição suficiente para garantir ao seu proprietário a apropriação de excedentes sob a forma de renda da terra, nos preços dos produtos. A capacidade de apropriação assume um caráter individual e está associada ao poder de mercado de cada produtor, (...) no contexto da competição intercapitalista. Neste sentido, o capital dinheiro imobilizado em terras produtivas pode ser desvalorizado na competição intercapitalista. O excedente econômico, relativo à renda da terra, pode ser apropriado por concorrentes nos mercados oligopolizados à montante e à jusante. O que deveria se constituir como renda da terra assume a forma de juros, lucros comerciais, de lucros agroindustriais – associados à redução dos custos agroindustriais – e de lucros industriais de setores produtores de máquinas e insumos. (1995, p. 8)*

A viticultura, assim como a cultura de outras frutas, na Região de Jales, necessita de uma grande gama de insumos industriais, dadas às características da implantação destas atividades. Com isso, a fruticultura regional apresenta uma forte ligação com a indústria à montante, chegando a ocorrer a dependência total desta em relação aos insumos desse setor para a produção de algumas frutas como a laranja e a uva. Desse modo, como as relações que são estabelecidas entre agricultura e outros setores, quase

---

*já em uso. Estas diferenças, de fertilidade e de localização, entre as terras em uso, seriam os elementos explicativos e justificadores da renda da terra: a renda propriamente dita. (...) A renda diferencial II refere-se aos benefícios remanescentes que o investimento (...) deixa incorporar ao solo, tais como desmatamento para plantio, terraceamentos, drenagem, açudes, etc.... Estes benefícios valorizam a terra e, também, garante um direito de elevação do preço de arrendamento(...).” (Moreira, 1994, p. 6). Para uma discussão mais ampla sobre renda da terra ver Oliveira, 1984, 1985, 1986; Martins, 1985; Amin, 1977; Kautsky, 1980; Santos, 1984.*

sempre, são desvantajosas para o setor agrícola, parte da renda da terra é drenada para o setor urbano-industrial.

Essa relação de desvantagem entre o setor agrícola e o industrial tem sua origem vinculada ao desenvolvimento da indústria no Brasil no período pós-guerra. Com a rápida industrialização do país, sustentada por políticas públicas de incentivos e pela criação de infra-estrutura por parte do Estado, principalmente a partir da década de 1950, o capital, que anteriormente foi drenado para implementar a indústria, começa a retornar para agricultura, porém agora sob o domínio do setor urbano-industrial, que passa a dominar a estrutura de produção interna do país, como aponta Tavares (1993).

O domínio exercido pelo setor urbano-industrial, sobre a estrutura produtiva, implica na pilhagem dos produtores diretos em favor de uma acumulação do capital urbano, que se dá através da elevação dos preços dos produtos agrícolas, criando uma condição de troca desfavorável para o produtor rural, de financiamentos, quase que forçados, do setor público para produção agrícola que, por um lado, beneficia o setor industrial à montante, que terão seus produtos consumidos e, por outro, o setor financeiro que consegue apropriar-se de parte da renda da terra através da cobrança dos juros dos empréstimos concedidos. Dessa forma, o Estado torna-se um agente ampliador da economia a serviço da acumulação, de acordo com Vergopoulos (1977).

Dessa forma:

*“... a acumulação do capital necessita não da ‘racionalização’ da agricultura, mas da **submissão** da agricultura à racionalidade do setor industrial; o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de ‘irracionalidade’ relativa da produção agrícola; conforme este ponto de vista, é sobretudo o pequeno agricultor que será **compatível** com um processo de pilhagem na agricultura, mais do que o grande proprietário fundiário”* (Vergopoulos, 1977, p. 105).

Sendo o pequeno produtor agrícola a categoria que mais propicia o processo de acumulação de capital em outros setores, em detrimento do agrícola, graças às políticas públicas para a agricultura e para a indústria, é que esse tipo de exploração vem sendo mantido nas condições em que se apresenta no país, para facilitar a expropriação do sobre-lucro

agrícola pelo setor urbano-industrial, já que a grande exploração apresenta alguns dificultadores para isso.

É importante enfatizar que:

*“O Estado encarrega-se, através de complexa política adequada, de assegurar a transferência dos valores da agricultura para a indústria. Daí em diante, (...) o preço dos produtos alimentares é, verdadeiramente, um negócio de Estado. O Estado encarrega-se da regularização dos preços agrícolas em função dos imperativos do conjunto do sistema social, particularmente do MPC urbano* (Vergopoulos, 1977, p. 113).

Na Região de Jales, o processo de transferência da renda fundiária para o setor urbano-industrial pode ser facilmente identificado em três momentos na intermediação com os diferentes segmentos da economia.

Inicialmente, na aquisição dos insumos industriais que, para o modelo de agricultura desenvolvido na região, é imprescindível no processo produtivo de frutas, emprega-se grandes quantidades de recursos, haja vista que o custo dos insumos para a produção de uma parreira de uva de um ha. é de US\$ 7.539,96, por ano, representando 24,10 % da receita bruta média, o que não difere muito do cultivo de outras frutas. Esse alto custo de produção implica na intensificação do trabalho em função da imposição de uma troca desigual entre os produtos agrícolas e os insumos industriais necessários à sua produção. A desigualdade na troca dá-se pelo fato dos insumos apresentarem uma tendência de aumento crescente dos seus preços, enquanto que a política de preços agrícolas é orientada pelos interesses do setor urbano e, ainda, estão sujeitos às influências das variações no mercado internacional.

O financiamento de custeio, através do crédito rural, representa um outro momento de transferência da renda da terra, agora para o setor financeiro. Diante dos elevados custos de produção, o pequeno produtor obriga-se a contrair empréstimos para realizar a exploração agrícola. Assim, através dos juros e taxas bancárias cobradas, as instituições financeiras que fornecem o crédito para fomentar a produção agrícola, apropriam-se de uma parte da renda fundiária, em especial da renda absoluta<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> *“...a renda da terra absoluta resulta de posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo. (...) O exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre as terras pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo (...). A renda da terra absoluta é, pois,*

O custo do crédito de custeio concedido aos produtores de fruta da região é composto por uma taxa de juro anual fixa de 8,75%, somada a uma outra taxa que gira em torno de 2% do montante do financiamento, correspondente ao custo de projeto de viabilização, que sem este o dinheiro não é liberado. Este projeto, em alguns bancos, é feito por outras empresas. Além dessas taxas, o setor financeiro consegue extrair mais renda da terra, através da cobrança de outras pequenas taxas de movimentação da conta bancária do produtor e de venda de produtos (seguros, fundos de capitalização, etc), já que, para obter financiamento, o produtor tem que demonstrar uma certa fidelidade ao banco.

Com essa relação entre o setor financeiro e o agrícola, uma parte considerável da renda da terra é drenada da agricultura, girando em torno de 12% do valor financiado. Essa porcentagem torna-se ainda mais expressiva se considerar que 68,14% dos fruticultores pesquisados usam crédito rural para custear a sua produção.

Com relação à submissão e à transferência da renda ao capital comercial, torna-se difícil precisar em que proporção esse processo ocorre.

Diante da falta de infra-estrutura para a comercialização de frutas para o consumo *in natura*, o capital comercial, que, em muitos casos, se transforma em capital usurário<sup>11</sup>, torna-se, para grande parte dos produtores, a única alternativa para a distribuição da produção no mercado.

A produção de frutas da região de Jales tem, como principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. A maior parte da produção regional é comercializada no CEASA. Nesse sentido, Oliveira (1981) destaca que:

*"...a transferência da renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS (...). Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infra-estrutura necessária (p. 23 e 24).*

Entre as frutas produzidas na região, que são comercializadas no CEASA, a pinha, a uva e a manga são as que se destacam.

*obtida mediante a elevação (artificial) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral" (Oliveira, 1986, p. 77).*

<sup>11</sup> Ver KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

A comercialização da uva, por exemplo, em torno de 8,77% representa venda à cooperativa, 17,54% à supermercados, 46,49% ao CEASA, 23,68% a intermediários e 3,5% em feiras, de acordo com os dados do trabalho de campo, realizado em 1998. Considerando que os intermediários<sup>12</sup> e a cooperativa destinam a maior parte de suas aquisições ao CEASA, pode-se afirmar que, aproximadamente, 78% da produção de uva da região têm como destino o entreposto de São Paulo.

Situação parecida repete-se na comercialização de outras frutas produzidas na região, como é o caso da pinha, da banana, da manga e do limão. A comercialização da laranja difere das demais frutas, por esta ter uma parte significativa destinada à agroindústria.

Sobre as vendas realizadas no CEASA, deve-se ressaltar que não são realizadas diretamente pelos agricultores, mas sim através de um "corretor" que realiza as vendas junto às empresas atacadistas<sup>13</sup>.

Para muitos produtores da região, o único meio possível de colocarem seus produtos no mercado é enviando-os, em consignação, a uma empresa ou atravessador (corretor) que atua no CEASA, em São Paulo, ou em outros entrepostos comerciais em grandes centros. Nessa forma de comercialização, o produtor toma ciência do preço pago à sua produção após a venda ter sido consumada e o pagamento, nesse tipo de transação, é feito em cheque pré-datado para quinze dias o que possibilita ocorrência, não rara, de inadimplência, ou seja, o produtor não recebe o pagamento referente ao produto entregue, por não possuir nenhuma garantia, já que os acordos são firmados verbalmente. Além desse aspecto, os custos de comercialização são muito elevados. Sobre o valor bruto do produto comercializado, a empresa efetua os descontos referentes a transporte, que gira em torno de 15%, carga e descarga 1,5%, o que resulta na interceptação pelo intermediário de boa parte da renda do produtor.

Assim, deve-se considerar que o processo de transferência da renda fundiária, seja na aquisição de insumos, seja no financiamento de custeio ou na comercialização da produção, ocorre com a intermediação do Estado que, através de sua ação, assegura ao capital apropriar-se da mais-

<sup>12</sup> Intermediários, serão considerados, aqui, os agentes que se encontram entre o produtor e o mercado atacadista de fruta, que realizam a compra da produção no campo, sempre com preços abaixo dos pagos pelas empresas que atuam nos entrepostos comerciais.

<sup>13</sup> É nesse processo de comercialização da fruta produzida na região, uma parte da "corretagem" é realizada por produtores da região, que se iniciaram na atividade há um tempo maior e conseguiram se capitalizar, quando a atividade ainda apresentava uma renda elevada.

valia excedente produzida no setor agrícola, sendo que essa apropriação da renda da terra, ocorre de forma indireta, sem que ocorra a expropriação dos meios de produção.

Para Martins,

*“O produtor familiar (...) continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho. Ele não é um assalariado de ninguém. Como podemos dizer, então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura” (1985, p. 217).*

Não podemos falar de sujeição do trabalho ao capital, pois, para Martins (1985), quem realiza uma análise centrada na sujeição do trabalho ao capital está compartilhando da concepção de que o capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital, ou seja, só há capitalismo no campo, ao passo que são estabelecidas as relações capitalistas mediadas pelo assalariamento. Diante disso, essa concepção não é suficiente para explicar como se dá a sujeição sem que ocorra a expropriação dos meios de produção.

Na concepção de Martins:

*“Na medida que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da **sujeição da renda da terra ao capital**” (1985, p. 218).*

Dessa forma, a riqueza produzida pelo agricultor que usa a terra de trabalho e não a utiliza para explorar o trabalho alheio, vai se realizar em outros setores, sem que este perceba, através da renda que flui, disfarçadamente, para o setor industrial, para os bancos e para o capital

comercial, favorecendo a concentração do capital urbano-industrial, com o incremento das taxas de lucro das grandes empresas.

Mesmo havendo a apropriação de grande parte da renda da terra pelo grande capital através das relações intersetoriais, o desenvolvimento da fruticultura, na Região de Jales, propiciou, ainda que de forma diferenciada, as condições para a permanência dos pequenos produtores, assim como possibilidades, para alguns, de reprodução ampliada, o que indica que a produção familiar não é, necessariamente, ineficiente e nem tende a desaparecer ao passo que avança o processo de territorialização de práticas moderna da agricultura.

#### 4. PARA FINALIZAR: ALGUNS RESULTADOS EMPÍRICOS

Com o objetivo de verificar, através do trabalho empírico, o nível em que se dá a sujeição da renda da terra ao capital, na produção de frutas na região de Jales, adotou-se, como metodologia, o agrupamento das unidades de produção, que foram investigadas (noventa e uma, no total), levando em consideração a composição da mão-de-obra empregada, o grau de controle que o produtor possui sobre a terra e o nível de capitalização, analisado através da disponibilidade de máquinas e equipamentos, utilização de financiamento de custeio e valor da produção.

Inicialmente, com base na utilização de trabalho familiar e não familiar (assalariado), no interior de cada estabelecimento pesquisado, pode-se estabelecer quatro grupos distintos de acordo com o predomínio de uma categoria ou combinação de categorias de trabalho.

Assim, considerou-se como **grupo I** aqueles estabelecimentos que, durante o ano de 1998, não recorreram a qualquer forma de trabalho assalariado, seja temporário ou permanente, como **grupo II**, aqueles estabelecimentos onde o trabalho empregado é composto pelo trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado temporário, como **grupo III**, aqueles em que a mão-de-obra empregada é formada pelo trabalho familiar mais o trabalho assalariado permanente, havendo o predomínio do primeiro e, finalmente, como **grupo IV**, aqueles em que o emprego do trabalho familiar existe ao lado de uma quantidade superior de trabalho assalariado, temporário e/ou permanente, sendo que, em alguns casos, não há utilização de trabalho familiar<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> O procedimento utilizada, para realizar o agrupamento dos fruticultores, da área de pesquisa, foi baseado na metodologia empregada por Wanderley (1995), no trabalho “*A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*”.

Como se pode verificar, na Tabela I, o grupo I representa 37,36%, o grupo II 29,67%, o grupo III, 20,87% e o grupo IV, 12,08% do total dos estabelecimentos pesquisados.

De forma geral, pode-se enfatizar que o grupo I concentra, proporcionalmente, o maior número de estabelecimentos com valor de produção inferior a 10 mil reais, com área inferior a 10 ha, também o maior número de estabelecimentos sem financiamento e com financiamento inferior a 10 mil reais e é onde se encontra o maior número de parceiros. No outro extremo, no grupo IV, observa-se a ausência de estabelecimentos com valor de produção inferior a 10 mil reais, com área inferior a 10 ha. e com financiamentos inferiores a 10 mil reais. Também, nesse grupo, verifica-se a presença dos maiores estabelecimentos e, proporcionalmente, o maior número de estabelecimentos com rendimentos entre 100 e 200 mil reais.

**Tabela I - Valor da produção, grupo de área, financiamento de custeio e condição legal da terra nos estabelecimentos produtores de frutas da MRG de Jales - SP - 1998**

		Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4	
		Propor. <sup>1</sup> (%)	Estab. Pesqui- sados %	Propor. (%)	Estab. Pesqui- sados %	Propor. (%)	Estab. Pesqui- sados %	Propor. (%)	Estab. Pesqui- sados %
Valor Da Produção <sup>2</sup>	menos de 10 mil	70,00	7,69	20,00	2,19	10,00	1,09	0	0
	de 10 a 20 mil	60,86	15,38	26,08	6,59	8,69	2,19	4,34	1,09
	de 20 a 50 mil	28,57	8,79	35,71	10,98	28,57	8,79	7,14	2,19
	de 50 a 100 mil	11,76	2,19	41,17	7,69	29,41	5,49	17,64	3,29
	de 100 a 200 mil	23,07	3,29	15,38	2,19	23,07	3,29	38,46	5,49
Grupo de área	menos de 10 ha	50,00	15,38	14,28	4,39	35,71	10,98	0	0
	de 10 a 20 ha	36,84	7,69	42,10	8,79	10,52	2,19	10,52	2,19
	de 20 a 50 ha	25,80	8,76	41,93	14,28	19,35	6,59	12,90	4,39
	de 50 a 100 ha	66,66	4,39	16,66	1,09	0	0	16,66	1,09
	de 100 a 200 ha	20,00	1,09	20,00	1,09	20,00	1,09	40,00	2,19
	de 200 a 500 ha	0	0	0	0	0	0	100,00	1,09
Financia- mento de Custeio	menos de 10 mil	65,00	14,28	25,00	5,49	10,00	2,19	0	0
	de 10 a 20 mil	21,73	5,49	43,47	10,98	26,08	6,29	8,69	2,19
	de 20 a 50 mil	20,00	3,29	13,33	2,19	46,66	7,69	20,00	3,29
	mais de 50 mil	25,00	1,09	25,00	1,09	0	0	50,00	2,19
	Não possui	41,37	13,18	31,03	9,89	13,79	3,29	13,79	4,39
Condição Legal	própria	34,66	28,57	29,33	24,17	22,66	18,68	13,33	10,98
	mista	50,00	2,19	25,00	1,09	0	0	25,00	1,09
	concedida	50,00	6,59	33,33	4,39	16,66	2,19	0	0
<b>Total</b>		-	<b>37,36</b>	-	<b>29,67</b>	-	<b>20,87</b>	-	<b>12,08</b>

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1998.

<sup>1</sup> Proporcional ao número total de estabelecimentos que apresentam a mesma variável.

<sup>2</sup> Em dezembro de 1998 a cotação do dólar era de R\$ 1,22.

Completada a análise das diferenças apresentadas entre os estratos de estabelecimentos, agrupados a partir do tipo de mão-de-obra empregada, realizou-se uma análise qualitativa das unidades de produção, classificando-as em empresa patronal, empresa familiar e unidade familiar simples<sup>15</sup>, considerando, para isso, os aspectos analisados no item anterior.

As unidades que podem ser classificadas como empresa patronal e empresa familiar apresentam características comuns que são: alta composição de capital empregado na produção e alto grau de comercialização. Por outro lado, essas unidades de produção se diferenciam quanto às relações de produção, sendo que, nas empresas agropecuárias, predomina o trabalho assalariado (temporário, permanente) ou parceria e, na empresa familiar, trabalho familiar.

Essas empresas, tanto patronal como familiar, por apresentarem um nível de capitalização e comercialização mais elevados, tornam as ligações intersetoriais dessas unidades de produção com o setor urbano-industrial mais fortes, no que se refere aos serviços financeiros, comerciais e a utilização em maior escala de insumos, máquinas e equipamentos, conforme destaca Alencar (1997).

Cabe ressaltar que a constituição desses tipos de empreendimentos produtores de frutas, na Região de Jales, não apresenta relação com a dimensão dos estabelecimentos, podendo ocorrer, em estabelecimentos com área de meio módulo rural<sup>16</sup>, produção do tipo empresarial<sup>17</sup>.

Assim, procurou-se entender a unidade de produção como uma célula, que é mais do que a posição ocupada pelo agricultor e, também, relativizou-se a compreensão desta enquanto estrutura produtiva definida. Esse caminho metodológico foi trilhado para não se excluir as especificidades, procurando explicitar a multiplicidade e a heterogeneidade apresentadas pelas unidades de produção que foram utilizadas no trabalho de pesquisa. Ainda, cabe enfatizar que as unidades de produção são arranjos contingenciais e não essenciais. Representam sistemas de procedimentos e

<sup>15</sup> Essa nomenclatura adotada não elimina a heterogeneidade apresentada pelas unidades de produção, que têm a fruticultura como atividade econômica, na Região de Jales. Assim, mesmo realizando uma classificação dos produtores em grupos distintos, eles ainda são entendidos como parte de um mesmo processo de exploração e não como sendo elementos resultantes de processos diferenciados que se contrapõem.

<sup>16</sup> O módulo rural da região é de 24 a 26 ha.

<sup>17</sup> Para maiores detalhes, ver Locatel, 2000.

de estratégias e não uma estrutura definida a qual aos produtores só resta a própria modelação, como aponta Neves (1995).

Com isso, pôde-se constatar que os estabelecimentos que se dedicam à produção de frutas, na região estudada, apresentam um grau elevado de associação ao capital, dadas às ligações intersetoriais estabelecidas entre a agricultura e os setores industrial, financeiro e comercial, o que gera a sujeição da renda da terra, possibilitando a reprodução e o acúmulo de capital no setor urbano-industrial.

Assim, pode-se considerar que a transferência da renda fundiária para o setor urbano-industrial ocorre em três momentos distintos: a) na aquisição dos insumos industriais, que se dá através de uma troca desigual entre os produtos agrícolas, que têm seus preços determinados pelos interesses do setor industrial, e os insumos industriais que apresentam uma tendência crescente dos seus preços; b) o financiamento de custeio, através do crédito rural, representa outro momento de transferência da renda da terra, agora para o setor financeiro, através da cobrança de juros e taxas bancárias, apropriando-se, dessa forma, de parte da renda fundiária, em especial da renda absoluta e; c) a comercialização da produção representa o outro momento da apropriação da renda fundiária pelo capital, sendo que o capital comercial, que muitas vezes se transforma em capital usurário que, para a maioria dos produtores se constitui na única alternativa para a colocação da produção no mercado. Deve-se ainda destacar que o processo de transferência da renda da terra ocorre com a intermediação do Estado, que através de sua ação assegura ao capital condições para apropriar-se do excedente produzido no setor agrícola.

Esse processo de sujeição da renda da terra ao capital ocorre, mais amplamente, entre as unidades de produção que foram caracterizadas como unidade familiar simples, por estas não disporem de mecanismos – produção em grande escala ou associação a uma cooperativa – que as tornem mais competitivas no mercado. Já, as unidades caracterizadas como empresa agropecuárias ou empresas familiares, por apresentarem um nível de capitalização mais elevado, por produzirem, em uma escala maior, ou por estarem associadas a uma cooperativa, conseguem atingir preços mais elevados na comercialização de seus produtos. Porém, como essas unidades de produção estabelecem mais ligações com outros setores, proporcionalmente, considerando o volume de capital investido, não conseguem reter mais renda da terra que uma unidade familiar simples. Diante disso, pode-se apontar a unidade familiar simples como sendo tão eficiente quanto uma unidade do tipo empresarial.

Com a falta de incentivo, as dificuldades de comercialização e a drenagem da renda da terra para fora do setor agrícola, nos níveis em que se

dá na região, o que se observa na fruticultura regional é a estagnação social do produtor, tendo este poucas possibilidades, daqui para frente, de melhorias das condições sociais e de progresso econômico.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMIN, Samir. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. 179.
- LOCATEL, Celso D. *O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales – SP*. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Encontro com a civilização Brasileira*, nº 22, 1985, p. 199-221.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar no capitalismo: formas sociais em mutação*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, 1995. Projeto de Pesquisa (mimeo).
- MOREIRA, Roberto José. *Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, 1994. 23p. (mimeo).
- MOREIRA, Roberto J. *Agricultura familiar e Assentamentos Rurais: Competitividade, tecnologia e integração social*. UFRRJ, 1995. (mimeo).
- NEVES, Delma Pesanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: *Reforma agrária. Revista da ABRA*, nº 2 e 3, v. 25, 1995. p.21-36.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia*. nº 58, p. 5-64. São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da terra. *Revista Orientação*, São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1984, nº5, p. 94 e 95.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Renda da terra Absoluta. *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1986, nº 7, p. 77-86.

- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Renda da Terra Diferencial II. *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1985, nº 6, p. 93-101.
- SANTOS, J. Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- SAQUET, Marcos Aurelio. A construção do espaço em Nova Palma (RS). Nova Palma, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1996, 90p
- TAVARES, Nádia Lúcia. *A valorização do espaço agrícola no município de Itapetininga (SP)*. Rio Claro, IGCE/UNESP, 1993. 249 p. (Dissertação de Mestrado).
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. p. 43-179.